



Departamento de História

Militares e *Media* em Cenários de Guerra: O
Golfo como Caso de Estudo

Cláudia Patrícia Ramos Teles

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em História, Defesa e Relações Internacionais

Orientador:
Doutor Carlos Manuel Mendes Dias, Tenente-Coronel
Academia Militar

Julho, 2011

Departamento de História

**Militares e *Media* em Cenários de Guerra: O
Golfo como Caso de Estudo**

Cláudia Patrícia Ramos Teles

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em História, Defesa e Relações Internacionais

Orientador:
Doutor Carlos Manuel Mendes Dias, Tenente-Coronel
Academia Militar

Julho, 2011

Agradecimentos

“A utopia está lá no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar.”

(1994), s.l, Siglo XXI, p.310.

Serão sempre poucas as palavras para agradecer a todos aqueles que contribuíram de alguma forma para a conclusão de mais uma etapa desta excitante travessia do saber, que como todas as travessias foi farta em momentos de enorme excitação e de profunda depressão.

Antes de mais agradeço ao Tenente-Coronel Carlos Manuel Mendes Dias pelo apoio constante durante todo o percurso, pela revisão intensa e sempre recheada de pensamentos críticos. Obrigada por me ter feito crer que esta era apenas mais uma batalha e que o caminho no mundo académico não se findaria aqui. Agradeço igualmente a disponibilidade do Coronel Duarte Costa para a realização de uma entrevista que muito contribuiu para o enriquecimento desta dissertação, assim como aos funcionários da Embaixada dos E.U.A pela disponibilização de recursos.

Um obrigada a todos os meus amigos que, de formas diferenciadas, me apoiaram e compreenderam a minha ausência durante este ano. Um especial obrigada à Sara Duarte por achar que a minha existência é fundamental para a compreensão dos fenómenos políticos, ao meu Mano (Diogo) pelo conforto e confiança na minha capacidade de concretização dos sonhos. A Ti, amiga Rita, pela força nos momentos de fraqueza, pelo constante encorajamento (*You go girl*) e pelo carinho incondicional que me consolou tantas e tantas vezes. À minha colega de trabalho e amiga Joana Frade que me motivou e se mostrou disponível para me ajudar com as inovações tecnológicas, com as quais não nutro especial amizade. À minha grande amiga Ana, pela presença constante e sem intermitências na excitação do conhecimento, nos momentos de frustração, na partilha do desânimo, nos dias de trabalho intenso nas bibliotecas e cafés... Obrigada por ‘descomplicares’ e por me acompanhares em todos os voos.

Obrigada a todos aqueles com que me cruzei nos vários trilhos que percorri na minha vida, em especial à Dr.^a Cristina Santos (orientadora de estágio) pela compreensão e dispensa necessárias à execução neste trabalho. Ao “Sr. Galvão” pelas conversas, pela disponibilidade, de toda a ordem, que sempre me concedeu e pelos momentos de descontração. Um obrigada a todos os mestres da arte de ensinar com que tive o prazer de aprender, em especial ao

Professor Pedro Maia que me inquietou o espírito e me lançou nos mares atribulados de questionar tudo, porque ‘sem questões não há Filosofia’. A todos os colegas de Licenciatura e Mestrado com quem troquei ideias e me motivaram na prossecução deste sonho.

Por último, mas não menos importante, um gigante pedido de desculpas ao meu namorado pela constante falta de tempo, pela ausência mesmo quando havia prometido a presença total. Obrigada pelo apoio, pela confiança depositada nas minhas capacidades e pelas ajudas preciosas com as ‘mal-amadas’ formatações.

Termino agradecendo aos meus pais, Nanda e avós que me abriram as portas, por vezes com esforço, para que eu pudesse alcançar os meus sonhos. Mesmo distante, Pai, recebi sempre o teu apoio e a certeza de que te orgulhavas do meu percurso. Sinto um aperto quando penso que não consegui dar a elasticidade ao tempo para que conseguisse ter sido uma presença mais constante nas vossas vidas, sobretudo na da minha Mana Sofia. A Ti, Mãe, agradeço a monumental paciência que foi capaz de suportar as constantes mudanças de humor, as respostas menos apropriadas e a ausência quando precisavas da minha presença. Obrigada por me teres ensinado como caminhar sem nunca me ‘levaras ao colo’.

Fazendo uso de um pensamento de Kathlen Heloise Pfiffer (http://pensador.uol.com.br/kathleen_heloise_pfeiffer/), termino dizendo que *“Eu acredito em profundidades. E tenho medo de altura, mas não evito meus abismos. São eles que me dão dimensão do que sou”*.

Resumo

A relação entre o poder político e mediático enfrentou, desde a Antiguidade clássica, múltiplas barreiras que impediram o estabelecimento de uma estrutura dialogante. Essas barreiras podem ser explicadas, pela diferença de natureza e finalidade destes dois sistemas, que se agravam em tempo de Guerra.

Desta forma, a seguinte dissertação intitulada “Militares e *Media* em cenários de Guerra: o Golfo como caso de estudo”, tentará discorrer sobre qual será a forma mais eficaz de o poder político conseguir alcançar os objectivos estratégico-militares definidos.

Considera ainda que a opinião pública é um elemento essencial para este fim, tendo o poder político a necessidade de gerir as percepções desta, através do sistema mediático, o que gera um circuito de dependência cruzada.

Através da análise de conteúdo realizada a três órgãos de comunicação escrita de reconhecimento internacional, analisar-se-á qual foi a influência da leitura mediática do conflito junto da opinião pública.

Os resultados obtidos sustentam que quando a política de comunicação é gerida por profissionais de relações públicas, como verificado neste conflito, o poder político consegue gerir as percepções da opinião pública no sentido por si traçado, alcançando assim o sucesso na missão.

Palavras-chave: *Media*; Militares; *Pool*; Golfo

Summary

Since the classical antiquity the relationship between political power and media has faced, multiple barriers that prevented the establishment of a dialogic structure. These barriers can be explained by differences concerning the nature and purpose of these two systems, which are aggravated during war times.

Thus, the following dissertation entitled "Military and Media at War scenarios: the Gulf as a case study", will try to discuss what will be the most effective form of political power to achieve both the strategic and military objectives defined.

It also considers public to be an essential element for this purpose and the political need to manage the public opinion perceptions through the media system, which generates a cross-addiction circuit.

Content analysis was carried out at three journals of international recognition in order to examine the influence of the conflict's media reading in public opinion.

The results sustain that when communication policy is managed by public relations expertise, (a fact that applies to this conflict) the political power can control the perceptions of public opinion on a pre-defined way that secures the success of the mission.

Key-words: *Media; Military; Pool; Gulf*

Índice

Introdução.....	1
Capítulo I.....	7
1.1. Metodologia	7
1.2. Relação com o Estado da Arte	13
Capítulo II	23
2.1. Introdução à História do Iraque: compreender os interesses norte-americanos no Golfo Pérsico	23
2.2. Contextualização do Conflito Guerra do Golfo de 1991.....	25
2.3. A posição da Comunidade Internacional: da Legitimação à Intervenção.....	27
Capítulo III	33
3.1. Cultura Militar e Cultura Mediática	33
3.2. Segurança, Censura e Liberdade de Expressão.....	34
3.3. Evolução Histórica da relação entre Militares e <i>Media</i> : da Guerra do México à Intervenção americana no Panamá.....	36
3.3.1. A Cobertura da Guerra do Golfo - O <i>Pooling</i> Jornalístico	40
3.4. A Outra Face da Guerra – Informação e Propaganda na I Intervenção do Golfo	44
Capítulo IV	49
4.1. Política Externa, <i>Media</i> e Opinião Pública - Um circuito de dependências desiguais..	49
4.1.1. O Desenhar de uma opinião pública – Extensões de um conceito de difícil consenso	49
4.1.2. Opinião Pública e Opinião Publicada: duas faces da mesma moeda?	50
4.2. A Opinião Pública na Guerra do Golfo	53
Capítulo V	57
5.1 Os <i>media</i> na Guerra – Análise da cobertura de três órgãos de comunicação escrita na Guerra do Golfo de 1991.....	57
5.1.1. Os jornais em Perfil.....	58
5.2. A Guerra vista pelo <i>New York Times</i>	59
5.2.1. A narrativa do <i>New York Times</i> : Guerra do Golfo	60
5.2.2. As categorias em análise no <i>New York Times</i>	66
5.3. A Guerra do Golfo vista por <i>Le Monde</i>	68

5.3.1. A narrativa do <i>Le Monde</i> : Guerra do Golfo	69
5.3.2. As categorias em análise no <i>Le Monde</i>	72
5.4. A Guerra do Golfo vista pelo <i>Público</i>	74
5.4.1. A narrativa do Público: Guerra do Golfo	76
5.4.2. As categorias em análise no <i>Público</i>	81
Conclusões	85
Discussão de Resultados	85
As representações do <i>New York Times</i> , <i>Le Monde</i> e Público numa perspectiva comparada	85
Considerações Finais.....	91
Bibliografia.....	97
Anexos.....	I

Índice de quadros

Quadro 1.1.: Categorias de análise	9
Quadro 3.1. Resumo da Relação entre Militares e <i>Media</i>	40
Quadro 4.1: Attitude towards Use of Military Force at Time of Bush Decision on Second Troop Deployment to Saudi Arabia	55
Quadro 5.1: Compilação noticiosa do New York Times	60
Quadro 5.2: Traços dominantes da representação da guerra no <i>New York Times</i>	67
Quadro 5.3: Compilação noticiosa do <i>Le Monde</i>	69
Quadro 5.4: Traços dominantes da representação da guerra no <i>Le Monde</i>	73
Quadro 5.5: Compilação noticiosa do <i>Público</i>	76
Quadro 5.6: Traços dominantes da representação da guerra no <i>Público</i>	82
Quadro 6.1: Contagem numérica da tipologia noticiosa comparada	86
Quadro 6.2: As Categorias analisadas de forma comparada	89

Índice de figuras

Figura 4.1: Elementos-chave da Opinião Pública	52
--	----

Glossário de siglas

CJCS - *Chairman of the Joint Chiefs of Staff*

CNN - *Cable News Network*

FTP - *Fuck the Pool*

FTU - *Forward Transmission Units*

JIB - *Joint Information Bureau*

MRT - *Media Reporting Teams*

PAO - *Public Affairs Office*

PRO - *British Public Relation Officers*

PSYOPS - *Psychological Operations*

Introdução

Este estudo pretende discorrer sobre a relação entre os *media* e os militares em cenários de conflito, tentando compreender quais os problemas que a cobertura mediática livre de protocolos coloca aos militares e de que forma condiciona a prossecução dos objectivos estratégico-militares estabelecidos.

Para que esse objectivo fosse passível de concretização e considerando os condicionamentos de temporalidade, de recursos, bem como o contexto em que se insere este trabalho, no sentido de induzir viabilidade ao intento, foi necessário delimitar uma zona geográfica e um período temporal. Assim, este projecto irá debruçar-se sobre a primeira intervenção americana no Golfo em 1991.

A escolha do objecto de estudo assentou em motivações de várias ordens, merecendo destaque o facto de este conflito ter ocorrido no «rescaldo» da Guerra do Vietname que tanta polémica havia suscitado devido à proliferação de imagens «chocantes» ilustrativas do esforço de guerra. As inovações tecnológicas emergentes no início da década de 90, impuseram uma nova lógica de comunicação capaz de transmitir via satélite as imagens e informações de forma instantânea, gerando o conhecido efeito «CNN». Na tentativa de colmatar a crescente incapacidade de estabelecimento de mecanismos de filtragem de informações, houve da parte da Administração norte-americana, líder das Forças da Coligação, um reconhecimento da necessidade de se desenvolver uma política de comunicação que regulasse a acção dos repórteres no teatro de operações. Assim surgiu o «sistema de *pooling* jornalístico» que foi aplicado no conflito do Golfo não tendo observado concordância entre o sistema político e mediático.

A reflexão sobre esta temática obriga ao estudo de três componentes que assumem um contorno triangular, no qual os vértices representam o sistema político, mediático e a opinião pública. A relação entre estas três componentes apesar de ser de dependência mútua, não se define por uma relação de tipo horizontal.

Ao sistema político cabe a definição e condução das directrizes orientadoras da acção das instituições que compõem o Estado, logo a componente mediática está numa posição hierarquicamente inferior à política, o que não a subjeta a um papel subserviente. É aqui que reside a principal dificuldade em definir qual deve ser o papel dos *media* na sociedade contemporânea, sobretudo em tempo de guerra.

A teorização sobre o papel que devem assumir os *media* na sociedade contemporânea encontra-se intensivamente tratada na literatura sociológica e na referente às ciências da comunicação, onde merecem destaque os contributos de Habermas, Breton, Chomsky ou Ramonet; contudo parece existir ainda um ‘gap’ terminológico estruturado capaz de compreender qual é de facto o «poder» que o sistema mediático tem no político.

Importa não nos centrarmos em análises superficiais arreigadas a dogmas literários e lugares comuns que nos vetem a expressões exageradas; é necessário considerar o aviso de Phillippe Breton¹ quando nos acautelava sobre a «utopia da comunicação».

Muita embora saibamos que na sociedade da informação, o directo e o instantâneo dominam, e por vezes criem «ruidosos silêncios de efeitos perversos»², importa também acautelar a importante tarefa de vigilância da acção do poder político que estes exercem e que já Tocqueville³ considerava de enorme importância.

Não obstante interessa referir que a função ‘nobre’ que Tocqueville atribuiu aos *media*, afirmando que eles serviam como vigilantes activos da acção dos governantes, tende a ser na actualidade relegada para um plano de inferioridade quando colocada de forma frontal com a componente económica. Assim, por vezes, assistimos à espectacularidade noticiosa que não atenta às questões essenciais e não filtra a informação que fornece aos cidadãos, sendo capaz de criar uma realidade que pode desencadear movimentos de pressão capazes de alterar agendas políticas.

Sendo evidente que os *media* possuem de facto um poder, sobretudo de influência sobre a opinião pública, o sistema político necessita de encontrar uma forma eficaz de dialogar com o sistema mediático para que este contribua para a prossecução dos fins políticos identificados pelas instâncias estatais.

Desta forma, em assuntos que envolvem a utilização do recurso à força e a intenção de fazer guerra, que aqui deve ser entendida como “violência organizada entre grupos políticos, em que o recurso à luta armada constitui, pelo menos, uma possibilidade potencial, visando um determinado fim político, dirigida contra as fontes

¹ Breton, Philippe (1994), *A Utopia da Comunicação*, Lisboa, Instituto Piaget.

² Roszack (1986), citado por Barriga, Antónia do Carmo Anjinho (2008), *Media, Política e Opinião: uma tríade complexa. Uma abordagem à opinião publicada em Portugal*, Dissertação de Doutoramento em Sociologia da Comunicação, Lisboa, ISCTE, p.13.

³ Tocqueville, Alexis (2008), *Da Democracia na América*, Lisboa, Relógio d’Água.

de poder do adversário e desenrolando-se segundo um jogo contínuo de probabilidades e azares”⁴, em democracia deve ser acompanhada por um plano de legitimação por parte da opinião pública. Esta legitimação assumiu-se como central sobretudo depois da Guerra do Vietname, na qual o poder da imagética e da informação sustentou o já pulsante mal-estar da população relativamente ao envolvimento norte-americano neste conflito. Tendo perdurado na memória comum dos americanos, acabando por originar o apelidado «síndrome do Vietname» que assenta que parte desta guerra foi perdida nas «salas de estar»⁵ americanas.

Assim, a Administração norte-americana preparou meticulosamente o seu envolvimento na crise do Golfo, através de uma política concertada entre os vários órgãos de soberania do Estado. Foi implementado o sistema de «pooling» de influência britânica e eficácia comprovada na Guerra das Falklands, que estabeleceu regras de circulação e de publicação de carácter restritivo. Através deste sistema era possível aos militares controlarem o que os jornalistas viam e escreviam, uma vez que a sua circulação e despacho de material estava dependente da tecnologia militar.

Se a implementação desta política de comunicação fosse bem sucedida, estariam salvaguardados não só a concretização efectiva dos objectivos estratégicos da missão, como se transmitiria a imagem de que a “guerra era um exercício heróico e fundamentalmente limpo”⁶, afastando em definitivo o «fantasma do Vietname».

A par do *pooling* jornalístico estabelecido para o teatro de operações, houve uma antecipada preparação da opinião pública para o envolvimento norte-americano. Não tendo sido uma operação relâmpago, a máquina estatal foi capaz de produzir argumentos que legitimassem a sua acção, tendo utilizado a imprensa como mecanismo difusor. Assim, ressonava por toda a imprensa nos meses que antecederam a intervenção armada, a imagem de que Saddam se constituiria como elemento destabilizador na nova ordem mundial que se estava a desenhar.

Recorrendo a um forte discurso propagandístico, as instâncias políticas desenvolveram comparações com líderes históricos que cometeram atrocidades

⁴ Couto, 1998 citado por Dias, Carlos Manuel Mendes Dias (2010), *Sobre a Guerra: Política, Estratégia e Tática*, Lisboa, Estratégia e Política Externa, p.281.

⁵ McLuah, Marshall in Pereira, Carlos Santos (2005), *Guerras de Informação: Militares e Media em cenário de crise*, Lisboa, Tribuna, p.21.

⁶ Pereira, Carlos Santos (2005), *Guerras de Informação: Militares e Media em cenário de crise*, Lisboa, Tribuna, p.84.

humanas de várias ordens para personificar Saddam. A imagem de que a Comunidade Internacional estava na presença de um novo «Hitler», motivou um apoio espontâneo da opinião pública, sobretudo norte-americana, que passou a encarar a acção dos E.U.A de natureza sancionatória, quer económica quer militarmente, como legítima e necessária para pôr fim aos crimes cometidos pelo regime de Saddam.

Tendo sido um conflito com uma enorme componente psicológica, os órgãos de comunicação foram o palco de actuação das partes em confronto para legitimarem a sua acção e conseguirem o tão necessário «aval» público.

A opinião pública assume neste estudo um papel central, uma vez que será nesta que se poderá ler a influência que a cobertura mediática desempenhou. Importa, definirmos de forma criteriosa o que queremos dizer quando nos referimos a opinião pública, uma vez que na literatura académica encontramos várias abordagens ao conceito o que poderia gerar incompreensão ou confusão terminológica.

Desta forma irá ser efectuada uma pequena discussão teórica capaz de contextualizar a discussão em redor da terminologia associada ao termo opinião pública, tentando posteriormente analisar o posicionamento da mesma norte-americana face a este conflito, recorrendo a sondagens efectuadas no período temporal estudo.

Consignado a abordagem teórica ao tema, o propósito central desta dissertação é compreender se a leitura mediática da I intervenção do Golfo teve algum impacto na prossecução dos objectivos estratégico-militares estabelecidos. Para tal, irá ser efectuada uma breve introdução à história do Iraque, seguida de uma contextualização do conflito no primeiro capítulo. O segundo capítulo irá desenvolver uma narrativa histórica sobre a evolução das relações entre militares e *media* ao longo da história, incidindo com especial ênfase no conflito do Golfo. Seguir-se-á no terceiro capítulo uma incursão sobre os moldes em que a informação e propaganda se desenvolveram. O quarto capítulo dedicar-se-á ao estudo da opinião pública, desenvolvendo primeiramente uma abordagem teórica do conceito e focando *à posteriori* no comportamento da mesma durante a Guerra do Golfo. É no quinto capítulo que se desenvolverá a análise aos três órgãos de comunicação escolhidos, *New York Times*, *Le Monde* e Público na tentativa de analisarmos a leitura mediática efectuada por cada um deles. No sexto e último capítulo iremos apresentar os resultados da análise efectuada aos três órgãos de comunicação escrita de forma comparada na tentativa de compreender se existiu uma abordagem diferenciada nos três, por estes pertencerem a países com diferentes envolvimento na Guerra ou se o sistema de *pooling jornalístico*

conseguiu uniformizar a prática noticiosa a nível mundial. Será também deste capítulo que se irá responder de forma directa às perguntas derivadas, testado o sistema de hipóteses descrito na metodologia para assim ser possível responder de forma sustentada à pergunta inicialmente formulada.

De referir, ainda, que a problemática abordada não se esgota neste estudo, abrindo portas a futuras investigações que poderão ser exploradas num futuro doutoramento.

Capítulo I

1.1. Metodologia

Considerando que “um procedimento é uma forma de progredir em direcção a um objectivo. Expor o procedimento científico consiste, portanto, em descrever os princípios fundamentais a pôr em prática em qualquer trabalho de investigação”⁷, importa definir com clareza a metodologia a ser seguida ao longo do trabalho de investigação.

Tendo como base de trabalho o método científico no qual as sete etapas (pergunta de partida; a exploração; a problemática; a construção do modelo de análise; a observação; a análise das informações e as conclusões) dialogam entre si de forma constante, este trabalho de investigação irá socorrer-se do método hipotético-dedutivo. Este “parte de um postulado ou conceito como modelo de interpretação do fenómeno estudado e assim gera, através de um trabalho lógico, hipóteses, conceitos e indicadores para os quais se terão de procurar correspondentes no real”⁸.

Efectuada para formular o problema que queremos resolver, a pergunta de partida poderá ser enunciada da seguinte forma: “Que efeitos teve a leitura mediática na prossecução dos objectivos estratégico-militares na Guerra do Golfo de 1991?”

Decorrerem, desta várias questões derivadas que irão contribuir para dar uma resposta mais sustentada à pergunta inicial, materializando em simultâneo percursos orientadores por nós seleccionados; são elas:

1. Em que moldes deve assentar a relação entre os *media* e os militares: Vietnam (acesso livre da imprensa ao ‘campo de batalha’) ou Golfo (sistema *Pool*)?
2. Como se define o sistema *Pool*?
3. O estabelecimento de protocolos de relacionamento entre os dois actores (militares e *media*) levará a um sistema de censura ou é fundamental para não comprometer o ‘sucesso’ da missão?

⁷ Quivy, Raymond, Luc Van Campenhoudt (1995), *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Trajectos, p.25.

⁸ *Idem*, p.144.

4. Deverão ser os *media* porta-vozes e amplificadores do consenso político em torno da intervenção ou devem retratar com rigor e distanciamento as informações?
5. Que papel desempenhou a opinião pública na missão Guerra do Golfo de 1991?
6. Terão os *media* europeus (Portugal: Público; França: *Le Monde*) e norte-americanos (*New York Times*) retratado o conflito de forma semelhante, comprovando que de facto o sistema *pooling* jornalístico cumpriu o seu objectivo e a missão não foi afectada pela cobertura noticiosa, ou a cobertura destes dois órgãos diverge substancialmente?

Naturalmente é pertinente avançar com um conjunto de hipóteses – “ que são simplesmente um pressentimento sobre a regularidade dos factos políticos, sobre o relacionamento dos conceitos”⁹- de resposta à problemática materializada na pergunta de partida e declinada nas questões derivadas, sendo estas:

Hipótese 1: Definir claramente os procedimentos dos *media* em cenários de guerra aumenta a probabilidade do cumprimento, na plenitude, dos objectivos estratégico-militares estabelecidos.

Hipótese 2: A leitura mediática propiciada pelos *media*, quando conduzida pelas instâncias estatais aumenta o apoio da opinião pública à missão.

Hipótese 3: O apoio da opinião pública à missão, diminui quando a leitura mediática é efectuada sem considerar os interesses do Estado para determinada missão.

As três hipóteses avançadas tentam estabelecer uma relação predita entre as variáveis *media*, opinião pública e objectivos estratégico-militares, mesmo considerando que a natureza do estudo é qualitativa, o que limitará o recurso a dados estatísticos.

Neste estudo, a principal técnica de investigação é a análise de conteúdo, que nas palavras de Berelson (1952) “permite a descrição objectiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação”¹⁰ e permite, segundo Krippendorff (1980) “fazer inferências válidas e replicáveis, dos dados para o seu contexto”¹¹. Considerando a finalidade desta técnica de investigação, irão “efectuar-se inferências, com base numa

⁹ Moreira, Adriano (2006), *Ciência Política*, Lisboa, Almedina, p.117.

¹⁰ Silva, Augusto Santos e José Madureira Pinto (1986), *Metodologia das Ciências Sociais*, Porto, Edições Afrontamento, p.103.

¹¹ *Idem*.

lógica explicitada, sobre as mensagens cujas características foram inventariadas e sistematizadas”.¹²

Com o intuito de operacionalizar a análise de conteúdo é necessário delimitar os objectivos do estudo, assim como identificar um quadro de referência teórico, constituir um *corpus*, definir as categorias e unidades de análise.

Apreciando que a principal fonte documental utilizada é a de tipo indirecto - “considerarmos documentos indirectos todos os que, não sendo emitidos por intervenientes no processo de decisão, testemunham a actividade do poder político de forma intencional ou acidental”¹³ - definimos como principais categorias de análise as enunciadas no quadro 1.1.

Quadro 1.1.: Categorias de análise

Meta-narrativa	A análise irá incidir sobretudo na forma como a narrativa é construída nos diferentes jornais.
Tratamento dos actores envolvidos	Analisar-se-á que actores são retratados e de que forma, assim como o papel dado aos movimentos de oposição ao conflito.
Método de comunicação – menção ao sistema de <i>pool</i>	Analisar-se-á a forma como os jornalistas encaram a política de comunicação definida pela Administração Norte-Americana.
Iconografia	Analisar-se-á a tipologia de imagens utilizada.

Fonte: Elaboração própria

Sendo, a “imprensa o documento indirecto mais importante”¹⁴, demos preferência à análise de conteúdo de três órgãos de comunicação escrita de reconhecimento internacional (Público, Le Monde, New York Times), uma vez que, e

¹² *Ibidem*, p.104.

¹³ Moreira, Adriano (2006), *Ciência Política*, Lisboa, Almedina, p.126.

¹⁴ *Idem*.

seguido a lógica de McClure e Patterson, “a informação televisiva é demasiado breve e heterogénea para produzir um efeito significativo, ao contrário dos jornais, que fornecem uma visão sólida e aprofundada dos temas em debate”.¹⁵

A par das categorias de análise definidas que nos irão fornecer parâmetros de análise, assim como indícios sobre tendências ideológicas - uma vez que uma das categorias definidas (meta-narrativa) irá focar-se na análise de expressão - construir-se-á uma grelha de conteúdos que seguirá uma organização cronológica onde se poderá verificar a leitura mediática efectuada nos diversos países.

Acedemos aos arquivos dos jornais *New York Times* e *Le Monde* através da utilização da base de dados disponibilizadas pela Embaixada dos Estados Unidos da América. O período cronológico analisado está compreendido entre 01.07.1990 (mês em que o Iraque invade o Kuwait) e 31.03.1991 (mês que coincide com o retirada das tropas iraquianas do Kuwait), no qual devido a constrangimentos temporais e ao propósito da investigação, apenas utilizamos as notícias encontradas através da utilização das seguintes palavras-chave: *Gulf war 1991, pool e media coverage*, que foram sendo acrescentadas sequencialmente.

A metodologia de investigação utilizada para o jornal Público foi diferente devido a ausência de arquivos digitalizados. Como tal, socorremo-nos dos arquivos contidos na Hemeroteca de Lisboa, o que nos impediu de fazermos uma pesquisa com base em palavras-chave previamente definidas. A pesquisa foi feita de forma manual e analisando as notícias que saíram neste período sobre o tema em análise.

Em suma, a amostra utilizada foi de tipo não probabilístico, uma vez que nem todos os exemplares que compoñham a população tiveram a mesma probabilidade de serem seleccionados, por selecção racional – seleccionamos determinados exemplares em função dos objectivos do estudo.

A par da análise de conteúdo, fez-se uma revisão bibliográfica, na qual se pretendeu identificar o estado da arte sobre a relação militares e *media*, assim como identificar e transcrever os conceitos centrais utilizados neste trabalho de investigação.

Como método complementar de recolha de informação e de conhecimento, foram realizadas entrevistas semidirectivas, não havendo uma delimitação rígida na formulação de perguntas, mas definindo um ‘rumo’ de análise.

¹⁵ Santos, José Rodrigues (2001), *Comunicação*, Lisboa, Prefácio, p.113.

Assim, efectuou-se uma entrevista que pretende ser ilustrativa da visão militar ao Coronel José Manuel Duarte da Costa, assim como a audição de um colóquio subordinado ao tema “Defesa Nacional e Informação Pública” que decorreu do Instituto da Defesa Nacional dia 11 de Abril de 2011 e que contou com a presença do jornalista Carlos Santos Pereira. Através da entrevista e da audição da comunicação proferida pelo mesmo foi possível enriquecer o estudo e obter, de forma ilustrativa, a visão militar e comunicacional.

1.2. Relação com o Estado da Arte

“*Cinco gazetas hostis fazem um mal maior do que cem mil soldados inimigos num campo de batalha*”¹⁶

A problemática em estudo nesta dissertação encontra contributos em muitas áreas científicas, como a Ciência Política, Relações Internacionais, Sociologia, Estratégia e Teorias da Comunicação.

Apesar da temática central se expressar na premissa militares e media em cenários de guerra, importa atender que a questão central, é o poder. Assim, deste domínio é de referenciar a obra de Adriano Moreira, *Ciência Política*, na qual o autor analisa aprofundadamente a forma e os domínios sobre os quais se exerce o Poder. Avançando com a expressão «silêncios do poder»¹⁷, Moreira (2006), admite que o Estado possui algumas características de clandestinidade, ou seja, o alcance dos objectivos do Estado, por vezes, obriga-o a não facultar a totalidade da informação à sociedade civil em determinado momento, sem com isto romper com os imperativos ideológicos expressos constitucionalmente.

A linha de pensamento de Adriano Moreira fornece-nos os elementos fulcrais de compreensão do comportamento do Poder na sociedade contemporânea, que na lógica realista faz uso de todos os meios para atingir os fins propostos pelo Estado, compreendendo-se por isso algumas técnicas de “controlo” dos meios de difusão de informação.

Os meios de comunicação são componentes essenciais nos regimes de tipo democrático, uma vez que é através destes que se estabelece a comunicação entre os cidadãos e o Governo. Desta forma, é do interesse do Poder compreender e analisar as percepções da opinião pública, para assim a conduzir no sentido por si desejado.

Muitos teóricos avançaram com estudos sobre teorias da comunicação, nas quais se tentava aferir o grau de influência que os meios de comunicação tinham *de facto* junto da sociedade civil.

¹⁶ Napoleão, citado por Pires, Ricardo (2008), “Jornalismo de Guerra. Repórteres de Guerra”, *Revista Segurança e Defesa*, Nº8, p.56.

¹⁷ Moreira, Adriano (2006), *Ciência Política*, Lisboa, Almedina, p.126

Rousseau¹⁸ foi talvez, o primeiro teórico a utilizar a expressão opinião pública, e nos seus escritos já evidenciava que os legisladores deveriam atender às opiniões dos cidadãos e saber manejá-las.

Também Tocqueville¹⁹, *Da Democracia na América*, sublinha o papel da opinião pública junto dos legisladores, afirmando que a imprensa é o meio através do qual esta se expressa e dialoga.

Contudo, foi Tarde²⁰ em *A Opinião e a Multidão*, o primeiro teórico a desenvolver uma teoria moderna sobre opinião, na qual distingue entre os conceitos de multidão e opinião e avança que é a regularidade do jornal que faculta à multidão um sentido de pertença. Desta forma, a opinião pública funda-se e expressa-se através dos órgãos de comunicação.

Desenvolvendo uma narrativa histórica sobre a evolução do conceito de opinião pública, Luhmann²¹, *A Improbabilidade da Comunicação*, realça também a importância desta para a democracia. A discussão em redor da expressão *opinião pública*, passou por dois grandes períodos que podem ser identificados cronologicamente. Até ao século XVIII assentava na distinção entre as esferas *público/privado* e *público/segredo*, que acaba por se esbater a partir deste século com a interação que se estabeleceu entre as esferas acima indicadas.

Para o autor falar do conceito de opinião pública apresenta-se como sendo algo de enorme complexidade, uma vez que existe uma profunda incompreensão do conceito em si. Pois, quando se fala deste termo estamos a referir-nos ao ‘sistema social da sociedade’, onde a comunicação assume papel central.

Ao considerar a opinião pública como o sistema social da sociedade, o autor reconhece de imediato que esta influencia o sistema político, sendo capaz de o pressionar a alterar o seu comportamento, com base na recepção de informação que recebeu através dos meios de comunicação. É por isso, que esta deve ser sempre levada em consideração pelo Governo, pois cabe a este escolher a perspectiva que quer transpor para os *media* para assim conduzir em seu proveito a opinião pública. “O que

¹⁸ Rousseau, Jean-Jacques (2009), *Contrato Social*, Lisboa, Edições Europa- América.

¹⁹ Tocqueville, Alexis (2008), *Da Democracia na América*, Lisboa, Relógio d’Água.

²⁰ Tarde, Gabriel (1992), *Opinião e a Multidão*, Lisboa, Publicações Europa- América.

²¹ Luhmann, Niklas (1993), *A Improbabilidade da Comunicação*, Lisboa, Vega.

quer que vejamos é só perfil que é determinado pela nossa própria posição e movimento”²².

Autor incontornável sobre a teorização da opinião pública e do papel dos media na sociedade contemporânea, é Lippmann, *Opinião Pública*, na qual afirma que a maioria dos cidadãos não possui uma opinião sobre as matérias de interesse público, defendendo assim uma perspectiva elitista de participação societal. Discorre ainda sobre o comportamento da imprensa na sociedade massificada, afirmando que a imprensa apenas pretende lucrar com a venda dos jornais, ao invés de informar com rigor, predominando a informação simplista e descontextualizada.

Destaque ainda para a obra de Habermas²³, *Espera Pública*, na qual o autor parte uma perspectiva cronológica, na qual estabelece uma correlação entre a afirmação da classe média e o surgimento do espaço público e da subsequente opinião pública, reconhece a importância da existência de um espaço público no qual os cidadãos devem participar de forma activa, desempenhando assim uma acção interventiva na vida pública, cumprindo assim um papel de legitimação e vigilância do poder político. Porém, Habermas desenvolve uma visão ‘fatalista’ de espaço público, por afirmar que este está desvirtuado. A desvirtuação da esfera pública acontece, segundo o autor, com o surgimento dos mass *media* que ao invés de praticarem um ‘jornalismo de convicção’, no qual se divulgam os assuntos de interesse público, apenas pretendem maximizar o lucro, tendo assim somente um papel instrumental e manipulativo, não instigando à crítica.

É sobre o papel da informação como mercadoria que se debruça Ignacio Ramonet no seu livro intitulado “Tirania da Comunicação”. Afirmou que foi após a Guerra do Golfo que a televisão assumiu o poder, pois era através dela que os cidadãos acediam à informação.

Tendo os Governos compreendido a influência da televisão, sobretudo no pós-Vietname, todos eles desenvolveram políticas de comunicação fortemente planificadas quando ocorria um conflito, sendo a guerra do Golfo de 1991 exemplo de tal. O autor fala em «censura democrática» que “não assenta na supressão ou no corte, na

²² Felman, Lieutenat, “The Military/Media clash the new principle of war: Media spin”, *School of Advanced Air Power Studies*.

²³ Habermas, Jürgen (1974), *The Public Sphere: Na Encyclopedia Article*, New York Critique, Vol.1, nº3, pp.49-55.

amputação ou na proibição de dados, mas na acumulação, na saturação, no excesso e na superabundância de informações”.²⁴

A Guerra do Golfo foi uma verdadeira ‘guerra de simulacros’, pois a prolixidade de imagens “mascaravam silêncios; essas imagens eram, quase sempre, falsas, montagens, logros”²⁵, que estavam de acordo com a arquitectura comunicacional delimitada pelo Pentágono e que conduziu a opinião pública num sentido favorável à intervenção.

Ramonet termina dizendo que “a cobertura «tempestade no Deserto», durante a guerra do Golfo, em 1991, não podia senão dar origem a um equívoco: os *media* prometeram mostrar a guerra em directo, ao passo que os militares tinham decidido apresentar aos jornalistas apenas engodos”.²⁶

De forma sintética, observa-se na literatura sobre as teorias da comunicação uma tendência que pugna que os meios de comunicação são elementos essenciais na formação da opinião pública. Porém, predominam, sobretudo a partir do século XX, teorias pessimistas sobre a influência da massificação da comunicação, que deixa de encarar o tratamento da informação como algo essencial e que deve ser o mais verdadeiro possível, de forma a propiciar à opinião pública uma percepção mais próxima do real factual; para uma indústria comunicacional que encara a informação como uma mercadoria, sobre qual apenas quer lucrar.

Sobre a temática central do estudo, relação entre militares e *media* em cenários de guerra, existem obras de referência que não devem deixar de ser consideradas, tais como a obra de Carlos Santos Pereira, *Guerras de Informação: militares e media em cenários de crise*, na qual o autor faz uma pequena contextualização daquilo que se passou entre os dois principais actores em análise, militares e *media*, durante o conflito do Vietname, no qual os *media* usufruíram de acesso livre ao teatro de guerra para assim analisar as consequências que esta cobertura sem limites estabelecidos pelo poder político militar desencadeou. Faz, posteriormente, uma análise das relações entre militares e *media* nos vários conflitos que se realizaram durante a década de 90, dedicando um capítulo à Guerra do Golfo.

²⁴ Ramonet, Ignacio (1999), *A Tirania da Comunicação*, Campo dos Media, p.29

²⁵ *Idem* p.49.

²⁶ Ramonet, Ignacio (1999), *A Tirania da Comunicação*, Campo dos Media, p.88.

No capítulo “A Guerra ‘em tempo real’”, o autor afirma que depois do Vietname, o poder político compreendeu que a convivência com a imprensa era um dado incontornável que deveria ser tomada em linha de conta, pois os *media* tinham a capacidade de moldar e condicionar não só a opinião pública como os próprios acontecimentos.

Muito embora este tenha sido um conflito rico em transmissão de imagens e de cobertura dos acontecimentos em directo, foi sem dúvida aquele em que o acesso ao teatro do conflito foi severamente restrito (*pool*). Porém, a “exuberância da guerra ‘em directo’ obedecia na realidade a um cenário cuidadosamente rodado”²⁷, pois o Pentágono recusava-se a ceder qualquer informação sobre a extensão dos bombardeamentos, as entrevistas eram restritas e o acesso ao teatro de operações condicionado a um número reduzido de jornalistas.

Este sistema fora architectado pelo Pentágono que entregou a operação mediática ao General Schwarzkof que justificou as restrições “e o recurso a toda a casta e maquinações para ‘gerir’ a visão dos jornalistas invocando ‘razões de segurança’ e os ‘imperativos militares’ inerentes à própria guerra”²⁸.

É também neste conflito que a cadeia de televisão CNN se impõe como modelo e referência, pois apesar do vasto número de jornalistas presentes no Golfo todos estavam condicionados à informação veiculada pelos oficiais através dos ‘briefings’ da coligação ou da visão veiculada pela CNN, o que se traduziu numa convergência informativa. Tal convergência abonava a favor da coligação e correspondia ao intento do GeneralSchwarzkof que “pretendia” manter imagens potencialmente mais chocantes da guerra fora dos ecrãs da televisão.

Terminado o conflito, várias vozes se ergueram contra “a superficialidade geral da sua cobertura, as notícias redigidas sem qualquer esforço de recuo, as reportagens fora de contexto, a audiência de uma verdadeira edição jornalística do material recebido nas redacções, a manipulação da opinião pública de que os *media* se fizeram de facto cúmplices...”²⁹. Houve, nos meses seguintes ao conflito uma prolixidade de documentos tanto da parte dos editores de jornais como pela administração norte-americana sobre o sucedido no Golfo, o que conduziu a intensas negociações entre os

²⁷ Pereira, Carlos Santos (2005), *Guerras de Informação: Militares e Media em cenário de crise*, Lisboa, Tribuna, p.69.

²⁸ *Idem*, p.72

²⁹ *Idem*, p.88

editores e Governo. Em Maio de 1992 foi adoptado um documento intitulado “*Statement of Principals- News Coverage of Combat*”. “Trata-se de um pacote de nove princípios estabelecendo uma série de normas de conduta para militares e jornalistas”³⁰ que consagrava o princípio de uma cobertura livre, mas previa que em tempo de conflito, os jornalistas deveriam respeitar determinadas regras de segurança, que se violadas deveriam ser punidas.

O capítulo termina com a certeza que foi com a guerra do Golfo que houve uma tentativa de institucionalizar as regras de cobertura de um conflito armado pelos *media*, assim como a compreensão por parte do poder político de que a informação veiculada por estes condiciona a visão da opinião pública, o que pode pressionar os governos a alterarem a sua conduta estratégico-militar.

Na mesma linha argumentativa surge o trabalho de José Rodrigues dos Santos, “A Verdade da Guerra”, no qual o autor traça um contínuo histórico da acção dos *media* em cenário de guerra, debruçando-se sobre o conflito do Golfo por este consubstanciar um momento de mudança não só da “logística” de campo associada ao movimento dos *media*, como da própria percepção política dos governos acerca do poderio mediático.

É na literatura de origem norte-americana e inglesa que encontramos estudos mais aprofundados sobre esta temática, nomeadamente sobre a cobertura mediática efectuada durante a Guerra do Golfo.

O trabalho de Philip Taylor, *War and the Media – Propaganda and persuasion in the Gulf War*, constitui marco incontornável nesta matéria, por tecer uma profunda análise das várias componentes que concretizaram o sistema de comunicação accionado para este conflito. Fornece-nos elementos fundamentais para a compreensão da importância dos *media*, por desenvolver profundas reflexões sobre a utilização da propaganda e da componente psicológica na Guerra do Golfo de 1991

Importa ainda mencionar o trabalho de W. Lance Bennett e David L. Paletz, “Taken by Storm: the *media*, public opinion and U.S. foreign policy in the Gulf War”, no qual os autores discorrem sobre a relação existente entre as três componentes, já mencionadas no título da obra, afirmando que entre elas existe uma forte relação de dependência e que só é possível conseguir manter uma opinião pública favorável às decisões estipuladas pelas instâncias políticas e personificadas na política externa do país se os *media* conduzirem o seu discurso no sentido indicado pelo elemento político.

³⁰ *Idem*, p.91.

Ainda sobre a temática militares e *media* em cenários de Guerra, importa analisar o relatório “American’s Team: The Odd Couple. A Report on relationship between the *Media* and Military” de Fank Aukofer e Willian Lawrence. Este relatório divide-se em três grandes partes, nas quais se realiza uma contextualização histórica da relação entre os *media* e militares e se analisa em profundidade a Crise do Golfo de 1991. As restantes partes, tentam perspectivar como se irá estabelecer a relação entre este dois elementos, que ao, longo dos séculos se têm digladiado assim como apresenta uma panóplia de entrevistas de jornalistas e oficiais de renome.

No segundo capítulo analisa-se em profundidade o conflito do Golfo Pérsico, denotando-se de imediato uma destriça entre este e o conflito do Vietname, que se justifica pela abordagem divergente que os efectuaram. Em contraste com o que se observou no Vietname em que o teatro de operações estava totalmente acessível aos *media* que não se inibiam de cobrir imagens ‘cruas’ da realidade, no Golfo e ainda com o ‘síndrome do Vietname’ bem presente, a administração norte-americana traçou uma política de comunicação bastante restrita, *pool*, na tentativa de evitar o que havia sucedido durante o Vietname.

Os autores deste relatório anunciam o descontentamento da classe jornalística com este sistema, e das constantes reivindicações que existiram por parte dos editores das cadeias jornalísticas.

O choque de interesses entre estes dois actores, que é objecto de análise no capítulo três, explica-se pela diferente cultura de conduta dos mesmos. Enquanto os jornalistas procuram incessantemente informação de interesse público para posteriormente a divulgar sem considerar outros valores ou regras, os militares regem-se por um sistema de classificação de informações rígido (top secret, secret, confidencial).” Por apresentarem diferenças culturais de enorme substância, é necessário desenvolver em tempo de paz mecanismos de regulação entre militares e *media* que os preparem para agir em parceria em tempo de crise.

Um estudo apresentado pela *School of Advanced Air Power Studies* da autoria de Lieutenant Felman, denominado como “*The military/media clash and the new principle of war: Media Spin*”, também se debruça na análise da relação entre militares e *media* em cenários de crise, fazendo uma contextualização da mesma. Porém, este estudo dá especial ênfase à evolução tecnológica, por considerar que esta desencadeia a problemática de controlo da informação.

Referindo a influência brutal que a televisão teve na opinião pública no conflito do Vietname, evidencia que a demonstração dos esforços de guerra acabou por desencadear um movimento de contestação na opinião pública o que condicionou os objectivos de política externa estabelecidos pela administração americana.

Susan L. Carruthers, no seu estudo *The Media at War*³¹, fornece-nos uma reflexão sobre a forma como as guerras são projectadas e interpretadas na era digital, na qual os impulsos tecnológicos não cessam. A sua análise, vai além da narrativa cronológica, considerando como o cerne da problemática entre estes dois agentes, a questão do poder. Assim, são analisadas algumas das técnicas utilizadas pelo Poder Político para manipular a informação que é facultada aos media e posteriormente projectada na sociedade civil. Considera ainda o elemento opinião pública fundamental na legitimação do estado de guerra.

Ainda, dentro desta temática merece realce o trabalho de W.Lance Bennett e Jarol B. Manheim³², *Conquistar o Público: Informação, orientação e o processo democrático no conflito do Golfo*, através do qual se disserta sobre de que forma deve ser conduzida a informação em cenário de guerra, tendo a I Guerra do Golfo como exemplo.

Os autores afirmam que se as elites dirigirem a difusão da informação desde o envolvimento preliminar do Estado no conflito, arquitectando para tal uma política de comunicação suportada pelas relações públicas, conseguirá obter a legitimação do conflito. Esta condução pelas instâncias estatais aliada à própria desinformação da sociedade civil acerca de determinado país, concretamente o Iraque, potencia o sucesso da política comunicativa das mesmas.

Concluem que a opinião pública, sobretudo no conflito do Golfo, se tornou um artefacto, uma vez que não permitiu o envolvimento crítico do público. O debate foi conduzido pelas elites afectas ao poder político que assim dirigiu a opinião pública no sentido da legitimação da sua acção.

Da literatura analisada na tipologia de cenários em causa, denota-se uma tendência uniforme que reconhece que o sistema *pool* utilizado na guerra do Golfo foi uma consequência directa do «síndrome do Vietname». Este sistema restrito de acesso ao campo de batalha acabou por ser gerador de simulacros e catalisador de debate

³¹ Traquina, Nelson (2000), *O Poder do jornalismo – Análise e Teoria do Agendamento*, Coimbra, Minerva.

³² Carruthers, Susan L. (2000), *The Media at War – Communication and Conflict in the Twentieth Century*, New York, ST. Martin's Press INC

intenso entre o governo/militares e a classe jornalística que acusava a política seguida pela administração norte-americana de desenvolver um sistema de censura, que os impedia de retratar os factos com isenção.

Sugere ainda que a leitura mediática da missão caminhou no sentido desejado por aquela administração, havendo um consenso internacional favorável à intervenção da coligação no Iraque em 1991 e tal se manteve até ao final do conflito, contrariamente ao que havia sucedido no Vietname, durante o qual, e motivado pela leitura que os *media* efectuaram da missão, houve uma ‘onda de contestação’ por parte da opinião pública que segundo muitos teóricos motivou a alteração da conduta americana relativa à sua política externa.

Foram ainda analisadas obras no domínio da geopolítica e da própria temática da guerra, das quais merecem destaque as obras de Carlos Manuel Mendes Dias, “Sobre a Guerra” e “Geopolítica: teorização clássica e ensinamentos”, que nos proporcionaram definições conceptuais de grande rigor académico.

Capítulo II

2.1. Introdução à História do Iraque: compreender os interesses norte-americanos no Golfo Pérsico

O estudo dos fenómenos ocorridos no Médio Oriente, concretamente no Iraque, exige a compreensão da componente geopolítica, que deve ser entendida como “a procura de relacionamento entre tipos comuns de comportamentos políticos com as diversas áreas geográficas, e o estudo da influência da geografia no enunciado dos objectivos dos povos”.³³

Assim importa atender à geografia do Iraque, que se apresenta como sendo uma região banhada por dois rios, Tigre e Eufrates, ocupando uma área de 437072 km² e comumente apelidada de ‘berço da civilização Ocidental’³⁴. Possuidora de extensos recursos petrolíferos, a região do Médio Oriente é a líder incontestável nesta matéria, tendo “cerca de 57% das reservas mundiais de petróleo bruto e quase 42 % das de gás natural”.³⁵

Por força de um mandato da Sociedade das Nações, os britânicos desenharam em 1921 as fronteiras do estado iraquiano sem atender às fronteiras étnicas (“dos três milhões de habitantes do Iraque, no início do Mandato, mais de metade era xiita e aproximadamente 20% eram curdos, com cerca de 8% de minorias de judeus, cristãos e yazidis, sabeus e turcomanos”),³⁶ tendo sido declarado independente em 1932. Desde a morte do rei, em 1933, até 1958, o país viveu períodos de agitação interna, tendo sido proclamada a República em 1958.

Contudo, Kassem é assassinado em 1963 e substituído pelo partido socialista de orientação pan-árabe Baath. Em 1968 “entre detenções em massa e execuções públicas, o general árabe sunita Ahmad Hassan al-Bark chegou ao poder. Introduziu reformas agrárias e laborais e em 1972 nacionalizou a indústria petrolífera”³⁷.

³³ IAEM (2000, p.5), citado por Dias, Carlos Manuel Mendes (2010), *Geopolítica Clássica e Ensinamentos*, Lisboa, Prefácio.

³⁴ Küng, Hans (2010), *Islão: Passado, Presente e Futuro*, Coimbra, Edições 70, p.517.

³⁵ Lins, Hoyêdo Nunes (s.a), “Goeconomia e Geopolítica dos recursos energéticos na primeira década do século XXI”, s.l, s.n.

³⁶ Tripp, Charles (2003), *História do Iraque ou do Nascimento e Estado de uma Nação*, Sintra, Publicações Europa-América, p.54.

³⁷ Küng, Hans (2010), *Islão: Passado, Presente e Futuro*, Coimbra, Edições 70, p.518.

Contudo, em 1979 Saddam Hussein – chefe da polícia secreta de Al-Bark- tornou-se presidente do Conselho Revolucionário, de Estado e Secretário-Geral do Partido Baath. Saddam Hussein pretendia elevar o Iraque a potência dominante na região ³⁸ e para tal compreendeu que era necessário silenciar líderes religiosos xiitas e alguns membros da oposição curda para assim conseguir algum sentido de união nacional em prol da ‘causa maior’.

A necessidade de invadir o Kuwait compreende-se não só devido ao facto de o único acesso do Iraque ao Golfo estar bloqueado por destroços e minas³⁹ desde a Guerra Irão-Iraque, estando o Iraque vetado do acesso ao mar; como também pela necessidade de reconstruir a economia do país que se encontrava fortemente debilitada deste a Guerra Irão-Iraque. Saddam deparava-se com uma dívida externa “que ascendia a mais de 50% da receita do petróleo iraquiano”⁴⁰. A negação de Kuwait em não perdoar a dívida do Iraque, 40 biliões de dólares, e de não aceitar contribuir para a reconstrução económica do país, motivou a intensificação do discurso de ameaça de invasão já proferidos por Saddam.

Apesar das indicações preliminares dos EUA de que iriam considerar esta questão como um assunto interno árabe (“numa conversa a 27 de Julho de 1990, o embaixador americano April Gaspie, um orientalista, afirmou a Saddam que os E.U.A. iriam considerar esta situação como um assunto interno árabe”)⁴¹ a percepção de que a anexação do Kuwait colocaria a Arábia Saudita em perigo desencadeou uma rápida resposta por parte de Washington que prontamente formou uma coligação internacional que tinha como principal objectivo estratégico-militar a libertação do Kuwait.

Importa ainda sublinhar que a pronta resposta americana se inscreve na ‘doutrina Carter’, que havia identificado o Golfo Pérsico como uma região de interesse vital para os E.U.A. Como tal não seria do interesse norte-americano consentir a afirmação do Iraque como potência regional, uma vez que o regime de Saddam era demasiado hostil à política externa desenvolvida pelos norte-americanos.

³⁸Idem, p.273.

³⁹ Küng, Hans (2010), *Islão: Passado, Presente e Futuro*, Coimbra, Edições 70, p.520.

⁴⁰Tripp, Charles (2003), *História do Iraque ou do Nascimento e Estado de uma Nação*, Sintra, Publicações Europa-América, p.272.

⁴¹ Küng, Hans (2010), *Islão: Passado, Presente e Futuro*, Coimbra, Edições 70, p.520.

2.2. Contextualização do Conflito Guerra do Golfo de 1991

*“A invasão do Kuwait pelo Iraque serviu para nos recordar que a arquitectura de segurança e defesa não deve edificar-se apenas à volta da Europa, mas sim, em todo o Planeta; e, em especial, no Médio Oriente porque a estabilidade desta região envolve interesses vitais devido à enorme dependência do petróleo”.*⁴²

A década de 90 augurava ser um período de redefinição da ordem internacional, uma vez que os moldes de bipolaridade nos quais assentava ruíram com os acontecimentos que se catapultaram em finais dos anos oitenta, como a queda do Muro de Berlim e a subsequente destituição das Repúblicas Soviéticas.

O centro da política internacional desloca o seu enfoque do Leste Europeu para o Médio Oriente, devido a anunciada política expansionista de Saddam Hussein, que fora sustentada pela convicção do líder iraquiano de que dispunha um imenso potencial de armamento fornecido pelos EUA, alguns Estados Europeus e a URSS no período da Guerra Irão-Iraque (1980-1988).⁴³

“O crescimento desmesurado destas forças, em virtude do apoio recebido, contribuiu para a adopção de uma política expansionista que Saddam visualizara com o final da Guerra-Fria”.⁴⁴ A mudança de atitude de Saddam ficou bastante evidente com a tomada de posições anti-americanas, assim como a pressão exercida sobre países vizinhos como a Arábia Saudita e o Kuwait no sentido de perdoarem a dívida externa que o país enfrentava - que ascendia aos 40 biliões de dólares. Para além de agitar

⁴² (Pila, 1991: p.6) citado por Tenente-Coronel Ribeiro, Carlos, Sofia Menezes e Major Carlos Macieira (2005), “Análise das duas Guerras do Golfo Pérsico (1991 e 2003), Contributos para a Transformação do Exército Português”, Proelium - Revista da Academia Militar.

⁴³ “A chegada dos ayatollahas ao Poder fez com que o Irão voltasse a reclamar a estratégica região do Shatt al-Arab, estreita porção de terra, fundamental para o escoamento do petróleo iraquiano. Elevado a presidente da República em 1979, Saddam Hussein não se ficou quando foi atacado pelo Irão, dando-se em 1980 início a um das mais sangrentas guerras da segunda metade do século XX. (...) O Iraque chegou ao final do conflito sem ganhos territoriais, mas com uma máquina de guerra bem afinada que, do ponto de vista estatístico, lhe conferia o estatuto de ‘quarta potência militar a nível mundial’”. QuidNovi (2003), *Grandes Batalhas da História Universal - Golfo*, Matosinhos, QN- Edição e Conteúdos, S.A., p.8.

⁴⁴ Tenente-Coronel Ribeiro, Carlos, Sofia Menezes e Major Carlos Macieira (2005), “Análise das duas Guerras do Golfo Pérsico (1991 e 2003), Contributos para a Transformação do Exército Português”, Proelium - Revista da Academia Militar, p.62.

fortemente o fraco equilíbrio no qual assentavam as relações entre os países que constituem o Golfo Pérsico, afrontou fortemente a nova ordem internacional que ainda se estava a esboçar.

Acresce ainda dizer que apesar do ‘aparente’ potencial de armamento que Saddam pensava ser capaz de devastar as tropas ocidentais, o país não enfrentava um período de crescimento económico e de estabilidade social. Pelo contrário, “O Iraque tinha ficado economicamente devastado com a guerra de oito anos com o Irão. Possuía uma dívida externa de 80 mil milhões de dólares por ano. Simultaneamente, o Iraque repousava ao lado de uma mina de ouro - o Kuwait - com enormes excedentes de petróleo e uma população reduzida. (...) O Iraque argumentou que o Kuwait não cumpria os acordos petrolíferos da OPEP e que cada redução de um dólar no preço do barril de petróleo custava ao Iraque mil milhões por ano.”⁴⁵

Percepcionando o Kuwait⁴⁶ como um potencial ‘colete de salvação’, o líder iraquiano inicia um discurso de constante ameaça, no qual se destaca o ocorrido a 17 de Julho de 1990, em que este assume recorrer à força caso o Kuwait e os Emirados Árabes não reduzam a sua produção de petróleo, perfilando-se a partir do dia 21 do mesmo mês, a concentração de tropas iraquianas junto à fronteira com o Kuwait.

Os Estados Unidos começam a desenvolver robustos esforços diplomáticos⁴⁷ para temperar a situação, e a 25 de Julho de 1990, Saddam recebe a embaixadora

⁴⁵ Nye, Joseph (2002), *Compreender os Conflitos Internacionais: uma introdução à Teoria e à História*, Lisboa, Trajectos, p.213.

⁴⁶ “Situado no Golfo Pérsico, fazendo fronteira com o Iraque e a Arábia Saudita e tendo como capital a cidade do Kuwait, a área que corresponde a este pequeno estado foi integrada no Império Abassida no século VII. Esta situação manteve-se durante cerca de 800 anos, até ser absorvido pelo Império Otomano. Durante o século XIX a influência britânica fez-se sentir com intensidade, transformando-se numa situação de direito em 1889, ano em que o Kuwait passou a ser um protectorado do Império Britânico, estatuto que manteve até 1961, altura em que ascendeu à independência. (...) A descoberta do petróleo transformou o destino desta pequena monarquia. Recorrendo a contingentes de emigrantes para colocar a indústria petrolífera em funcionamento, em pouco tempo o Kuwait adquiriu o estatuto de um dos maiores produtores de petróleo do Mundo.” QuidNovi (2003), *Grandes Batalhas da História Universal - Golfo*, Matosinhos, QN - Edição e Conteúdos, S.A, p.14

⁴⁷ “ (...) a actividade diplomática desenvolvida foi muito intensa onde se destaca o papel da ONU e dos EUA. A ONU, através do seu Conselho de Segurança, realizou várias reuniões de emergência; começou por condenar a invasão do Kuwait, depois aprovou um embargo comercial, financeiro e militar ao Iraque, considerou nula a declaração de Saddam Hussein de anexação do Kuwait e a 25 de Agosto autoriza o uso da força para impor o bloqueio naval”

americana April Glaspie; porém este encontro apenas serviu para o líder iraquiano reforçar a sua posição relativamente ao Kuwait.

A Conferência da OPEP (iniciada a 26 de Julho) termina com um acordo relativo ao preço do barril de petróleo, que ficaria fixado nos 21 dólares por barril para todas as nações membro. Ainda durante o mês de Julho, a 31, assiste-se às reuniões das delegações kuwaitianas e iraquianas para conversações em Jeddá, que terminam com o abandono do Iraque, pelo facto do Kuwait se recusar a ceder à totalidade das suas exigências.

Assim, a ameaça iraquiana concretiza-se e o Kuwait é invadido pelas tropas de Saddam a 2 de Agosto de 1990, ficando a ocupação completa em menos de 24 horas, uma vez que o Kuwait dispunha de um débil sistema de defesa militar.

“ Entretanto, o Iraque instalava um ‘governo provisório’ no Kuwait para dar a ideia de que as forças iraquianas tinham sido convidadas a entrar no país para defender uma revolução contra a família dirigente Al-Sabah. Todavia, numa questão de dias, o governo iraquiano anunciava que anexaria o Kuwait, ‘devolvendo-o’ à pátria iraquiana. A anexação foi formalmente consumada em finais de Agosto quando o Kuwait se transformou na décima nona província do Iraque.”⁴⁸

2.3. A posição da Comunidade Internacional: da Legitimação à Intervenção

Seguindo as normas definidas pelo Direito Internacional que estabelecem a necessidade de legitimar uma intervenção armada - através da aprovação de uma resolução emitida pelo Conselho de Segurança da ONU - antes de desenvolver uma acção de legítima defesa, a Comunidade Internacional⁴⁹ desenvolveu esforços diplomáticos e sancionatórios para dissuadir o Iraque da sua política expansionista, que

Tenente-Coronel Ribeiro, Carlos, Sofia Menezes e Major Carlos Macieira (2005), “Análise das duas Guerras do Golfo Pérsico (1991 e 2003), Contributos para a Transformação do Exército Português”, Proelium - Revista da Academia Militar, p.3.

⁴⁸ Nye, Joseph (2002), *Compreender os Conflitos Internacionais: uma introdução à Teoria e à História*, Lisboa, Trajectos, p.213.

⁴⁹ Que deve ser entendida como “ (...) unidade espontânea do domínio do «ser», na qual importam os valores convergentes e integrativos, enquanto a sociedade representa uma unidade mais artificial” Sousa, Fernando (2008), “*Dicionário de Relações Internacionais*”, Porto, Edições Afrontamento, p.46.

se figurou na emissão de doze Resoluções da ONU, datando a primeira de 2 de Agosto de 1990 e a última de 29 de Novembro.

A Resolução n.º 660 de 2 de Agosto, visava persuadir o Iraque a retirar-se do Kuwait e demonstrar a condenação de toda a Comunidade Internacional. Porém, tal não aconteceu, tendo sido necessário emitir mais nove Resoluções, nas quais se decretava o embargo económico e comercial (Resolução n.º 661, 6 de Agosto), a ilegalidade da intervenção (Resolução n.º 662 de 9 de Agosto), restrição do espaço aéreo (Resolução n.º 670 de 25 de Setembro), entre outras medidas de âmbito humanitário.

Porém, todas elas falharam no seu principal objectivo que era a retirada do Iraque do território do Kuwait sem recorrer à força militar. É, então promulgada a Resolução n.º 678 de 29 de Novembro que “autorizava todos os Estados membros que estão a cooperar com o governo do Kuwait, a menos que o Iraque ponha totalmente em prática a, ou até, 15 de Janeiro de 1991 as resoluções em vigor, a utilizar todos os meios para fazer valer e levar à prática a resolução n.º 660 de Conselho de Segurança e para restabelecer a paz e a segurança internacional na zona; solicita a todos os Estados que dêem o apoio adequado às acções levadas a cabo no cumprimento desta resolução”.⁵⁰

Estava assim, de acordo com as directrizes do Direito Internacional, legitimada a intervenção armada das Forças Aliadas no Kuwait, que viria a acontecer a 17 de Janeiro.

Até ao dia em que ocorre a intervenção das Forças Aliadas no Kuwait, continuam a ser desenvolvidos esforços diplomáticos não só dos EUA e de países europeus, como por países vizinhos, onde se destaca a acção da Arábia Saudita e do Egipto.

A 3 de Dezembro de 1990, o secretário de Estado da Defesa, Dick Cheney afirma no Senado⁵¹ que as sanções não estão a surtir efeitos; tal afirmação pretendia advertir o Governo para a necessidade de intervir militarmente no Kuwait, apesar do Iraque ter obedecido a algumas pretensões de Resoluções emitidas pela ONU, sobretudo as que estavam relacionadas com concessões de cariz humanitário (Resolução n.º 667 de 16 de Setembro e Resolução n.º 674 de 29 de Outubro).

O clima de tensão não parou de se intensificar, tendo o Secretário de Estado da Defesa, Dick Cheney e o Chefe do Estado-Maior, Colin Powell proferido um sério aviso

⁵⁰ Darwish, Adel, Gregory Alexander (1991), *Guerra do Golfo - História secreta da Guerra de Saddam*, Londres, Europa-América, p.357.

⁵¹ *Idem*.

a Saddam durante a conferência do Cairo, que retaliou, afirmando que “a terra arderá sob os pés americanos se estes atacarem”⁵². Durante os dias 23 e 24 de Dezembro são trocadas entre os Poderes americanos e iraquianos acesas palavras por interposição dos meios de comunicação, sobretudo através da televisão, que iriam assumir papel central neste conflito.

A 11 dias de expirar o prazo dado pela ONU para o Iraque retirar, Saddam Hussein profere um discurso exaltado, afirmando mais uma vez que o seu povo está preparado para a «mãe de todas as batalhas»⁵³.

E assim, a 17 de Janeiro de 1991 inicia-se a operação «Tempestade no Deserto», que sucede à «Operação Escudo do Deserto» que estava activa desde dia 8 de Novembro e que tinha como objectivo proteger o território saudita de qualquer avanço iraquiano, com a eclosão de um destrutivo ataque aéreo, que bombardeou intensamente as tropas iraquianas estacionadas no Kuwait.

Importa destacar quais foram os objectivos estratégico-militares⁵⁴ definidos pela coligação de geometria variável que integrava 38 países, sendo eles:

- “Neutralizar a capacidade de comando nacional do Iraque para dirigir operações militares;
- Expulsar as forças iraquianas do Kuwait e destruir da sua capacidade ofensiva, incluindo as forças da Guarda Republicana no TO no Kuwait;
- Destruir a capacidade de produção e meios de lançamento de armas NBQ, incluindo o programa de mísseis balísticos;
- Apoiar a restauração do governo legítimo do Kuwait”⁵⁵.

⁵² *Ibidem* ,p.359.

⁵³ Darwish, Adel, Gregory Alexander (1991), *Guerra do Golfo - História secreta da Guerra de Saddam*, Londres, Europa-América, p.362

⁵⁴ “Ao definir a questão do objectivo na guerra é essencial clarificar e manter claro nos espíritos, a distinção entre objectivo político e objectivo militar. Os dois são diferentes mas não separados. Porque as nações não fazem guerras só por fazer mas no prosseguimento da política. O objectivo militar é só o meio para um fim político. Daí que o objectivo militar deva ser governado pelo objectivo político, sujeito à condição básica que a política não deve exigir o que é militarmente – isto é, praticamente - impossível”. Ribeiro, Henrique M. Lages (2008), *Dicionário de termos e citações de interesse político e estratégico*, Lisboa, Gradiva, p.236.

⁵⁵ DOD, (1991), p.1. Tenente-Coronel Ribeiro, Carlos, Sofia Menezes e Major Carlos Macieira (2005), “Análise das duas Guerras do Golfo Pérsico (1991 e 2003), Contributos para a Transformação do Exército Português”, Proelium - Revista da Academia Militar.

“Na lógica de formação de uma coligação de geometria variável, o Paquistão, o Bangladesh, Marrocos, o Egipto e a Síria concordaram em contribuir com efectivos militares e a Turquia fechou o oleoduto que ‘corre’ desde o Iraque e ‘desagua’ no Mediterrâneo, para além de ter autorizado a utilização das suas bases aéreas; de qualquer forma e porque estamos a falar de política internacional, todos estes contributos forçaram à existência de contrapartidas.”⁵⁶

Foi definido que o Plano Geral da Campanha iria passar por quatro fases distintas:

- Fase I - Campanha Aérea, cuja finalidade era desorganizar as funções vitais do regime iraquiano pela destruição dos seus sistemas de comunicações; centros vitais das suas capacidades ofensivas e defensivas; da sua Força Aérea; do sistema integrado de defesa aérea e da sua capacidade de produção de armas NBQ;
- Fase II - Obtenção da Superioridade Aérea no Kuwait, através da supressão das defesas antiaéreas iraquianas, nomeadamente, radares e mísseis antiaéreos;
- Fase III - Preparação do Campo de Batalha que tinha como objectivo a redução do potencial de combate das forças iraquianas, sendo realizada pela Força Aérea Aliada e pelos meios de lançamento das forças terrestres e navais;
- Fase IV - Campanha Terrestre que tinha como objectivos isolar o TO do Kuwait, destruir as forças da Guarda Republicana e libertar o Kuwait.⁵⁷

A condução militar das forças da Coligação foi desenvolvida pelo General Schwarzkopf, que dispôs de um enorme espaço de manobra para agir militarmente no Iraque, pois a doutrina vigente assim o preconizava. A Doutrina Powell⁵⁸ advogava que “a força militar norte-americana, quando utilizada, deveria ser esmagadora e implacável”⁵⁹, tendo assim esmagado as forças iraquianas sem grande dificuldade.

No dia 28 de Fevereiro de 1991 é declarado o fim das operações, pelo Presidente Bush, “que conduziu politicamente a Coligação (...) após o Ministro Iraquiano dos Negócios Estrangeiros, Tarek Aziz, ter enviado uma carta ao Secretário-Geral da ONU,

⁵⁶ Dias, Carlos Manuel Mendes (2010), *Sobre a Guerra*, Estratégia e Política Externa, Lisboa, Prefácio, p.262.

⁵⁷ Tenente-Coronel Ribeiro, Carlos, Sofia Menezes e Major Carlos Macieira (2005), “Análise das duas Guerras do Golfo Pérsico (1991 e 2003), Contributos para a Transformação do Exército Português”, Proelium - Revista da Academia Militar, p.73.

⁵⁸ Chefe do Estado-Maior inter-armas.

⁵⁹ QuidNovi (2003), *Grandes Batalhas da História Universal - Golfo*, Matosinhos, QN - Edição e Conteúdos, S.A,p.46.

aceitando em nome do Iraque as doze resoluções aprovadas durante a Crise e Guerra do Golfo. Deste modo, o presidente Bush considerou que estavam cumpridos os objectivos da campanha: libertar o Kuwait e reduzir o potencial de combate iraquiano”.⁶⁰

Com a aprovação da resolução 686, que exigia do Iraque a anulação de todas as medidas de anexação do Kuwait, “a aceitação da responsabilidade pelas perdas e danos sofridos pelo Emirado e outros países; a libertação imediata dos prisioneiros de guerra e estrangeiros detidos e a cessação de todos os actos hostis. No entanto, a ONU manteve a resolução 678, que permitia o uso da força, até o Iraque cumprir todas as exigências da resolução 686”.⁶¹

Importa ressaltar que neste conflito, o vector psicológico teve uma enorme preponderância, tendo sido utilizado pelas partes antagónicas com o objectivo principal de mobilizar a opinião pública. A utilização dos *media*, como a rádio e a televisão foram ‘utilizadas pelos Poderes em confronto; contudo não se pense que por este motivo a cobertura do conflito se fez sem restrições à movimentação dos jornalistas.

Tais restrições geraram um enérgico debate em torno das relações entre militares e *media* em cenário de guerra, sendo por isso fundamental compreender como estas evoluíram ao longo da história.

⁶⁰ Tenente-coronel Ribeiro, Carlos, Sofia Menezes e Major Carlos Macieira (2005), “Análise das duas Guerras do Golfo Pérsico (1991 e 2003), Contributos para a Transformação do Exército Português”, Proelium - Revista da Academia Militar, p.90.

⁶¹ *Ibidem.*

Capítulo III

3.1. Cultura Militar e Cultura Mediática

“...free press - one of the great virtues and element constituents of a democracy- is an institution wherein concentration of power is viewed as a danger. The press is a watchdog over institutions of power, be they military, their institutions. By its very nature, the press is skeptical and intrusive. As a result there will always be a divergence of interests between the media and the military. They are both essential to the well-being of our nation is beyond question, but the problem of minimizing the natural friction between the two is a daunting one”⁶²

A natureza da relação entre militares e *media* não se desenvolveu de forma linear, tendo observado períodos de maior pacificação ou conflito⁶³, havendo por isso vários autores (Aukofer and Lawrence, 1995) que a conotam como o ‘*Odd Couple*’. Tal caracterização provém da natureza diferenciada de cultura e funções da instituição militar e mediática, e que se acentua especialmente em períodos de conflito armado.

A cultura militar baseia-se num esquema de organização hierárquico, no qual existe uma definição clara e precisa da carreira e onde o respeito, lealdade e trabalho em equipa são valores fulcrais e intrínsecos. A sua missão é por isso e em aplicação, o cumprimento estrito dos objectivos estratégico-militares estabelecidos⁶⁴, o que dificilmente se coaduna com a presença no terreno de actores externos⁶⁵. Por isso, nas palavras do Col. Frederick C. Peck (USMC), “There’s a natural conflict between the military and the *media* because the military is populated by Type-A personalities who

⁶² Lieutenant Colonel Gurtin, Joseph G. (2002), “Strategic Leaders: It’s time to meet the press”, Pennsylvania, U.S. Army War College, p.14.

⁶³ “Um afrontamento em torno de valores e reivindicações relativas a recursos, estatutos, direitos ou poder, em que cada um dos oponentes visa neutralizar, causar danos ou eliminar o seu adversário”. Coser L., citado por ”. Ribeiro, Henrique M. Lages (2008), *Dicionário de termos e citações de interesse político e estratégico*, Lisboa, Gradiva, p52.

⁶⁴ Quando se encontram ao nível estratégico-militar.

⁶⁵ Referimo-nos aqui à presença de jornalistas, sobretudo, se não existir uma política pré-definida que de regule a sua conduta no conflito, permitindo a ‘livre circulação’ no terreno.

wants control. That's why they like the *media* pool, and that's why in their mindset it's the first thing. They say, 'Okay, the pool, because we know we can control it'.⁶⁶

Os *media* trabalham de forma independente, muitas vezes sem seguir nenhum tipo de regras e onde o princípio de liberdade de expressão e movimento constituem elementos centrais na sua acção. A relação entre jornalistas pauta-se por valores individualistas e competitivos, não havendo lugar para lealdades⁶⁷.

Devido a tão colossais diferenças de princípio e finalidade, estas duas instituições têm grande dificuldade em estabelecer um protótipo de relacionamento. “ A situação de tensão e desconfiança deriva do facto de que a informação é um poder e, embora não figure no esquema dos poderes constitucionais clássicos, forma parte do sistema de equilíbrios, de travões e contrapesos em que consiste um regime pluralista de liberdades (...) As relações entre o poder e os *media* são relações entre o poder e o poder”⁶⁸.

3.2. Segurança, Censura e Liberdade de Expressão

A liberdade de expressão é o suporte vital de qualquer democracia, estando por isso consagrada na Primeira Emenda da Constituição norte-americana, como um dos seis princípios de carácter inviolável. “But, in times of war, even democratic governments restrict some aspects of news coverage to help maintain social order and protect national interest.”⁶⁹

⁶⁶ Aukofer, Frank, Willian P. Lawrence (1995), “American's Team: The Odd Couple. A report on the relationship between the Media and Military”, *The Freedom Forum, First Amendment*, Vanderbilt University, p.9.

⁶⁷ De acordo com a lógica defendida por Ramonet, de que a informação se tornou numa mera mercadoria (à luz da globalização e da liberalização da economia) que alimenta o arquitectado esquema industrial mediático. “No grande esquema industrial concebido pelos padrões das empresas de tempos livres, cada um constata que a informação é antes de mais considerada como uma mercadoria, e que esta característica prevalece, de longe, sobre a missão fundamental dos media: esclarecer e enriquecer o debate democrático”. Ramonet, Ignacio (1999), *A Tirania da Comunicação, Campo dos Media*, Lisboa, p.8.

⁶⁸ Nery, Isabel (2004), *Política & Jornais. Encontros mediáticos*, Celta Editora, Lisboa. Muito embora, se considere que a informação é um instrumento essencial na materialização das relações de poder, ou seja, não deve ser considerada um poder, mas sim uma dimensão deste.

⁶⁹ Martin, Shannon E. (2006), “US Media Pools and Military Interventions in the 1980s and 1990s”, *Journal Of Peace Research*, 43 (5).

Tais restrições estão consagradas nas Constituições da maioria dos Estados democráticos e em Portugal, podemos com elas tomar um contacto mais directo em contexto dos Estados de Excepção: *Estado de Sítio* ou *Estado de Emergência*. Tanto na Constituição Portuguesa⁷⁰ como norte-americana podemos encontrar a consagração plena dos direitos e deveres fundamentais; contudo existe um artigo nas constituições de ambos os países que prevê a suspensão do exercício dos direitos em caso de emergência ou caos.

Assim, o Estado de Sítio ou de Emergência⁷¹ é uma declaração governamental que suspende, temporariamente, os direitos e garantias consagrados constitucionalmente quando a existe uma ameaça de perturbação da ordem constitucional democrática ou de calamidade pública.

A restrição do acesso à informação em tempo de guerra, deve-se sobretudo, mas não só, à necessidade de proteger a vida dos soldados no terreno, assim como a de assegurar a consecução com sucesso dos objectivos estratégico-militares definidos, tal como consignado constitucionalmente.

“Trata-se de considerar as decisões, o controle e as comunicações, como o ponto central da ciência política, em lugar do Poder, ou, usando a analogia tirada da cibernética, trata-se de estudar a pilotagem do sistema”.⁷² Ou seja, o poder necessita de controlar a informação, “tudo aquilo que corre pelos canais de comunicação, é recebido, analisado e provoca uma reacção”,⁷³ para desta forma conseguir gerir as percepções do receptor da mensagem, os cidadãos.

⁷⁰ Ver Constituição da República Portuguesa, Artigo 19.º, Parte I. Neste artigo podemos encontrar a definição de Estado de Sítio e Emergência, assim como são definidos os moldes em que este pode ser declarado.

⁷¹ Existe uma incerteza terminológica na definição do conceito de Estado de Sítio ou de Excepção. O conceito teve a sua origem na doutrina francesa, e desde então a principal discussão centra-se em redor na inclusão ou exclusão do mesmo no ordenamento jurídico, tendo como principal teórico Carl Schmitt. Porém, o que interessa atender é que “a teoria da necessidade não é mais, aqui, do que uma teoria da excepção, em virtude da qual um caso específico é subtraído à obrigação da observância da lei (...) Aquele que em caso de necessidade age para além do texto da lei, não julga da lei mas do caso singular, no qual vê que as palavras da lei não se devem ser observadas”. Agamben, Giorgio (2010), *Estado de Excepção*, Lisboa, Edições 70, p.45.

⁷² Moreira, Adriano (2006), *Ciência Política*, Lisboa, Almedina, p.106.

⁷³ *Idem*, p.107.

Em tempo de guerra, o controlo e restrição das informações circulantes é um requisito fundamental do Poder, não só para assegurar a consecução com sucesso dos objectivos estratégico-militares definidos, como para garantir a protecção da vida dos soldados. Porém, a perspectiva da Ciência Política colide com a perspectiva das Ciências da Comunicação - que, se escuda nos elementos constitucionais de defesa da liberdade de expressão – que tem como principal objectivo facultar a informação.

Considerando o quadro conceptual definido, compreende-se a crítica efectuada pelos *media* ao comportamento dos militares – elementos constituintes do corpo estatal – em cenário de guerra, no qual estes elementos são restringidos na transmissão de informação; sendo por isso, acusados pelos jornalistas da prática de censura; que aqui deve ser entendida como “conjunto de medidas destinadas a evitar que o inimigo obtenha notícias de valor através de todos os tipos de correspondência, publicações, noticiário e ‘mensagens’ difundidas pelos diferentes órgãos de informação pública e a evitar que estes sejam utilizados na difusão de propaganda inimiga”⁷⁴

3.3. Evolução Histórica da relação entre Militares e *Media*: da Guerra do México à Intervenção americana no Panamá

Na história americana é possível identificar quatro períodos distintos da relação entre militares e *media*,⁷⁵ sendo eles a (1) censura, (2) cooperação (3) abertura e a (4) acesso controlado.

O jornalismo de guerra iniciou-se com a Guerra do México (1846-1848), que assistiu a um avanço ao nível da tecnologia – invenção do telégrafo – que tornou o sistema de comunicação muito mais rápido. Tal facto, veio dificultar o controlo da informação por parte do poder político durante o decorrer do conflito havendo por isso múltiplas violações do ‘*operational security surfaced*’, o que intensificou o regime de restrição à informação durante a Guerra Civil e na Guerra Hispano-americana. Contudo, as restrições assumiram contornos de censura durante a Primeira Guerra Mundial, na qual foi publicado o ‘*Espionage Act*’ em 1917 que proibia a publicação de qualquer

⁷⁴ Ribeiro, Henrique M. Lages (2008), *Dicionário de termos e citações de interesse político e estratégico*, Lisboa, Gradiva, p.36.

⁷⁵ Seguindo a tipologia apontada por Lieutenant General Caldwell, William B., Lieutenant Colonel Stroud, Shawn, Mr. Menning, Anton (2009), “Fostering a Culture of Engagement”, *Military Review*.

informação que pudesse dar alguma vantagem ao inimigo, tendo sido suportado por dois actos legais em 1918, Schenk v. e Near v. Minnesota que “recognized national security interest as justification for prior restraint”.⁷⁶

Do período de censura passamos para a fase de cooperação, embora forçada, que se verificou durante a II Guerra Mundial, e na qual os jornalistas aceitaram ‘voluntariamente’ as regras de limitação de acesso à informação e as regras de acreditação, o que se traduziu num jornalismo de propaganda política⁷⁷.

Por impulso do General George C. Marshall e do General Eisenhower, durante este conflito houve um forte investimento da Administração americana em ‘conhecer a imprensa’ (*meet the press*)⁷⁸ e pô-la ao serviço dos interesses americanos. Como afirma Lieutenant Colonel Joseph Gurtin“(...) by and large World War II represented a benchmark in military-media relations. It was a total war and the press worked hand-in-hand with the military to promote a common front”.⁷⁹

A lógica de constrangimento e censura à informação foi interrompida durante a Guerra da Coreia (1950-1953), na qual apenas existia um código voluntário que tentava proteger o sigilo milita

Contudo, foi na intervenção americana do Vietname que se presenciou uma ausência total de planeamento mediático – abertura- , o que pode ser explicado pela natureza do envolvimento americano neste conflito, que contrariamente aos anteriores sucedeu de forma progressiva e não declarada formalmente/ oficialmente. Tal facto contribuiu para que, nas palavras de Douglas Porch, “*journalists were allowed practically unrestricted access, accompanying units and freely filing stories*”.⁸⁰

Devido ao fracasso estratégico-militar da intervenção americana no Vietname, os militares elencaram uma série de argumentos nos quais culpabilizaram fortemente os

⁷⁶ Lieutenant General Caldwell, William B., Lieutenant Colonel Stroud, Shawn, Mr. Menning, Anton (2009), “Fostering a Culture of Engagement”, Military Review,p.11.

⁷⁷ Lieutenant General Caldwell, William B., Lieutenant Colonel Stroud, Shawn, Mr. Menning, Anton (2009), “Fostering a Culture of Engagement”, Military Review,p.11.

⁷⁸ Aukofer, Frank, Willian P. Lawrence (1995), “American’s Team: The Odd Couple. A report on the relationship between the Media and Military”,*The Freedom Forum, First Amendment*, Vanderbilt University.

⁷⁹ Lieutenant Colonel Gurtin, Joseph G. (2002), “Strategic Leaders: It’s time to meet the press”, Pennsylvania, U.S. Army War College,p.8

⁸⁰ Lieutenant General Caldwell, William B., Lieutenant Colonel Stroud, Shawn, Mr. Menning, Anton (2009), “Fostering a Culture of Engagement”, Military Review.,p.11.

jornalistas. A mutação de abordagem feita pelas cadeias de televisão e jornais norte-americanos, na opinião da facção militar⁸¹, que passou a demonstrar o esforço de guerra que o conflito exigia - sobretudo evidenciando o número de baixas sofridas pelo exército americano - vaticinou o surgimento de uma opinião pública contrária à presença americana no Vietname⁸².

Assim, os anos 80 foram pautados por intensas discussões no seio do Pentágono que tentavam estabelecer os moldes sobre os quais se desenrolaria a cobertura mediática em períodos de guerra.

“Vietnam was a severe trauma for the US military, one from which it would not recover for many years. In search for explanations, many military officers concluded that frequently critical coverage of the war effort had been an important factor in bringing about the US defeat. By questioning government policies in Vietnam and highlighting the worst aspects of American involvement, it was argued, the *media* it possible to maintain public support for the war.”⁸³

Existindo um reconhecimento por parte da Administração Reagan que a censura era um modelo inaplicável no contexto do surgimento das novas tecnologias, decidiram excluir por completo os jornalistas durante o conflito de Grenada (1983), por alegadas razões de segurança, como advogou o Secretário da Defesa, Caspar Weinberger. Contudo, esta postura desencadeou uma vaga de protesto por parte de editores e jornalistas, que afirmavam que a verdadeira motivação da política praticada durante o conflito era a de tentar camuflar informações que pudessem ‘chocar’ a opinião pública.

Com a intensificação da polémica entre militares e jornalistas, houve necessidade de se criar um grupo de estudos que se debruçasse sobre esta matéria. Assim foi criado em 1983, por disposição do General Vessey, *Chairman of the Joint Chiefs of Staff (CJCS)*, a Comissão Sidle, dirigida pelo Major General Sidle e constituída por militares e jornalistas reformados. Assim, em 1984, a Comissão fez uma série de recomendações, tais como:

⁸¹ À pergunta “News media coverage of events in Vietnam harmed the war effort”, 62% dos militares respondeu afirmativamente. Lieutenant General Caldwell, William B., Lieutenant Colonel Stroud, Shawn, Mr. Menning, Anton (2009), “Fostering a Culture of Engagement”, *Military Review*.

⁸² No decorrer neste estudo, iremos analisar, se terá sido de facto a alteração de cobertura mediática que alienou a opinião pública.

⁸³ Lieutenant Colonel Gurtin, Joseph G. (2002), *Strategic Leaders: It’s time to meet the press*, Pennsylvania, U.S. Army War College.

- “The creation of press pools to protect reports from fast moving lethal environments with the ability to ensure in-depth coverage back home;
- Public Affairs planning should be conducted concurrently with operational planning;
- Press pools should accommodate the largest number of press possible and the temporary in nature;
- Voluntary compliance by the *media* to security guidelines, which should be as few as possible;
- The military should provide essential equipment to assist reporters covering the operation”.⁸⁴

Do conjunto destas recomendações pode retirar-se a seguinte conclusão, “the U.S. *media* should cover U.S. military operations to the maximum degree possible consistent with mission security and safety of US forces”.⁸⁵

Inspirados pelo modelo britânico de *pool* aplicado na Guerra das Falklands, a intervenção no Panamá serviu de teste a este modelo e às recomendações feitas pela Comissão Sidle. Assim, houve uma selecção de jornalistas dos vários órgãos de comunicação que iriam fazer a cobertura do conflito. Não obstante e por decisão premeditada do Departamento de Defesa, os jornalistas foram deliberadamente excluídos do campo de batalha, ficando retidos no aeroporto durante 24 horas e só tendo acesso ao Quartel-General de Noriega. Do ponto de vista militar esta operação foi um verdadeiro sucesso; porém, os jornalistas consideraram a conduta da Administração um prolongamento da seguida em Grenada, tendo a criação da Comissão surtido um efeito nulo.

Através da análise do quadro 3.1., podemos observar de forma esquemática e resumida a evolução da relação entre militares e *media* no período pré e pós Vietname. As variáveis analisadas prendem-se com as atitudes dos militares para com os *media* e vice-versa, nas quais podemos verificar uma assinalável mudança; no período pré Vietname, ambas as instituições afirmavam ter uma atitude ‘amigável’, no período posterior verifica-se uma atitude hostil por parte dos militares relativamente aos *media*, e céptica dos *media* para com os militares, o que se compreende à luz das diferenças de acesso ao campo de batalha e às restantes informações.

⁸⁴ Lieutenant Colonel Gurtin, Joseph G. (2002), Strategic Leaders: It’s time to meet the press, Pennsylvania, U.S. Army War College, p.10.

⁸⁵ *Ibidem.*

Quadro 3.1. Resumo da Relação entre Militares e *Media*

Military-Media Variable	Pre-Vietnam	Post-Vietnam	Operations Other than War
Attitude of military towards press	Friendly	Hostile	Apprehensive
Attitude of press towards military	Friendly	Skeptical	Distant
Access to military	Part of Unit	Pools	Intermittent
Military control of Media	High	Medium	Low
Focus on non-military entities, eg. NGO's, interagencies DOS, and contract civilians	Low	Medium	High
Media perception of military relationship	Incorporated	Manipulated	Courted
Media reliance on for military comms tech	Totally	Partially	Independent
When the story ends	Shooting Stops	Troops go home	<i>Media go home</i>

Fonte: Lieutenant Colonel Gurtin, Joseph G. (2002), *Strategic Leaders: It's time to meet the press*, Pennsylvania, U.S. Army War College.

3.3.1. A Cobertura da Guerra do Golfo - O *Pooling* Jornalístico

Como afirmou Philip Taylor, a Guerra do Golfo anunciava ser a primeira Guerra transmitida em directo e como tal, as cadeias televisivas estavam “estrategicamente colocadas na Arábia Saudita e noutros países vizinhos, em Washington, Londres, Moscovo e na própria capital iraquiana, as câmaras e os enviados especiais da CNN- e, logo, de outras grandes cadeias internacionais, captaram e ofereceram em directo ao

Mundo inteiro imagens ao vivo das peripécias militares e políticas que marcaram o início da operação destinada a desalojar as tropas de Saddam do Kuwait.”⁸⁶

Contudo, a Administração norte-americana havia desenvolvido uma política cuidadosa que regulava a cobertura que iria ser feita da Guerra do Golfo, tendo sido o modelo de *pool* - que limitava o acesso ao teatro de operações a um número reduzido de jornalistas - o escolhido e que já havia sido testado e aperfeiçoado durante a decorrida década de 80.

À semelhança do que se verificou na intervenção americana no Panamá, os *media* foram afastados da chegada das primeiras tropas americanas⁸⁷, e o sistema de *pool* “foi mobilizado à luz do dia, em vez de o ser secretamente, como acordado. Resultado: quando o grupo de jornalistas eleitos chegou à MacDill Air Force Base, em Tampa para um primeiro contacto com o comando da futura operação militar no Golfo e um briefing com o General Schwarkopf, as equipas de televisão locais estavam à espera de cobrir a chegada dos colegas. A convocatória redundou assim num cenário algo caricato com os *media* a cobrirem os *media*.”⁸⁸

A 13 de Agosto de 1990, o Assistente do Secretário da Defesa para os Assuntos Públicos, Louis A. Williams destacou seis assessores de imprensa que iriam acompanhar um conjunto de 17 jornalistas até à Arábia Saudita. Este conjunto de seis assessores iria formar o *Joint Information Bureau* (JIB) que iria exercer um papel central no ‘controle’ de movimentações e publicações dos jornalistas. Contudo, assumiu-se como necessário desenhar um conjunto de premissas que ilustrassem quais as limitações à cobertura do conflito, sobretudo pelo facto da quase totalidade dos repórteres estarem em terreno saudita, que não encarava de uma forma passiva a presença de jornalistas ocidentais no terreno.

O Departamento da Defesa, pela voz de Williams produziu um conjunto de recomendações, fortemente alicerçado nas conclusões a que a Comissão Sidle havia chegado, que estabeleciam as normas de comportamento que os repórteres (*pool*) tinham de cumprir estritamente. As chamadas ‘*ground rules*’, incluíam um conjunto de doze categorias de informação que não poderiam ser reportadas, sendo elas:

⁸⁶ Pereira, Carlos Santos (2005), *Guerras de Informação: Militares e Media em cenário de crise*, Lisboa, Tribuna, p.67.

⁸⁷ *Idem*, p.70.

⁸⁸ *Ibidem*.

(1) specific numbers of troops, aircraft, weapons system, etc.; (2) details of future plans, operations or strikes, including those that had been canceled; (3) informations or photographs that revealed specific locations of military forces or security at military locations; (4) rules of engagement details; (5) intelligence collection activities, including targets, methods and results; (6) specific information on friendly troop movements, tactical deployments and dispositions that could endanger operational security or lives; (7) identification of aircraft origin other than as land –or –sea- based; (8) effectiveness of enemy camouflage, cover, deception, targeting, direct and indirect fire, intelligence collection or security; (9) specific identifying information on downed aircraft or ships while search-and- rescue missions were planned or underway; (10) the methods, unique equipment or tactics of special operations forces; (11) specific operating methods and tactis, such as angles of attack or speeds, but allowing general terms such as ‘low’ or ‘fast’; and (12) information on operation or support vulnerabilities that could be used against U.S. forces, such as details of major battle damage or major personnel losses of specific units, until the military released such data.⁸⁹

Foram ainda emitidas, subsequentemente, recomendações que apenas vieram reforçar as já conhecidas ‘*ground rules*’ e sublinhar que apenas os jornalistas devidamente credenciados poderiam aceder ao teatro de operações. Apesar dos inúmeros constrangimentos, «alvo» de feroz crítica por parte dos repórteres, a 23 de Fevereiro com a ofensiva americana, as restrições tornaram-se ainda maiores, tendo sido decretado o fim dos briefings e desactivado o sistema de *pool*. Porém, devido ao sucesso do ataque, o General Schwarzkopf prestou declarações à imprensa e a prática dos briefings foi recuperada.

Assim, o Pentágono estabeleceu um número máximo de 50 repórteres das várias cadeias de comunicação do mundo que iriam ter acesso ao teatro de operações, definido pelas tropas que os acompanhariam durante todo o processo. Contudo, o que se verificou foi uma enorme discrepância entre o número de jornalistas de nacionalidade norte-americana e britânica e os restantes, o que explica o diferente grau de cobertura mediática dos diferentes países⁹⁰. Posteriormente, os jornalistas constituíam o *pool* que tinha acesso ao teatro de operações através das unidades militares dando corpo aos

⁸⁹ Taylor, Philip M. (1998), *War and the Media – Propaganda and persuasion in the Gulf War*, New York, Manchester University Press.

⁹⁰ Quintero, Alejandro Pizarroso (1991), *La Guerra de las mentiras- información, propaganda, y guerra psicológica en el conflicto del Golfo*, Madrid, Eudema, p127.

Media Reporting Teams (MRTs). Os elementos dos MRTs tinham de seguir rigorosamente as ‘guidelines’ apresentadas pelo *Joint Information Bureau* (JIB) que implicavam uma aceitação de uma ‘revisão’ preliminar dos relatórios elaborados pelos repórteres antes de serem enviados às redacções. Numa fase posterior, e atendendo ao elevado número de jornalistas (cerca de 1500) que acederam ao terreno, o *pool* de jornalistas foi alargado para perto das duas centenas de membros.

Os MRT eram supervisionados por membros do *Public Affairs Office* (PAO) e *British Public Relation Officers* (PROs) que atestavam que a informação que circulava não punha em risco o cumprimento dos objectivos estratégico-militares definidos, o que não se afigurava de grande dificuldade, uma vez que o material era despachado pelas *Forward Transmission Units* (FTU), ou seja, havia uma dependência directa do material/equipamento/meios dos militares, o que gerou intensos protestos dos jornalistas, que se queixavam dos constantes atrasos no envio de informação para as redacções e nos ‘cortes’ a que os seus documentos eram sujeitos.

Aos restantes jornalistas foi concedida autorização para permanecerem em hotéis em território saudita; eram facultados briefings diários dados por elementos do JIB⁹¹, que segundo Taylor eram dados às 17 horas para não serem associados aos “*Vietnam’s Five O’clock Follies*”⁹².

O facto de a guerra ter ocorrido fundamentalmente em espaço aéreo impediu os jornalistas de realizarem a cobertura dos principais acontecimentos, o que agravou o clima de descontentamento. Um conjunto restrito de repórteres criou um grupo de contestação ao modelo de comunicação seguido durante o conflito, por o considerar como uma prática de censura, que ficou conhecido como *Fuck the Pool* (FTP) e contava com a presença de figuras como Marcel Trillat e Robert Fisk⁹³.

Importa acrescentar que existiram jornalistas que tiveram autorização e acreditação para estarem em território iraquiano. Inicialmente Saddam Hussein apenas

⁹¹ Os dois elementos mais conhecidos do JIB e que mais briefings davam eram o General Schwarzkopf e Lieutenant General Charles Horner, o que explica ter esta prática diária ficado conhecida no meio mediático como ‘Norm and Chuck show’, Carruthers, Susan L. (2000), *The Media at War – Communication and Conflict in the Twentieth Century*, New York, ST. Martin’s Press INC, p.135.

⁹² Carruthers, Susan L. (2000), *The Media at War – Communication and Conflict in the Twentieth Century*, New York, ST. Martin’s Press INC.

⁹³ Marcel Trillat foi colaborador da Revista *Cinq Colonnes à la Une* e Director de informação da *Antenne 2*; Robert Fisk correspondente no Médio Oriente do jornal inglês *The Independent*.

concedeu permissão à CNN, contudo depois do ataque aéreo das Forças Aliadas permitiu também a presença de John Simpson da BBC, Brent Sadler da ITN's e outros correspondentes para se juntarem a Peter Arnett da CNN, o que atesta que “el régimen iraquí reconocía implícitamente la capacidad y el eco internacional de esta peculiar cadena de televisión y se disponía a utilizarla como canal de comunicación (...)”.⁹⁴

Tal situação não ficou isenta de críticas por parte dos restantes meios de comunicação, que chegaram a afirmar que Peter Arnett estava a servir fins propagandísticos do regime iraquiano. O monopólio da CNN, “impôs-se rapidamente como modelo e como referência. A cadeia de Ted Turner viu premiado o seu papel como um acesso privilegiado a imagens, fontes e personalidades praticamente inacessíveis aos restantes *media*, beneficiando mesmo – vimo-lo já – de um tratamento à parte no próprio coração do ‘inimigo’”.⁹⁵

Os poderes americanos, e também os iraquianos, utilizaram a imprensa a seu favor, tendo conseguido prosseguir os seus dois intentos, manter a opinião pública favorável à intervenção e desenvolver uma campanha de desinformação⁹⁶ nos dias que antecederam a ofensiva americana no Kuwait, sobretudo através da televisão.

3.4. A Outra Face da Guerra – Informação e Propaganda na I Intervenção do Golfo

*“(...) The United States was particularly determined to ensure that its ‘information policy’ was managed every bit as successfully as the political, diplomatic and military direction of the war”*⁹⁷

Aliado à legitimação internacional que sustentou a intervenção, a definição concreta de objectivos concretizáveis num curto espaço temporal e a concepção de uma

⁹⁴ Quintero, Alejandro Pizarroso (1991), *La Guerra de las mentiras- información, propaganda, y guerra psicológica en el conflicto del Golfo*, Madrid, Eudema, p.95.

⁹⁵ Pereira, Carlos Santos (2005), *Guerras de Informação: Militares e Media em cenário de crise*, Lisboa, Tribuna, p.80.

⁹⁶ Deve ser entendida como a “utilização de técnicas de informação, nomeadamente de informação de massas, para induzir o erro, para esconder ou adulterar os factos”. Ribeiro, Henrique M. Lages (2008), *Dicionário de termos e citações de interesse político e estratégico*, Lisboa, Gradiva, p.83.

⁹⁷ Taylor, Philip (1998), *War and the Media – Propaganda and persuasion in the Gulf War*, New York Manchester University Press, p.34.

política rígida de concessão de informações aos órgãos mediáticos contribuíram para o sucesso desta missão.

Constituindo a comunicação um elemento central da preocupação dos Estados envolvidos neste conflito, sobretudo por parte dos Estados Unidos da América - que estava fortemente empenhado em colmatar o Síndrome do Vietname⁹⁸ - e do Iraque ao desenvolver uma campanha de ‘diabolização’ da Administração Bush e das Forças da Coligação - a dimensão psicológica foi utilizada intensamente pelas forças militares.

As ‘PSYOPS’ (operações psicológicas)⁹⁹ distinguem-se das operações puramente militares pela introdução do elemento psicológico no planeamento estratégico para a consecução dos objectivos definidos. Esta dimensão psicológica é aplicável aos elementos civis e militares com o principal propósito de produzir comportamentos favoráveis à obtenção dos fins desejados. Assim, um dos exemplos mais conhecidos de acção psicológica exercida pelos Estados através dos meios de comunicação – e que encontra correspondência efectiva no conflito do Golfo – é a utilização da propaganda. Esta consiste na difusão persuasiva de ideais, valores e mensagens de carácter político com o intuito de influenciar ‘os corações e as mentes’¹⁰⁰ dos indivíduos sobre os quais actua – opinião pública internacional. A propaganda tanto pode ser feita com o objectivo de desmoralizar o adversário como com o propósito de reforçar os laços psicológicos das populações face a potenciais ameaças.

Desde que o Iraque concretizou a ameaça de intervenção no Kuwait, que os ecos propagandísticos encontraram expressão nos meios de comunicação social, tendo surgido numa lógica de ‘ataque/defesa’ dos Estados envolvidos.

A imagem mais utilizada pela administração norte-americana foi a analogia entre Saddam Hussein e Adolf Hitler.

“Dorman e Livingstone (1994), por exemplo, afirmam que o Presidente Bush usou a analogia pela primeira vez em oito de Agosto. Numa sondagem do New York Times realizada

⁹⁸ “ (...) this ‘Vietnam Syndrome’ figured so proeminently throughout the Gulf War and the crisis leading up to it that it prompted the frequent observation that the United States appeared to be still fighting the trauma of that conflict as much, if not more, than the war against Saddam Hussein.” Taylor, Philip (1998), *War and the Media – Propaganda and persuasion in the Gulf War*, Manchester University Press, New York, p.1.

⁹⁹ Taylor, Philip M. (1997), *Global Communications, International Affairs and the Media since 1945*, Routledge.

¹⁰⁰ Taylor, Philip M. (1997), *Global Communications, International Affairs and the Media since 1945*, Routledge.

nos 60 dias seguintes, 60% do público aceitou esta caracterização do líder iraquiano (...). A partir desse momento, Bush invocou esta imagem quase diariamente em Agosto e depois novamente antes das eleições de Novembro”¹⁰¹

Da parte do regime de Saddam celebrizava-se uma gigante máquina de propaganda que prometia a “Mother and Father of All Battles against the Devil in the White House”¹⁰², enquanto as Forças da Coligação, se serviram da analogia entre Saddam Hussein e Adolf Hitler.

“Dorman e Livingstone (1994), por exemplo, afirmam que o Presidente Bush usou a analogia pela primeira vez em oito de Agosto. Numa sondagem do New York Times realizada nos 60 dias seguintes, 60% do público aceitou esta caracterização do líder iraquiano (...). A partir desse momento, Bush invocou esta imagem quase diariamente em Agosto e depois novamente antes das eleições de Novembro”¹⁰³

A acção psicológica desenvolvida durante todo o conflito por todas as partes envolvidas assentava numa estratégia manipulativa¹⁰⁴ – que se personificava na prática de propaganda - que combinava três processos comunicacionais, sendo eles a “sur-information, sous-information et désinformation”.¹⁰⁵

Cada um destes processos comunicacionais encontrou correspondência em momentos diferenciados do conflito, tendo por vezes ocorrido em simultâneo. Nas palavras de Patrick Lecomte:

- La sur-information, illustrée en particulier par les conférences de presse quotidiennes du general Schwarkopf, a rendu impossible le tri et le recul analytiques du fait de la production de messages disparates ou redondants et toujours obsolètes sous l’effet de leur renouvellement instantané (...);
- Corollaire de la sur-information, las sous-information- par exemple sur les mouvements effectifs des troupes engagées sur le terrain ou sur la fiabilité réelle du missile «Patriot», une arme vieille de vingt ans et reputee manquer sa cible au moins une fois sur cinq –

¹⁰¹ Bennett, W. Lance and Jarol B. Manhein (1993), “Conquistar o Público: Informação, orientação e o processo democrático do Golfo”, *Political Communication*, Volume 10, pp.331-351.

¹⁰² Taylor, Philip M. (1998), *War and the Media – Propaganda and Persuasion in the Gulf War*, Manchester University Press, New York, p.6.

¹⁰³ Bennett, W. Lance and Jarol B. Manhein (1993), “Conquistar o Público: Informação, orientação e o processo democrático do Golfo”, *Political Communication*, Volume 10, pp.331-351.

¹⁰⁴ Nas palavras de Philippe Breton, “manipular consiste em construir uma imagem do real que tenha a aparência de ser a realidade”. Pereira, Carlos Santos (2005), *Guerras de Informação: Militares e Media em cenário de crise*, Lisboa, Tribuna, p.88.

¹⁰⁵ Lecomte, Patrick(1993), *Communication, télévision et démocratie*, PUL, Paris, p.18.

s'est trouvée garantie par les dispositifs de monopole et d'exclusivité de la communication entre les sources (militaires) et les relais (médias) de l'information.

- La désinformation, enfin, a été systématiquement cultivée, que ce soit avec l'entretien de la rumeur d'un débarquement des troupes de la coalition internationale sur les côtes irakiennes (...).¹⁰⁶

Esta arquitetura comunicacional funcionou na sua plenitude, tendo existido um constante diálogo entre os três componentes durante todo o conflito. A prática diária de briefings ajudou a construir a ilusão de que existia uma política colaborativa entre militares e *media*, uma vez que a mensagem diariamente transmitida era prolifera em pormenores, contudo as informações cedidas eram apenas “décor vide”¹⁰⁷. Acresce ainda dizer que a “grande maioria viu a guerra a partir da sala de briefings de hotéis de luxo em Riade ou Dharan”¹⁰⁸, o que contribuiu para a uniformização das mensagens difundidas pelos *media* e na subsequente consolidação da política comunicacional inicialmente definida. Os briefings diários encontraram personificação na figura do General Schwarkopf, detentor de uma personalidade carismática e de um forte poder argumentativo, o que dava um tom de seriedade e credibilidade a esta prática. Esta rotina de super-abundância de informações facultada pelas elites militares e políticas é o que Ramonet apelida de «censura democrática».

Paradoxalmente, a sobre-informação convivia em simultâneo com sub-informação, sobretudo no que se relaciona com a divulgação de dados estatísticos referentes a baixas ou a filmagens de bombardeamentos, contrariamente ao que se havia verificado no Vietname. A percepção foi amplamente trabalhada durante este conflito, para manter a opinião pública favorável à intervenção, daí o estrito seguimento das *ground rules*.

Foi ainda utilizada a componente de desinformação, o que se manifestou pela constante reinterpretação e distorção dos factos “montados para ocultar, distorcer, ou induzir o adversário a erro (...); utiliza matérias falsas, combinadas com informações verdadeiras, a fim de assegurar credibilidade ao estratagema”.¹⁰⁹

¹⁰⁶ *Idem*, p.19.

¹⁰⁷ *Ibidem*..

¹⁰⁸ Carlos Santos (2005), *Guerras de Informação: Militares e Media em cenário de crise*, Lisboa, Tribuna, p.72.

¹⁰⁹ Roman, Ângelo Edval (2004) “Meios de comunicação como instrumento de dominação: a propaganda política de guerra”, *Publ. Ci. Hum., Ci. Soc. Apl., Ling., Letras e Artes*, (online), 12 (1), p.10.

Apesar do forte elemento propagandístico da campanha militar usado pelas Forças da Coligação, com especial ênfase para os Estados Unidos da América, estes recusavam reconhecer a sua utilização, o que está intrinsecamente relacionado com a interpretação conceptual do termo propaganda. Taylor (1998) afirma que:

*(...) propaganda, to most people, means lies or at best half-truths. In wartime, 'they' – the enemy- conduct propaganda, whereas 'we' deal with honest news and information. This assumption lay behind the description of coalition pool reports being 'cleared' whereas reports emanating from Baghdad were 'censored'. If 'we' have to engage in such activity, it is only because 'they' are doing it; because they are telling lies about us, we have to correct false impressions with the truth- which is in itself a convenient way of distinguishing 'our' propaganda from 'theirs' and implies that 'our' propaganda is not really propaganda at all.*¹¹⁰

*(...) on the war front, information - propaganda is, perhaps, a better description – is used to keep the enemy guessing, to sap his will to fight, and to mislead him. On the home front, information – news is a better description – is used to arouse the fighting spirit of the nation, to mobilize public opinion behind the war, to suppress dissent and to steal the people for sacrifices needed for victory.*¹¹¹

A máquina de propaganda iraquiana e americana foi eficazmente aplicada durante o conflito, o que dificultou a distinção entre a realidade e a propaganda. Importa lembrar os ensinamentos de Adriano Moreira (2005), quando afirmou que “a importância da propaganda como instrumento da política internacional está relacionada com a função da opinião pública mundial”¹¹², assim cabe aos poderes utilizarem de forma «equilibrada» a “mentira razoável”¹¹³ e o inerente “segredo da formação das decisões políticas”¹¹⁴, tão necessário em tempo de guerra.

¹¹⁰ Taylor, Philip M. (1998), *War and the Media – Propaganda and Persuasion in the Gulf War*, Manchester University Press, New York, p.18.

¹¹¹ *Idem*, p.19.

¹¹² Moreira, Adriano (2005), *Teoria das Relações Internacionais*, Coimbra, Almedina, p.89.

¹¹³ Moreira, Adriano (2006), *Ciência Política*, Lisboa, Almedina, p.127

¹¹⁴ *Idem*.

Capítulo IV

4.1. Política Externa, *Media* e Opinião Pública - Um circuito de dependências desiguais

*“Moderadamente, criou-se esta força inelutável, a opinião. Ninguém lhe resiste. Todos têm de se inclinar diante dela. (...) Mas se, contra ela e sem ela, não se governa, ela também, dispersa, avulsa, não governa”*¹¹⁵

A tríade *media*, opinião pública e política externa deve constituir elemento central na análise da sociedade moderna (considerando que esta legitima e /ou limita a acção dos governantes) sobretudo quando falamos em utilização do uso da força. Existe entre eles uma relação de dependência intrínseca mas hierarquizada na qual a política externa exerce uma função suprema, uma vez que “é a conjunção e ordenamento das opções e objectivos que no plano das relações com outros estados mais concorrem para a defesa do interesse nacional”¹¹⁶. Ao ser esta que define os objectivos é também esta que irá conduzir ou indiciar o trajecto das notícias veiculadas pelos *media*, na medida em que tentará ‘controlar’ o que é ou deverá ser do conhecimento público.

Na dependência dos *media* está a opinião pública, uma vez que só através dos *media* consegue ter conhecimento das decisões emanadas pelo poder político, ou seja, a opinião pública funda-se, em grande parte, nas mensagens difundidas pelos *media*.

Em suma, os *media* são o elo de ligação entre o poder político e os cidadãos, é através deles que se faz o jogo de comunicações e se exerce a componente de pressão.

4.1.1. O Desenhar de uma opinião pública – Extensões de um conceito de difícil consenso

Na literatura o conceito de opinião pública surge, quase sempre, ligado aos estudos relativos à comunicação; parece existir uma relação de dependência que dificulta a autonomização e operacionalização do conceito de opinião pública.

“A origem deste termo remonta a Heródoto, que a considerava essencial para a política, e Pascal, que a elegera rainha do mundo. Mas a sua definição parece ter ficado

¹¹⁵ Bernardino Machado, Ribeiro, Henrique M. Lages (2008), *Dicionário de termos e citações de interesse político e estratégico*, Lisboa, Gradiva, p.237

¹¹⁶ Ribeiro, Henrique M. Lages (2008), *Dicionário de termos e citações de interesse político e estratégico*, Lisboa, Gradiva, p.260.

sujeita a duas interpretações. Uma delas refere que a opinião pública é constituída pelo conjunto das opiniões expressas pelos meios de comunicação de massas, uma vez que é apenas através deles que uma opinião se torna pública. A outra interpretação estabelece que a opinião pública é formada pelas opiniões do público em geral, independentemente do seu acesso à comunicação social para as expressar.”¹¹⁷

A opinião pública pode ser definida como “uma posição expressa publicamente por um grande número de pessoas, sobre uma questão nacional, ou internacional de interesse geral”¹¹⁸, e segundo o mesmo autor é na sua composição plural e efémera, uma vez que se constitui em redor de assuntos de preocupação imediata.

No que concerne à dimensão pública do conceito analisado, importa atender à teorização de Tarde (1901), que enfatizou o papel da comunicação na formação da opinião pública, afirmando que esta se reveste de um carácter dialéctico, dado que é a regularidade do jornal que transforma um grupo de pessoas num público, dando-lhes a ideia que a sua opinião se coaduna com a de outros. Assim sendo, é a imprensa que constrói de forma fictícia uma coesão social em torno de determinada ideia.

O que importa reter é que a opinião pública se consubstancia grandemente do que é difundido pelos *media*, o que nos faz interrogar se opinião pública e publicada são uma e a mesma coisa?

4.1.2. Opinião Pública e Opinião Publicada: duas faces da mesma moeda?

Ao considerarmos os *media*, sobretudo a imprensa escrita, como o canal que alimenta a massa de pessoas dispersa, geograficamente, dando-lhe indicações dos assuntos em que pensar (*agenda-setting*), os transforma em público com pensamento coeso, importa identificar sobre que moldes se funda a opinião que neles é publicada.

Interessa conjecturar se os *media* deveriam assumir o papel apontado por Habermas (1929)¹¹⁹, que ao inscrever-se numa escola neo-iluminista, advoga que os *media* devem potenciar o pensamento crítico e reflexivo, ou se apenas deverão ser veículos de massificação (uma espécie de máquina de ressonância onde apenas têm

¹¹⁷ Santos, José Rodrigues (2001), *Comunicação*, Lisboa, Prefácio, p.122.

¹¹⁸ Sousa, Fernando (2008), “*Dicionário de Relações Internacionais*”, Porto, Edições Afrontamento, p.46.

¹¹⁹ Na sua obra *The Public Sphere*, Habermas não fala em opinião pública mas em espaço público, definindo-o como “uma esfera de raciocínio público e uma substituição da opinião, de elitista para igualitária, dando acesso à informação”.

lugar opiniões capazes de gerar o consenso de acordo com os interesses desenhados pela política).

Apesar da dificuldade de definição terminológica da expressão opinião pública, os órgãos de poder político, consideram-na como elemento essencial, legitimador da sua acção; nas palavras de Luhmann (1927-1998), a opinião pública serve de auto-referencial do sistema político, o que comprova a necessidade dos líderes governativos em conseguirem um relativo consenso em caso de utilização da força.

Assim consideramos que a opinião é “fruto de valores sociais, da informação veiculada pela comunicação social e também do que os outros pensam”¹²⁰. Ou seja, a opinião pública irá variar conforme a cobertura mediática, que actualmente se encontra massificada não havendo espaço (na generalidade) para o jornalismo crítico ou de reflexão que apregoava Habermas.

“A compreensão da opinião pública na sociedade pós-industrial implica uma análise global da comunicação política, e dos efeitos cognitivos no seu conjunto (...) só se poderá entender se formos capazes de determinar, de forma correcta, em que medida os meios de comunicação têm influência e efectiva no sistema social. Ora por dedução lógica fácil, tais efeitos sócio-cognitivos não são (ou dificilmente serão) rigorosamente mensuráveis, e essa não deixa de ser, desde logo, uma prerrogativa do indivíduo sobre o sistema social, em que a ciência se integra.”¹²¹

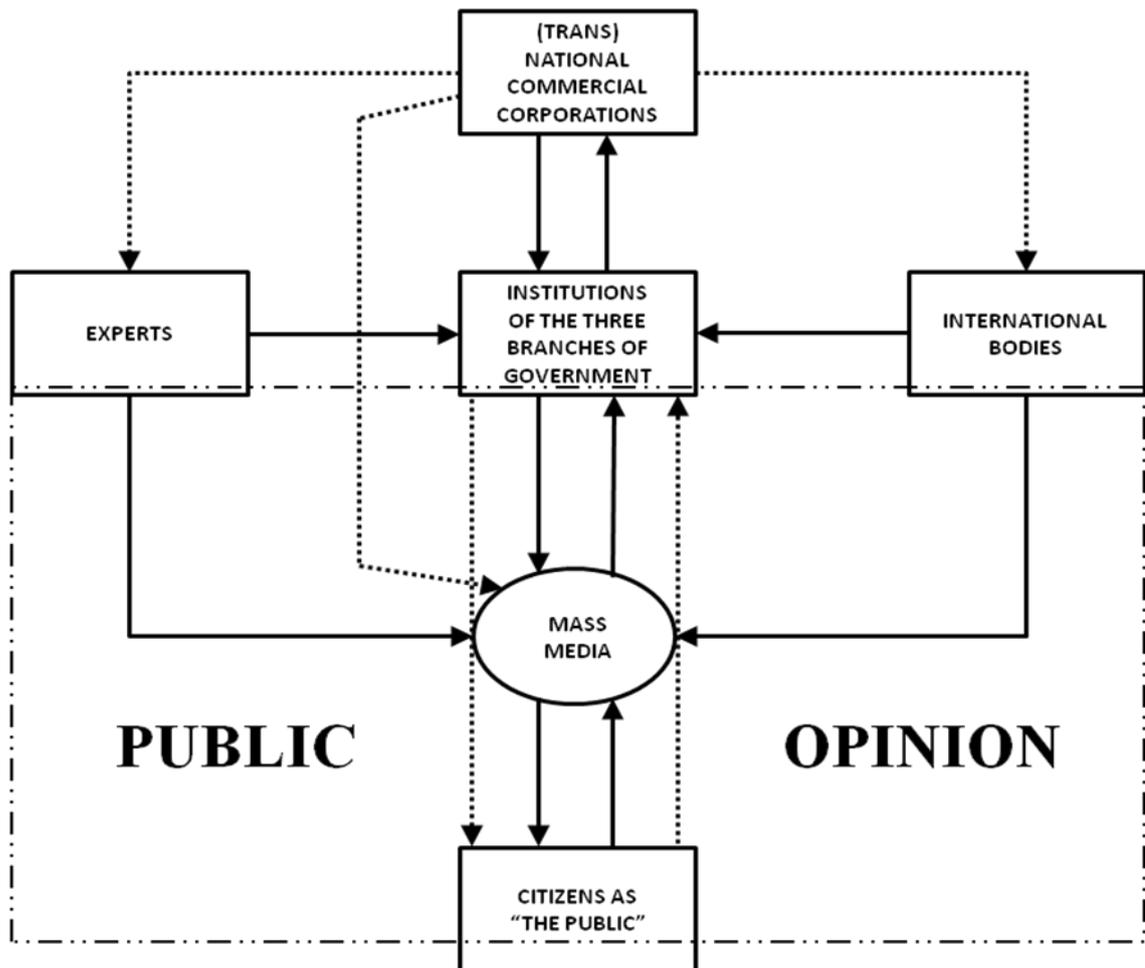
Desta forma assumiremos que a opinião pública se funda não só em valores sociais como também nas mensagens veiculadas pelos *media*, ou seja na opinião publicada acabando por gerar consensos em redor de determinadas temáticas. De forma esquemática, podemos verificar através da figura 4.1 que, como afirmou Bourdieu (1930-2002), a opinião pública é uma espécie de construção, na qual podem ser identificadas duas opiniões com diferentes dinâmicas. A opinião pública nacional que assume um carácter passivo e é corporizada pela maioria dos cidadãos que raramente se exprime de uma forma explícita e a opinião pública activa constituída pelos grupos de pressão que desempenham um papel fundamental na mobilização da opinião passiva. Contudo, a maior responsabilidade cabe aos *media* e aos representantes políticos que

¹²⁰ Santos, José Rodrigues (2001), *Comunicação*, Lisboa, Prefácio, p.123.

¹²¹ Barriga, Antónia do Carmo Anjinho (2008), *Media, Política e Opinião: uma tríade complexa. Uma abordagem à opinião publicada em Portugal*, Dissertação de Doutoramento em Sociologia da Comunicação, Lisboa, ISCTE, p.141.

devem encontrar uma forma de conquistar o apoio da população para a sua acção. De forma sintética, podemos contemplar esta relação na figura 4.1.

Figura 4.1: Elementos-chave da Opinião Pública



Fonte: Splichal, Slavko (1999), *Public Opinion*, Boston, Rowman & Littlefield Publishers, p.32.

4.2. A Opinião Pública na Guerra do Golfo

*“Com voz ou sem ela, o povo pode sempre ser levado a submeter-se à vontade dos dirigentes. É fácil. Tudo o que se tem de fazer é dizer-lhe que está para ser atacado, e denunciar os pacifistas por falta de patriotismo e por exporem o país ao perigo”.*¹²²

Segundo Hinckley [1992] a qualidade da opinião pública é crucial no domínio da paz e da guerra, como tal a substância que constituiu os valores e os ideais desta massa de carácter quase ‘irreal’ deve ser considerada pelos líderes políticos no sentido a orientarem de acordos com os desígnios desenhados por um Estado, Organização ou mesmo pela comumente chamada Comunidade Internacional.

“A Guerra do Golfo apresenta um caso especialmente interessante e sinalização de informação no processo democrático. É verdade que houve debates de elite com grande visibilidade. E durante aqueles períodos de oposição oficial (Novembro de 1990 e início de Janeiro de 1991), a opinião pública estava realmente dividida quanto às opções políticas principais.”¹²³

Porém a divisão da opinião pública, foi-se disseminando progressivamente por três ordens de razão¹²⁴: os debates entre as elites teve lugar demasiado tarde, o que limitou o potencial de formação de opiniões contrárias sustentáveis; a brevidade dos debates públicos impediram a criação de opiniões políticas consistentes, assim como a ausência de opiniões contrárias à *praxis* política da Administração norte-americana nos primeiros meses da crise.

Desta forma, a opinião pública compreendeu que a solução da crise no Golfo Pérsico passaria, eventualmente, por uma resolução de carácter militar. Assim, “a Estratégia Militar da Coligação assentava no pressuposto de executar a operação com o mínimo de baixas, uma vez que este factor poderia pôr em perigo a condução normal das operações, em virtude da elevada sensibilidade da opinião pública, especialmente a americana, para este problema”.¹²⁵

¹²² Reichsmarschal Hermann Goering, Comandante da Força Aérea Nazista no Julgamento de Nuremberga

¹²³ Bennett, W. Lance and Jarol B. Manhein (1993), “Conquistar o Público: Informação, orientação e o processo democrático do Golfo”, *Political Communication*, Volume 10, pp.331-351.

¹²⁴ *Idem.*

¹²⁵ Tenente-Coronel Ribeiro, Carlos, Sofia Menezes e Major Carlos Macieira (2005), “Análise das duas Guerras do Golfo Pérsico (1991 e 2003), Contributos para a Transformação do Exército Português”, *Proelium - Revista da Academia Militar*, p.72.

Esta estratégia só se compreende se atendermos à política comunicacional traçada pela Administração americana que visava alcançar a aprovação da opinião pública mundial. Para construir o consenso político em redor da intervenção, a acção de política externa apostou em duas frentes, a de balançar os esforços militares e diplomáticos e o uso de uma sofisticada ‘máquina’ de comunicação. Como tal desde que o Iraque interveio no Kuwait que a Casa Branca, Pentágono e o Departamento de Estado desenvolveram um intenso trabalho de escrutínio da opinião pública, analisando as notícias publicadas na imprensa e fazendo um estudo das atitudes do público sobre questões de política externa.

A Administração norte-americana socorreu-se de empresas especialistas em publicidade e relações públicas como a Hill and Knowlton Public Affairs Worldwide, que ao compreenderem a ausência de conhecimento da opinião pública sobre o regime político iraquiano, conduziu o fluxo informativo circulante de acordo os propósitos das instâncias norte-americanas.

Os media, neste conflito, seguiram os sinais que pulsavam da fontes oficiais,”contentando-se em esperar na fila pelos comunicados oficiais, quer sob a forma de «pool reports», quer sob a forma de briefings previamente planeados”¹²⁶,o que facilitou a construção da política de consenso promovida pela administração norte-americana junto da opinião pública.“In January 1991, for example, 70 percent of the public reported that they followed news about the Gulf ‘very closely.’”¹²⁷

Para aferir a direcção que a opinião pública estava a tomar, durante os acontecimentos do Golfo foram desenvolvidos vários inquéritos que pretendiam compreender o suporte dado por esta às políticas desenvolvidas pela Administração. No inquérito realizado por Gallup tentava aferir-se o grau de concordância dos cidadãos americanos com a decisão dos EUA de enviar tropas para a Arábia Saudita para a defender de um possível ataque do Iraque. “When this question was initially asked in early August, 78 percent of Americans said it was right to send troops”¹²⁸. Contudo, a opinião pública não se manteve constante ao longo do conflito, como se pode verificar no quadro abaixo:

¹²⁶ Bennett, W. Lance and Jarol B. Manhein (1993), “Conquistar o Público: Informação, orientação e o processo democrático do Golfo”, *Political Communication*, Volume 10, pp.350.

¹²⁷ Bennett, W. Lance and David L.Paletz (1994), *Taken by Storm: The Media, Public Opinion, and U.S Foreign Policy in the Gulf War*, Chicago, University Of Chicago Press, p.167.

¹²⁸ *Idem*,p.194

Quadro 4.1: Attitude towards Use of Military Force at Time of Bush Decision on Second Troop Deployment to Saudi Arabia

Just from what you have heard, read or seen, which of these statements comes closest to how you, yourself, feel about the United States presence in the Mideast?

<i>The United States should begin to withdraw its troops</i>	20%
<i>The United States should continue its present level of troop presence</i>	42%
<i>The United States should increase the level of its troops to force Iraq to leave Kuwait?</i>	32%
<i>Don't Know</i>	7%

(Gallup, November 1-4)

All in all, is the current situation in the Mideast worth going to war over, or not?

<i>Yes</i>	49%
<i>No</i>	41%
<i>Don't Know</i>	10%

(Gallup, September 27-30, N= 1,000)

Do you agree or disagree that the United States should take all action necessary, including the use of military force, to make sure that Iraq withdraw its forces from Kuwait?

<i>Agree, use force</i>	70%
<i>Disagree</i>	27%
<i>Don't Know</i>	3%

(ABC/Washington Post, November 2-4, N=1,015)

Now that U.S forces have been sent to Saudi Arabia and other areas of the Middle East, do you think they should engage in combat if Iraq...refuses to leave Kuwait?

<i>Yes</i>	45%
<i>No</i>	37%
<i>Don't Know</i>	18%

(Gallup, October 18-19, N=755)

Fonte: Bennett, W. Lance and David L.Paletz (1994), *Taken by Storm: The Media, Public Opinion, and U.S Foreign Policy in the Gulf War*, Chicago, University Of Chicago Press, p.195.

Difícilmente se pode identificar uma tendência sólida e estruturada capaz de ilustrar o pensamento da opinião pública norte-americana sobre a possibilidade do uso da força no Kuwait. Assistiu-se, como comprova o quadro 4.1, a uma volatilidade de respostas relativas à crise do Golfo, a opinião relativamente a esta possibilidade dependia fortemente da formulação da pergunta, pois como se verifica existe uma discrepância significativa entre quando se questiona se os cidadãos concordam que os E.U.A desenvolvam todas as acções necessárias para libertar o Kuwait e quando se coloca a questão especificando claramente o exclusivo recurso à força. Na primeira questão, a grande maioria dos cidadãos, cerca de 70% mostra-se favorável, contudo quando se mencionou a possibilidade do recurso à força, aludindo à possibilidade de combate, apenas 45% dos cidadãos se mostrou favorável. Importa sublinhar que a maioria dos cidadãos americanos acompanhou as notícias sobre o conflito e tecia considerações genéricas sobre este, contudo não era capaz de formular um pensamento assertivo acerca do mesmo. Apesar desta impossibilidade, a opinião pública americana suportou a política externa «desenhada» pela Administração Bush, tendo-se mantido sempre favorável à utilização do uso da força, o que se explica ou poderá explicar pela «intensa» estratégia de comunicação traçada. Desde Julho de 1990 que se assistia nos *media* à divulgação de todos os esforços diplomáticos e embargos económicos desenvolvidos pela Comunidade Internacional, mais concretamente pelos E.U.A, o que demonstrou à opinião pública que a força só foi uma opção considerada porque as restantes não surtiram o efeito pretendido.

Parecia estar definitivamente afastado o «fantasma do Vietname», pois neste conflito a frente doméstica estava ganha o que contribuiu definitivamente para o sucesso da política externa definida para o Golfo.

Capítulo V

5.1 Os *media* na Guerra – Análise da cobertura de três órgãos de comunicação escrita na Guerra do Golfo de 1991

“O papel dos jornais é confortar os aflitos e afligir os confortáveis”¹²⁹

Para responder à pergunta de partida enunciada neste estudo, assume-se da suma importância analisar as notícias publicadas em órgãos de comunicação escrita, pois só assim seria possível aferir se a leitura mediática que mediou o conflito do Golfo teve algum impacto na prossecução dos objectivos estratégico-militares estabelecidos.

Como tal foram escolhidos três órgãos de comunicação escrita de países com diferente envolvimento no conflito do Golfo na tentativa de aferir se a política de comunicação estabelecida pela Administração norte-americana apenas surtiu efeito a nível interno ou se ecoou internacionalmente. Assim, foram analisadas as notícias publicadas no *New York Times*, *Le Monde* e *Público* no período Julho de 1990 a Março de 1991; contudo a análise apenas incidiu sobre as notícias que nos forneciam informações relevantes para o estudo.

A escolha do *New York Times* e do *Le Monde* justifica-se pelo facto de serem jornais de renome e credibilidade internacional de dois países que estiveram envolvidos no conflito. Era de extrema importância aferir qual a leitura mediática efectuada pelos órgãos de comunicação norte-americanos, não só por serem os líderes da Coligação como por terem a necessidade de manter esta intervenção legitimada pela opinião pública. Na impossibilidade de se analisarem todos os matutinos norte-americanos, foi escolhido o *New York Times* por já se ter destacado na cobertura de conflitos armados.

Apesar do envolvimento da França ter sido substancialmente menor neste conflito que o americano, importava analisar a leitura efectuada pela comunicação europeia do mesmo. Logo, identificamos o *Le Monde* como sendo o jornal francês mais credível a nível internacional.

Foi ainda analisado o português *Público*, na tentativa de compreender se mesmo a nível europeu a leitura mediática do conflito divergia ou convergia. Seleccionamos o

¹²⁹ *Dune, Finley Peter in* Ribeiro, Henrique M. Lages (2008), *Dicionário de termos e citações de interesse político e estratégico*, Lisboa, Gradiva, p.196

jornal Público, porque este tinha sido lançado no mercado pouco meses antes do início das convulsões no Médio Oriente, tendo por isso desenvolvido uma cobertura extensa sobre o conflito do Golfo que lhe concedeu prestígio nacional.

Antes de analisarmos as notícias publicadas nos três jornais em análise, parece oportuno desenhar um sintético perfil dos mesmos.

5.1.1. Os jornais em Perfil

- *New York Times*¹³⁰

Fundado em 1851 por Henry Jarvis Raymond e George Jones, o *New York Times* é um jornal de enorme prestígio e reconhecimento na actualidade pelo notável trabalho que têm desenvolvido ao longo dos anos. Os seus fundadores sustentavam o ideal de informar com qualidade, profundidade e abrangência, sendo a frase contida no canto superior da primeira página exemplo de tal “*Alls news that fits to print*”.

Destaca-se pela cobertura feita da Guerra da Secessão em 1861 e da I Guerra Mundial, tendo sido premiado com o primeiro prémio *Pulitzer* de jornalismo em 1918.

Actualmente apresenta-se como um veículo independente de filiações partidárias, apesar de durante a sua história ter sido apoiado por personalidades republicanas.

Já ganhou 101 *Pulitzer Prizes* e tem uma tiragem diária de 906,100 exemplares e um volume de circulação de 1,339,462.¹³¹

- *Le Monde*¹³²

Hubert Beuve-Méry fundou o *Le Monde* em 1944, tendo desenvolvido uma estrutura de organização societária no jornal, isto quer dizer que os jornalistas são sócios da ‘empresa’.

Apesar de dificuldades económicas que enfrenta na actualidade, o *Le Monde* é o jornal francês de maior prestígio internacional, sendo por isso distribuído por todo o mundo. Distingue-se pela variedade de informação e isenção político-partidária e pelos

¹³⁰ New York Times disponível em www.nytimes.com.

¹³¹ *Idem*.

¹³² Le Monde disponível em www.lemonde.fr.

jornalistas de enorme renome. Dados de 2009 indicam que tem uma tiragem diária de 323,039 exemplares.¹³³

- *Público*¹³⁴

O jornal *Público* nasce em Março de 1990, período em que se assiste a uma enorme mutação no panorama da Comunicação Social portuguesa e de enorme agitação internacional, sobretudo no Leste Europeu e no Médio Oriente. Segundo o editorial de lançamento: “o público é um projecto de informação em sintonia com o processo de mudanças tecnológicas e de civilização do espaço público contemporâneo. (...) O público inscreve-se num projecto de tradição europeia de jornalismo exigente de qualidade, recusando o sensacionalismo e a exploração mercantil da matéria informativa”.¹³⁵

Sendo na actualidade, um dos mais importantes jornais nacionais portugueses, o *Público* distinguiu-se pela qualidade da cobertura que efectuou da crise do Golfo de 1991. Dados do 6º bimestre de 2010, indicam que este jornal tem uma tiragem diária de 49,348 e um volume de circulação de 35,584.¹³⁶

5.2. A Guerra vista pelo *New York Times*

Tendo os E.U.A interesses vitais nesta zona do Globo (que anteriormente foram identificados), importa compreender de que forma a arquitectura montada pela Administração norte-americana liderada por George Bush ao nível da comunicação e que envolveu a Casa Branca, Pentágono e o Departamento de Estado funcionou e de que mecanismos se serviram para atingir os seus objectivos.

Através da análise das notícias publicadas no *New York Times* podemos aferir se a política estabelecida, que tinha como principal objectivo manter a opinião pública favorável à intervenção militar norte-americana no Golfo, conseguiu atingir o seu intento.

¹³³ *Idem*.

¹³⁴ *Público* disponível em www.publico.pt.

¹³⁵ *Público*, 5 de Março de 1990.

¹³⁶ Associação Portuguesa para o controlo da Tiragem e da Circulação, disponível em www.apct.pt.

Da análise preliminar efectuada, podemos atestar que os artigos publicados vão no sentido definido pela Administração norte-americana, uma vez que respeitaram as *ground rules* definidas, não publicando nenhuma informação que pudesse pôr em risco o sucesso da missão.

Importa aprofundar o estudo no sentido de compreender se a leitura mediática teve alguma influência no cumprimento dos objectivos estratégico-militares definidos, sendo por isso necessário proceder a uma análise detalhada das notícias publicadas na baliza cronológica definida.

5.2.1. A narrativa do *New York Times*: Guerra do Golfo

Através das palavras-chave definidas e já identificadas na fase consignada à metodologia, foi possível identificar 1000 notícias; contudo devido a condicionamentos temporais, aos objectivos definidos e à metodologia de amostragem escolhida, apenas serão consideradas 23 notícias que estão compiladas no quadro 5.1.

Quadro 5.1: Compilação noticiosa do *New York Times*

Data	Título
04-Julh.-91	Iran-Iraq Talks Produce Progress On Ending Long Confrontation
17-Julh.-91	Iraq Threatens Emirates and Kuwait on Oil Glut
13-Ago.—91	Myths about Hussein and Iraq
13-Aug.-91	Bush's double gamble
17-Aug.-91	Iraqi, Calling Bush 'a Liar,' Warns of U.S. Combat Toll
05-Set.-91	Iraqi chemical Arms: Difficult target
23-Set.-91	No Ends of Lessons on Iraq
09-Out.-91	In the Gulf, Allies are doing Their Part
21-Out.-91	And Now the difficult part: Persuading Hussein to Yield
01-Jan.-91	Europeans Expect Session on Friday to lead to talks with Iraqis
04-Jan.-91	Pentagon seeks tight limits on reporters in a Gulf War
07-Jan.-91	Rules for Journalists: necessity or prior restraint?
08-Jan.-91	Pentagon Issues press rules authorizing military censors
13-Jan.-91	Crowds in European Cities Protest a war in Gulf area
16-Jan.-91	Paris says its last-ditch peace effort has failed
18-Jan.-91	Government's strict orders limit reports
19-Jan.-91	Words of support for U.S. goals and prayer for Israel

21-Jan.-91	Two news organizations to promote war coverage
22-Jan.-91	Eliminate Saddam Hussein
24-Jan.-91	At last, pax americana
27-Jan.-91	In search of the painful, essencial images of war
28-Jan.-91	War reports may provide a springboard for profits
28-Fev.-91	Firing ending after 100 hours of ground war

Fonte: Elaboração própria

Tendo os E.U.A interesses político-estratégicos naquela zona geográfica, compreende-se que o *focus* noticioso do *New York Times* se tenha centrado com alguma intensidade nas convulsões que se estavam a verificar no Médio Oriente.

No início de Julho, surgem notícias que dão conta do restabelecer de relações diplomáticas entre Irão e Iraque depois de 10 anos de hostilidades, o que poderia indiciar um período de estabilidade regional. Contudo, a notícia publicada a 17 de Julho, “Iraq threatens Emirates and Kuwait on Oil Glut”, anuncia a possibilidade avançada por Saddam de recorrer à força caso os Emirados Árabes Unidos e o Kuwait não cumpram as exigências efectuadas pelo Iraque. Saddam acusa o Kuwait de ceder aos interesses norte-americanos, comercializando o crude a um preço reduzido prejudicando os interesses políticos do Médio Oriente.

Depois destas declarações a cobertura noticiosa adensa-se, havendo a publicação de notícias que afirmam que os cidadãos apoiam a decisão da administração americana de enviar tropas para território saudita, “Bush’s Double Gamble”, com o intuito de libertar o Kuwait da força opressora do ‘novo Hitler’ (Saddam).

É a partir deste período que se intensifica um diálogo mediático entre as forças oponentes, que utilizam os meios de comunicação como plataforma de troca de acusações de cariz retórico e propagandístico. No artigo de 17 de Agosto, “Iraqi, Calling Bush ‘a liar’, warns of U.S. combat toll”, pode ler-se a ameaça efectuada por Saddam ao Governo norte-americano caso pretendesse fazer uso da força, “We continue to pray to God that the two sides will not clash, because if they do, thousands of Americans whom you have pushed into his dark tunnel will go home shrouded in sad coffins”.

Em Setembro, são publicadas duas notícias que tentam justificar e legitimar o recurso à força militar pela Coligação caso o Iraque não cedesse e acatasse as Resoluções da ONU. Assim, são publicadas notícias que confirmam a presença de

armas de destruição maciça em território iraquiano, e na potencial ameaça que constituem à segurança colectiva, terminando um dos artigos com a seguinte afirmação “there’s no more dangerous game for a democracy than to wink at avowed and cherished principles in currying a tyrant’s favor”.

A 9 de Outubro surge uma notícia intitulada como “In the Gulf, Allies are doing their part”, na qual se demonstram os interesses dos países que constituem as Forças da Coligação no Médio Oriente assim como os contributos destes no esforço de guerra. Na sequência da anterior notícia que tentava mostrar o poderio militar da Coligação tentando demover Saddam, é publicado um artigo a 21 de Outubro, “And now the difficult part: persuading Hussein to yield”, que discorre sobre que meios diplomáticos poderão ser intensificados para que esse fim se concretize. O artigo finda com uma citação de comentador político que afirma que “unless the sanctions have a greater impact on Saddam then they have up to now, we will have to make the military threat more credible in order to convince him to settle now through diplomatic means”¹³⁷, o que demonstra que a opção militar apenas será utilizada em última instância; porém é importante que constitua uma realidade credível para Saddam Hussein.

Com o principiar do mês de Janeiro e com o aproximar do prazo estabelecido pela ONU para Saddam libertar o Kuwait (15 de Janeiro), aumentam as expectativas dos europeus acerca da condução do ‘diálogo’ com Saddam. Assim no dia 1 de Janeiro é publicada uma notícia, “Europeans expect session on friday to lead to talks with iraqis”, na qual fica evidente que os europeus encaravam a Sessão extraordinária que se iria realizar no dia seguinte em Luxemburgo - entre todos os Ministros dos Negócios Estrangeiros da Comunidade Europeia - como a última oportunidade de concertar uma política diplomática capaz de estabelecer o diálogo com o regime de Saddam sem utilizar a força. Contudo, se atendermos à declaração que o Secretário dos Negócios Estrangeiros britânico teceu, “I think there’s a chance, not a good chance for peace as long as the issues are clear: that Saddam Hussein knows that if he stays in Kuwait, he will be attacked and that if withdraws completely and unconditionally, he will not be attacked”¹³⁸, compreendemos que a utilização da força já se afigurava como a única solução capaz de resolver a crise do Médio Oriente.

¹³⁷ *New York Times*, 21 de Outubro.

¹³⁸ *New York Times*, 1 de Janeiro.

É também no início de Janeiro que são publicadas algumas notícias que versam sobre as regras de credenciação de jornalistas definidas pelo Pentágono. As notícias apontam que as relações entre militares e *media* no teatro de operações irão assumir contornos de confrontação por servirem interesses diferentes.

Na notícia de 4 de Janeiro, “Pentagon seeks tight limits on reporters in a Gulf War”, é explicado o funcionamento do sistema de *pool* que os jornalistas irão incorporar, mas também são reportadas algumas críticas de editores que consideram as *ground rules* excessivas. O Pentágono defende-se afirmando que as *ground rules* foram formuladas tendo em vista a máxima segurança dos soldados e o cumprimento dos objectivos estratégico-militares definidos. A discussão em redor desta problemática continua e a 7 de Janeiro é publicada uma notícia, “Rules for journalists: necessity or prior restraint?”, que tenta avaliar se as regras são demasiado restritivas ou estritamente necessárias. Nesta notícia, podemos ler a opinião de Fred S. Hoffman (porta-voz do Pentágono durante a Administração Reagan), que afirma que “in my view, the Pentagon intends to impose de facto field censorship without calling it that”¹³⁹. Assim, se compreende que o sistema de credenciação jornalista para o Golfo não foi unanimemente aceite e compreendido por alguma personalidades de relevo da política norte-americana, o que dava ânimo às reivindicações de editores e jornalistas. A notícia de dia 8 de Janeiro, “Pentagon issues press rules authorizing military censors”, vem no seguimento das anteriores, apenas reforçando que a obrigatoriedade de ceder todos os relatórios, notícias aos militares antes de serem publicados constituía uma prática censorial: “in addition, all reports would be subject to censorship – what the Defense Department called a ‘security review’- before they could be disseminated”¹⁴⁰.

Apesar da opinião pública americana legitimar a utilização da força no conflito do Golfo caso os esforços diplomáticos falhassem, o *New York Times* dá conta a 13 de Janeiro que multidões por toda a Europa se manifestam contra a Guerra do Golfo, “Crowds in European Cities protest a war in Gulf War”. Mobilizados por movimentos ambientalistas e de esquerda, os manifestantes protestam de forma pacífica com recurso a cartazes que diziam “Don’t spill blood over oil”. Tais manifestações indicam que não existia uma opinião pública mundial unânime acerca da necessidade de se recorrer à força para pôr fim à política de Saddam.

¹³⁹ *New York Times*, 7 de Janeiro.

¹⁴⁰ *New York Times*, 8 de Janeiro.

Apesar das manifestações de oposição à guerra ocorridos por toda a Europa, sobretudo em França, o recurso à força militar foi necessário e os países que formaram a Coligação contribuíram de forma variada para o esforço de guerra. A notícia de 16 de Janeiro, “Paris says its last-ditch peace effort has failed”, ilustra claramente que apesar de todos os esforços diplomáticos movidos pela Comunidade Internacional não foi possível solucionar as convulsões do Médio Oriente promovidas por Saddam Hussein sem se recorrer à força militar. Como se pode ler na notícia o Primeiro-Ministro francês lamenta tal facto, dizendo que “in any international police operation, the fatal moment comes when one must act, (...) Alas, after everthing we have done to avoid it, that moment has now arrived”.¹⁴¹

Mais uma vez, são publicadas notícias sobre as restrições impelidas pelo Pentágono aos jornalistas. A 18 de Janeiro, “Government’s strict orders limit reports”, pode ler-se que “the reporting regulations are the most restrictive since the Korean War”¹⁴², o que demonstra que os jornalistas estavam de tal forma constringidos nos seus movimentos que para além de não poderem divulgar imagens potencialmente «chocantes», apenas tinham acesso às informações facultadas pelos oficiais nos briefings diários.

No dia seguinte, 19 de Janeiro, é publicada uma notícia que dá conta do apoio das principais organizações judaicas à política promovida pela Administração Bush para o Médio Oriente, o que mais uma vez indiciava o amplo apoio ‘interno’ que a Administração dispunha.

A 21 de Janeiro é publicada uma notícia, “Two News Organizations to promote war coverage”, na qual se discorre sobre o negócio que os *media* podem fazer em redor da guerra, destacando que existem duas novas organizações que estão dispostas a desenvolver campanhas publicitárias especialmente desenhadas para o conflito do Golfo, como a *National Public Radio* e a *Cable News Network*.

Eliminate Saddam Hussein é o título da notícia publicada a 22 de Janeiro que afirma que os objectivos estratégico-militares definidos haviam sido ‘alargados’. O artigo afirma que apesar de o principal objectivo se manter, libertar o Kuwait, os esforços desenvolvidos pela Coligação indicam que pretendem destruir a máquina de

¹⁴¹ *New York Times*, 16 de Janeiro.

¹⁴² *New York Times*, 18 de Janeiro.

guerra de Saddam de forma a que este não possa ‘perturbar’ novamente a estabilidade regional nem volte a por em risco a segurança colectiva.

No artigo de 24 de Janeiro, “At Last, Pax Americana”, podemos compreender a importância da vitória ‘moral’ dos E.U.A no conflito do Golfo. O sucesso da missão por parte das Forças da Coligação, lideradas pelos E.U.A, era de extrema importância para os norte-americanos afirmarem a sua superioridade moral num período em que o Mundo se estava a redesenhar (devido à eclosão da U.R.S.S). “It will consist not of empire but of having won over a large and growing part of the world not only to the joys of jeans and rock and Big Macs but also to our concept of how nations ought to be governed to behave”.¹⁴³

Na notícia de 27 de Janeiro é publicado um artigo, “In search of the painful, essential images of war”, que discorre sobre a importância da imagem e da ligação emocional que consegue transmitir sem serem necessárias palavras. Este artigo questiona qual será a imagem que ficará da Guerra do Golfo, avançando com a resposta que permanecerá como uma guerra que se assemelharia à imagética utilizada nos jogos de computador, pois e apesar da “technology loves other technology and so the gulf war, in absence of real footage has become a war of hardware and description of hardware”.¹⁴⁴

A finalizar o mês de Janeiro, surge um artigo a 28 do decorrente mês, “war reports may provide a springboard for profits”, que delibera sobre os lucros que as cadeias televisivas obtiveram com a cobertura da Guerra, que foi iminentemente televisiva, sobretudo a CNN que teve o monopólio da informação proveniente de Bagdad.

A 28 de Fevereiro é anunciada oficialmente a libertação do Kuwait pelo presidente George Bush, “Firing ending after 100 hours of ground war”, assim como o comprometimento de Saddam em cumprir as 12 Resoluções emitidas pela ONU. É ainda de destacar neste artigo a preocupação evidenciada pelo presidente norte-americano com a opinião pública, declarando este que “after seven months of holding together a disparate international coalition and rallying American public opinion with

¹⁴³ *New York Times*, 24 de Janeiro.

¹⁴⁴ *New York Times*, 27 de Janeiro.

the promise that he would not allow the Persian Gulf crisis to become another Vietnam”.¹⁴⁵

5.2.2. As categorias em análise no *New York Times*

Através do quadro 5.2, podemos analisar as categorias: meta-narrativa, tratamento dos actores envolvidos, método de comunicação e iconografia.

A categoria meta-narrativa centra a sua análise no tratamento discursivo efectuado pelo matutino *New York Times* sobre as várias variantes que integraram o conflito do Golfo. Com base nesta comprovamos que o discurso acerca das convulsões que se iniciaram no Médio Oriente em Julho foi cuidadosamente tratado.

Houve, primeiramente, uma cobertura intensa dos esforços diplomáticos desenvolvidos pela Comunidade Internacional, e em particular pela Administração norte-americana, com o objectivo de «obrigar» Saddam a libertar o Kuwait. Com o avançar dos acontecimentos, a opinião pública foi cuidadosamente preparada para a possibilidade de ser necessário recorrer à força militar caso Saddam mantivesse a sua política expansionista.

Observa-se ainda um recurso constante ao discurso propagandístico que se caracteriza pela utilização excessiva de vocábulos capazes de desencadear nos cidadãos um sentimento de repulsa das atitudes movidas pelo regime de Saddam, sendo este muitas vezes comparado a Hitler.

As restantes categorias, método de comunicação e iconografia, demonstram que a política de comunicação definida para os jornalistas não foi aceite pelos mesmos, por ser demasiado restritiva e por impor práticas «censurais». A ausência de uma iconografia capaz de estabelecer um padrão marcante na memória da opinião pública sugere que a política de comunicação estabelecida cumpriu os seus objectivos.

¹⁴⁵ *New York Times*, 28 de Fevereiro.

Quadro 5.2: Traços dominantes da representação da guerra no *New York Times*

<p>Meta-Narrativa</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Discurso marcadamente condenatório da anexação do Kuwait por Saddam Hussein; - Recurso a comparações com figuras históricas que cometeram várias atrocidades humanitárias em prol da sua política expansionista, como Hitler, - Publicação de excertos de discursos proferidos por Saddam e Bush, nos quais se atesta a utilização de vocabulário propagandístico; - A grande maioria das notícias assume um discurso legitimador da política externa desenhada pela Administração Bush para o Médio Oriente, não censurando por isso o recurso à força militar caso os esforços militares se mostrarem ineficientes; - Tom discursivo assumidamente crítico quando se aborda a política de comunicação e de credenciação de jornalistas no teatro de operações definida pela Administração Bush; - Noticiadas manifestações contrárias à guerra por toda a Europa e alguns protestos sem grande expressão em território norte-americano.
<p>Tratamento dos actores envolvidos</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Saddam é conotado como o «novo Hitler»; - Legitimação da política protagonizada por Bush; - A acção das Forças da Coligação é descrita como legítima e necessária.
<p>Método de comunicação</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Todos os artigos que descrevem a política de comunicação definida para os jornalistas assumem um carácter marcadamente crítico.

Iconografia	<ul style="list-style-type: none"> - O recurso a fotografias escasseia, não só pelo facto da sua grande parte estar protegida pelos direitos de autor, como por não ser permitida a publicação de imagens «chocantes»; - Fotografias de cartazes utilizados por manifestantes em território americano que ilustram que estes consideram que esta guerra não se estava a realizar por motivações humanitárias, mas sim por razões económicas.
--------------------	--

Fonte: Elaboração própria

5.3. A Guerra do Golfo vista por *Le Monde*

Apesar de o *Le Monde* se caracterizar por uma cobertura abrangente quer das temáticas de natureza interna quer de domínio internacional, foi possível constatar que durante o ano de 1990 não houve uma intensa cobertura por parte dos órgãos de comunicação escrita franceses do conflito do Golfo. O que pode ser explicado pelo facto de outros acontecimentos estarem a ser valorizados em prol do possível conflito do Golfo, como os realinhamentos no Leste Europeu.

Os artigos publicados no *Le Monde* durante o ano de 1990 centram-se sobretudo no acompanhar das transformações que estavam a ter lugar nos antigos territórios da U.R.S.S, o que se compreende devido à proximidade geográfica dos mesmos e ao impacto que este teria na sociedade francesa que ainda tinha muito presente os episódios de terror vivenciados durante a Guerra-Fria.

Contudo, a importância da crise do Golfo também foi compreendida pelo *Le Monde*, que no dia 20 de Julho dava conta das ameaças de Saddam e da possível instabilidade regional que poderia causar. Neste artigo, “Irak: un avertissement à tous les pays du Golfe?”, assiste-se a uma narrativa jornalística que discorre sobre a histórica problemática fronteiriça entre o Iraque e o Kuwait, assim como sublinha a declaração feita por Saddam em Maio no mesmo ano. Nesta declaração, o presidente iraquiano afirmava que as actuais guerras não eram provocadas por razões militares mas sim por motivações económicas, o que lhe dava um pretexto para concretizar a invasão ao território Kuwaitiano.

Observa-se também neste artigo uma intenção clara de direccionar a opinião pública num sentido pró-americano, pois houve uma preocupação em relevar os esforços desenvolvidos pelo Kuwait junto de todos os países do Golfo na tentativa de

justificarem a sua posição, não se vergando às imposições iraquianas. Sendo ainda destacado o interesse do Iraque em assumir o papel de potência regional.

Apesar do *focus* noticioso francês evidenciar a evolução dos acontecimentos no Golfo Pérsico, a sua atenção incide sobre as consequências deste conflito no domínio interno francês. Existe, sobretudo, uma preocupação em destacar os efeitos económicos que este conflito acarreta a nível mundial, uma vez que irá influenciar de forma directa os preços do petróleo.

Genericamente, o *Le Monde* acompanhou a evolução dos acontecimentos tal como os restantes jornais europeus, não havendo por isso nenhuma discrepância informativa de assinalar. A condenação dos actos proferidos pelo Regime de Saddam junto do Estado Kuwaitiano, os esforços diplomáticos desenvolvidos pela ONU e as consequências económicas deste conflito foram constantes durante o ano de 1990.

5.3.1. A narrativa do *Le Monde*: Guerra do Golfo

Devido ao método de procura utilizado para aceder às notícias publicadas neste jornal (base de dados Lexis), apenas foram consideradas as que nos forneciam elementos de análise respeitantes aos objectivos previamente definidos. Desta forma das 953 notícias foram analisadas 10 – método de amostragem não probabilística por selecção racional -, que se encontram plasmadas no 5.3.

Quadro 5.3: Compilação noticiosa do *Le Monde*

Data	Título
20-Julh.	<i>Irak: Unavertissement à tous les pays du Golfe?</i>
11-Jan.	<i>La crise du Golfe et les dernières tentatives diplomatique avant l'échéance du 15 janvier</i>
15-Jan.	<i>Les réactions dans les milieux politiques</i>
19-Jan.	<i>La Guerre du Golfe: Les réactions en France</i>
19-Jan.	<i>La couverture de la guerre par les médias Pénurie d'images</i>
30-Jan.	<i>En Espagne M. Felipe Gonzalez se heurte à une opinion publique plutôt anti-américaine et neutraliste</i>
01-Fev.	<i>Les inquiétudes des Français</i>
05-Fev.	<i>Les conséquences du conflit et les réactions dans le monde</i>

11-Fev.	<i>Images de Guerres: Tentations et limites d'un contre- pouvoir</i>
16-Fev.	<i>Manifestations contre la guerre aux Etats-Unis et en Autriche</i>

Fonte: Elaboração própria

Em Janeiro intensificam-se as notícias que versam sobre a crise do Golfo, contudo não se registam especiais informativos ou reportagens de fundo sobre esta matéria. A notícia publicada a 11 de Janeiro, “La crise du Golfe et les dernières tentatives diplomatiques”, anuncia em pouco mais de 100 palavras os esforços desenvolvidos pelos E.U.A e pelo Secretário-Geral da ONU junto do Governo Iraquiano, assim como anuncia que a França desenvolverá todos os esforços possíveis até dia 15 de Janeiro a fim de evitar uma guerra, contudo caso Saddam não acate as Resoluções da ONU, França contribuirá para o esforço de guerra.

Começam a ser noticiadas movimentações anti-guerra no dia 15 de Janeiro, (prazo máximo dado a Saddam para retirar do Kuwait) desenvolvidas pelos Verdes e pela Organização Greenpeace que haviam lançado um apelo a 12 de Janeiro às duas partes em confronto com o intuito de as dissuadir de utilizar a força e encontrarem uma solução diplomática para o conflito. Este artigo ilustra que a sociedade francesa se encontrava profundamente dividida relativamente à posição a assumir caso o conflito armado se concretizasse. Personalidades de renome e com historial político, como M. André Girau, antigo Ministro da Defesa, expressou publicamente o seu desacordo relativamente à entrada da França na Guerra, o que desencadeou uma resposta governativa encabeçada pelo General Lacaze, Chefe do Estado-Maior da Armada, que afirmou que a apoio dado pela França em caso de Guerra será mais simbólico que determinante. Tais movimentações mediáticas, provam que a sociedade francesa não havia encontrado um consenso no caso de utilização da força no Médio Oriente, o que gerou uma discussão pública entre Movimentos a favor da Paz, personalidades da «arena pública» e membros do Governo que sustentavam a política de apoio anunciada por Mitterrand, que assentava na defesa do Direito Internacional e na procura de uma solução pacífica para o conflito do Médio Oriente.

O tom discordante em redor na entrada da França na Guerra continuou a marcar a narrativa mediática, tendo a notícia de 15 de Janeiro, “La Guerre du Golfe: Les réactions en France”, ilustrado o posicionamento de todos os partidos políticos, associações sindicais e outros, sobre o conflito. Já com a acção estratégico-militar das Forças da Coligação a decorrer, os partidos políticos e a sociedade civil francesa

continuavam a discutir que apoio deveria prestar a França, havendo uma clara condenação por alguns Movimentos da utilização do uso da Força.

No dia 19 de Janeiro, surge a primeira notícia no *Le Monde* que versa sobre os moldes em que a cobertura mediática do conflito está a decorrer. Como sugere o próprio título da notícia “La couverture de la guerre par les médias Pénurie d’images”, a presença de milhares de jornalistas em território Saudita fazia anunciar uma cobertura farta e diversificada. Porém, devido ao sistema de ‘pool’ adoptado, assim como a dependência directa do material militar para fazer chegar o material colhido até às redacções contribuíram para a ‘penúria’ de imagens. Os protestos dos jornalistas franceses expressaram-se pela voz do Syndicat National des Journalistes que acusava os responsáveis de Washington de tentarem ‘embriagar’ os repórteres, tornando-os elementos difusores da política de consenso.

Não se limitando a difundir as posições menos concordantes ou totalmente discordantes com a guerra no seio da sociedade francesa, surge no *Le Monde* a 30 de Janeiro a notícia de que a opinião pública espanhola contrária à guerra crescia de forma exponencial. É relatado neste artigo a utilização de bases aéreas espanholas pelas Forças da Coligação o que desencadeou uma onda de protestos por parte da sociedade civil espanhola. Os cidadãos espanhóis não consideram que esta guerra, fosse ‘sua’, mas de Washington, o que justifica o sentimento anti-americano exteriorizado por algumas facções espanholas nas múltiplas manifestações ocorridas em Madrid e Barcelona e despertou o debate em redor da manutenção de Espanha na NATO.

Com o iniciar do mês de Fevereiro, o *Le Monde*, publica um artigo a 1 de Fevereiro, “Les inquietudes des Français”, que realça a preocupação da indústria de armamento francesa relativamente à política de desarmamento convencional que irá seguir-se ao término da Guerra do Golfo. Na senda das preocupações ao nível da segurança europeia surge um artigo no dia cinco de Fevereiro, “Les conséquences du conflit et les réactions dans le monde”, que relata as conclusões retiradas pelos Estados participantes no Fórum Económico Mundial, no qual destaca a proposta lançada pelo Chefe da diplomacia francesa em organizar uma conferência sobre a segurança e cooperação no Mediterrâneo.

A política de comunicação estabelecida e as regras instituídas para os *media* são novamente notícia a 11 de Fevereiro, “Images de Guerres: tentations et limites d’un contre-pouvoir”, em que é apresentada uma entrevista efectuada ao Director da Escola Superior de Ciências Sociais. Nesta, fica evidenciado que o entrevistado é um crítico

feroz à forma como o sistema de comunicação é abordado, afirmando que os cidadãos acomodaram-se à ideia que a imagem, sobretudo a de tipo chocante, por si só, constitui informação, tendo relegado a importância da verdadeira informação capaz de fornecer um contexto de análise que ajudará os telespectadores a lerem as várias dimensões que constituem a imagem. Sublinha que o *black out* imposto aos jornalistas surge como resposta à política sem limitações praticada no Vietname e ao facto de o Governo ter compreendido que a imagem desempenhava um elemento de poder junto da opinião pública que era necessário controlar.

No dia 16 de Fevereiro, o *Le Monde*, dá conta que o facto da opinião pública ter tido conhecimento de que um raide americano havia atingido população civil iraquiana desencadeou ferozes manifestações anti-guerra por toda a Europa. O que atesta que é necessário desenvolver uma estrutura que controle a informação que é trespassada pela imprensa, para que o sucesso da missão seja possível nos seus vários níveis de acção, correndo o risco de, se tal não se verificar cultivar uma opinião pública hostil.

5.3.2. As categorias em análise no *Le Monde*

Através da observação do quadro 5.4 podemos analisar o tipo de cobertura que fez o *Le Monde* do conflito do Golfo. A categorização definida aborda a componente discursiva expressa na categoria meta-narrativa, o tratamento dos actores envolvidos, o método de comunicação e a iconografia (esta última categoria não pode ser analisada, por indisponibilidade de recursos).

A categoria meta-narrativa indica-nos que a análise desenvolvida pelo *Le Monde* analisa o conflito do Golfo sob a lente da política interna. A grande maioria dos artigos publicados foca as consequências, sobretudo, de natureza económica que este conflito acarreta para a economia mundial. Foram também publicados artigos que relatam as manifestações de natureza pacifista de cidadãos, assim como as querelas partidárias que envolvem os vários partidos políticos franceses acerca da participação da França na guerra. Tanto os cidadãos como alguns partidos políticos franceses não legitimavam a intervenção das Forças da Coligação no Iraque, pois consideravam que o que estava em causa era a segurança colectiva, mas sim os interesses norte-americanos, o que não justificava a colaboração da França neste conflito.

A publicação de notícias ilustrativas da falta de apoio e legitimação dos cidadãos franceses e até espanhóis atesta que os E.U.A apenas se preocuparam em conquistar a opinião pública americana para assim se livrarem de forma definitiva da imagem ainda presente do conflito do Vietname. Sendo os americanos os líderes das Forças da Coligação e os que detinham mais interesses políticos naquela área do globo, compreende-se que a diplomacia mediática se tenha processado internamente, tentando direccionar as percepções dos cidadãos americanos num sentido que favorável a política seguida pelo Governo norte-americano neste conflito, não dando tanta atenção à restante opinião pública.

Relativamente ao tratamento dado aos actores envolvidos, podemos constatar uma menor utilização de elementos propagandísticos, havendo apenas uma crítica aos actos de violência humanitária desenvolvidos por Saddam. Existe um discurso de evidente desconfiança acerca dos verdadeiros interesses das Forças da Coligação, passando a ideia de que os franceses não se reviam neste conflito e que o encaravam como uma guerra americana.

Presencia-se ainda uma crítica ao modelo de comunicação e de credenciação dos jornalistas promulgado pelos E.U.A mas não de forma directa, ou seja, foram efectuadas entrevistas a especialistas em comunicação que discursavam sobre o sistema de comunicação e os valores democráticos de liberdade de expressão.

Quadro 5.4: Traços dominantes da representação da guerra no *Le Monde*

<p>Meta-narrativa</p>	<ul style="list-style-type: none"> - É relatada a instabilidade vivida no Golfo, causada pelas atitudes de Saddam que pretendia ser o principal pivô nesta zona geográfica; - Acompanhamento contínuo dos esforços diplomáticos movidos pela Comunidade Internacional; - São abordadas várias vezes as consequências, sobretudo de natureza económica, que este conflito poderá desencadear; - Foca-se sobretudo as questões de natureza interna, nomeadamente a ausência de consenso político sobre a entrada da França na Guerra; - Com o aproximar do dia 15 de Janeiro, intensificam-se
------------------------------	--

	<p>notícias sobre as manifestações públicas de cidadãos e movimentos pacifistas que se mostravam contrárias à utilização do uso da força;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Noticiam-se manifestações anti-guerra fora do território francês, o que revela que a vários países da Europa não legitimavam e apoiam a intervenção armada das Forças Aliadas.
Tratamento dos actores envolvidos	<ul style="list-style-type: none"> - Ausência de elementos propagandísticos associados aos actores envolvidos; - Condenação dos actos de Saddam; - <i>Focus</i> na acção das figuras da política interna francesa, como Mitterrand, e na sua posição perante a possibilidade de recurso à força; - Forças da Coligação e E.U.A encarados com desconfiança pelos franceses, que questionam os verdadeiros objectivos da intervenção.
Método de Comunicação	<ul style="list-style-type: none"> - Críticas ao sistema de comunicação instituído, afirmando que existe uma profunda contradição entre o número de jornalistas presentes no cenário de guerra e a pouca diversidade de imagens que chegam às redacções; - Entrevista a especialistas em comunicação que discorrem sobre os limites da cobertura mediática.
Iconografia	<ul style="list-style-type: none"> - Não tivemos acesso à iconografia utilizada. A base de dados utilizada apenas disponibilizava o conteúdo escrito.

Fonte: Elaboração própria

5.4. A Guerra do Golfo vista pelo *Público*

Poucos meses depois do lançamento do jornal *Público* no mercado português, inicia-se a guerra do Golfo. O *Público* compreendeu que este acontecimento, teria um enorme valor-notícia e seria através de uma cobertura de qualidade que conseguiria afirmar-se como jornal de referência no universo da comunicação social portuguesa, que se encontrava num momento de profunda transformação.¹⁴⁶

¹⁴⁶ O Governo liderado pelo Professor Cavaco Silva implementou uma série de medidas no seio da Comunicação Social portuguesa, que permitiram a reprivatização da imprensa e abriram também a rádio e a televisão à iniciativa privada.

Assim, desde que o Iraque efectivou a invasão do Kuwait assistiu-se a uma proliferação de notícias no jornal Público que davam conta das inúmeras iniciativas diplomáticas desenvolvidas, das Resoluções da ONU e das restantes medidas de dissuasão movidas pela Comunidade Internacional. Ora, o que se observa é um tom de constante reprovação e condenação dos actos efectivados por Saddam e que é comum à opinião pública norte-americana e europeia e que se encontra espelhado no jornal Público, sobretudo evidenciado nas notícias de 20 de Julho de 1990 e de 25 de Julho de 1990, nos quais se afirmava que a ocupação do Kuwait por Saddam constituía uma violação ao direito soberano desse Estado.

As notícias de 20.07.90, *Perigo da Guerra regressa ao Golfo Pérsico*, e de 25.07.90, *Guerra do Bluff*, forneciam dois importantes indícios da política de diplomacia interna desenvolvida pelos EUA. O primeiro é que era necessário preparar a opinião pública para uma possível utilização da força das Forças da Coligação caso os esforços diplomáticos desenvolvidos não surtisses efeito e o segundo é que esta guerra teria uma forte componente psicológica e de propaganda que já estava a pulsar nos *media* do mundo inteiro.

Como se compreende, o enfoque mediático não observou sempre a mesma linha de continuidade, tendo existido meses em que a cobertura sobre os incidentes do Golfo foi menor, o que se compreende não só pela evolução dos próprios factos como pela ocorrência de mutações políticas no Leste Europeu que também encontravam destaque central no jornal *Público*. As flutuações de destaque informativo acerca da Guerra do Golfo evidenciam-se sobretudo no ano de 1990, no qual durante os meses de Julho e de Agosto se observa uma intensa cobertura da crise do Médio Oriente, havendo um decréscimo significativo nos meses seguintes.

A propagação noticiosa sobre o conflito alcança maior destaque no ano de 1991, uma vez que é a 17 Janeiro desse ano que a tensão se agudiza e as Forças da Coligação iniciam a Operação Tempestade do Deserto.

Durante o ano de 1991 foram contabilizadas 780 notícias dentro das categorias: editorial, opinião, crónica, notícia, breve, reportagem, agência e entrevista, o que nos indica que a guerra do Golfo se constituiu como um dos temas com maior destaque na hierarquia dos valores – notícia (à semelhança das mutações políticas que estavam a ocorrer no Leste europeu).

Importa atender sobre quais os assuntos versavam as notícias publicadas no Público, para assim ser possível compreender se a leitura mediática se coaduna com a

realizada pelos órgãos comunicacionais em análise e se teve algum impacto na percepção da opinião pública.

5.4.1. A narrativa do Público: Guerra do Golfo

Considerando o objectivo do estudo, não vamos proceder à análise das 780 notícias publicadas no jornal Público, mas apenas aquelas que nos fornecem indícios capazes de dar resposta à pergunta inicial. O quadro 5.5 compila as notícias que serão analisadas com maior profundidade.

Quatro 5.5: Compilação noticiosa do *Público*

Data	Título
07- Julh./1990	<i>Quem apagará o rastilho da guerra?</i>
07- Julh./1990	<i>Petróleo: crise dos anos 70 vai repetir-se?</i>
07- Julh./1990	<i>Número de vítimas pode exceder combatentes</i>
07- Julh./1990	<i>Como apagar os fogos da guerra?</i>
07- Julh./1990	<i>Cenário de apocalipse</i>
07- Julh./1990	<i>Saddam afirma estar preparado para vencer a guerra.</i>
08- Jan./1991	<i>A opção nuclear: Pensando o impossível.</i>
09- Jan./1991	<i>O dia D da diplomacia</i>
10- Jan/1991	<i>Seis horas de nada</i>
10- Jan./1991	<i>Correspondentes de Guerra</i>
13- jan./1991	<i>Repórteres: Portugal a caminho do Golfo</i>
13- jan./1991	<i>Saddam: Um Herói moderno</i>
15- Jan./1991	<i>A dois passos da Guerra</i>
17- Jan./1991	<i>Ataque cirúrgico contra o Iraque</i>
17- Jan./1991	<i>O império da CNN</i>

18- Jan./1991	<i>Jornalistas enfrentam censura militar</i>
21- Jan./1991	<i>Cresce o sentimento anti-americano</i>
22- Jan./1991	<i>Guerra Psicológica passa a primeiro plano</i>
23- Jan./1991	<i>A Guerra dos tablóides</i>
27- Jan./1991	<i>Superioridade na guerra psicológica.</i>
28- Jan./1991	<i>Norman, o 'urso' que conhece o deserto: "A melhor guerra é a que se ganha sem disparar um tiro".</i>
02- Fev./1991	<i>Informação ou Propaganda</i>
16- Fev./1991	<i>CNN: A TV global?</i>
18- Fev./1991	<i>Quem está a ganhar a guerra da propaganda?/Imprensa afasta da linha da Frente.</i>
19- Fev./1991	<i>Vocês vão ter medo.</i>
28- Fev./1991	<i>A Guerra entrou na fase final.</i>

Fonte: Elaboração própria

Com o iniciar do mês de Janeiro observa-se um intensificar noticioso em redor da Crise do Golfo, note-se que no dia 7 de Janeiro, o Jornal Público editou um especial de sete páginas. Este abordava a Guerra do Golfo sob vários domínios, tais como as consequências económicas que teria a nível mundial, uma vez que iria inflacionar de sobremaneira os preços do petróleo e se poderia assistir a uma crise semelhante à dos anos 70. O «especial» também aborda questões relacionadas com a perda de vidas humanas, alertando para que o número de vítimas poderia exceder as baixas militares, o que condicionaria fortemente o apoio da opinião pública nas vésperas do início da Guerra. Destaque ainda, neste dia, para as outras duas notícias que afirmam que Saddam estava preparado para iniciar as hostilidades com as Forças da Coligação o que fazia adivinhar um cenário apocalíptico, uma vez que existia a possibilidade de utilização de armas químicas.

O «terror nuclear» fez manchete no público no dia 8 de Janeiro, onde se reforçava a ideia de que o nuclear era, de facto, uma possibilidade neste conflito, fazendo-se acompanhar de imagens de máscaras de gás que estavam a ser utilizadas não

só pelo exército das Forças da Coligação como pelos jornalistas presentes no local do conflito. Ainda com a ameaça nuclear que pairou durante a Guerra-Fria bem presente, vários cidadãos norte-americanos lançaram-se na procura de material resistente a este tipo de armamento.

Com o prazo dado pela ONU (15 de Janeiro foi o prazo máximo dado pelas Nações Unidas para a retiradas das tropas iraquianas do Kuwait) a expirar e os auspícios de Guerra a ganharem forma, observa-se no Público o noticiar da derradeira iniciativa diplomática que ocorreu no dia 9 de Janeiro e na qual a Comunidade Internacional depositava total esperança, assim como o seu desfecho vazio e oco noticiado no dia 10 de Janeiro.

Surgem, pela primeira vez, a 10 de Janeiro de 1991, notícias que dão conta dos moldes em que iria assentar a cobertura mediática da Guerra, augurando já o colidir de interesses dos *media* e do poder político. Pode ler-se que os jornalistas sentem-se fortemente restringidos na liberdade de movimentos no teatro de operações o que lhes impediria de fazerem a cobertura dos acontecimentos no local, acabando só por ter acesso às informações facultadas pelos Oficiais norte-americanos nos briefings diários. Fica, claramente, evidenciado uma colisão de interesses entre estes dois actores; se por um lado os jornalistas pretendiam ter a maior liberdade possível de movimentos e o menor número de restrições, a Administração norte-americana pretendia acautelar um novo ‘Vietname’ e manter a opinião pública favorável à intervenção militar no Kuwait.

Chegamos ao dia 15 de Janeiro com a anunciar próximo da Guerra, acabando por acontecer a 17 de Janeiro com um ataque aéreo que o Público apelida de cirúrgico. A par dos pormenores táticos da operação Tempestade do Deserto, denuncia-se o ‘império’ da CNN, por esta cadeia ter o monopólio de acesso e cobertura em terreno iraquiano, o que incomodava fortemente os restantes jornalistas, que conotava a política de restrições implementada pela Administração Norte-americana como uma prática de censura que violava a Primeira Emenda da Constituição Norte-americana. No seguimento das críticas proferidas por jornalistas surge uma notícia a 18 de Fevereiro, *Imprensa afastada das linhas da frente*, na qual se pode ler que “o mundo vê, ouve, lê o Golfo através do olhar que americanos e ingleses lançam sobre unidades e zonas seleccionadas pelos seus generais”.¹⁴⁷

¹⁴⁷ Público, 18 de Fevereiro.

Numa Guerra em que várias batalhas se travavam ao nível mediático, a propaganda utilizada pelas duas partes em confronto assumiu papel central e fundamental para o sucesso da missão. Assiste-se a uma batalha de conquista de ‘hearts and minds’ encabeçada pelas duas partes envolvidas no conflito, tendo estas proclamado inflamados discursos capazes de arregimentar a opinião pública no sentido que mais se coadunava com os seus interesses. Assim se compreende a publicação de artigos que indicavam o crescimento do sentimento anti-americano no povo iraquiano. As várias ofensivas lançadas pelas Forças da Coligação tinham atingido civis, o que fora muito bem aproveitado pelo líder iraquiano, que se escudou na existência de danos colaterais para conduzir o sentimento do seu povo num sentido de repulsa total dos ideais americanos, afirmando que os americanos apenas queriam aceder aos recursos energéticos da região, não tendo qualquer preocupação com a perda de vidas humanas que causariam. Tal se pode comprovar se atendermos à notícia publicada a 18 de Fevereiro na qual podemos ler que o Ministro iraquiano da Informação, Latif Nassif, chamou George Bush de ‘carniceiro’ e ‘criminoso’ devido ao bombardeamento norte-americano sobre o bunker de Bagdad que, segundo dados iraquianos, matou sete mil civis.

No seguimento desta linha, surgem nos dias 22 e 23 de Janeiro artigos que continuam a evidenciar a preponderância do factor psicológico neste conflito, o que nos indica que o elemento opinião pública é essencial para se obter a vitória numa guerra e da existência de uma «guerra mediática» entre órgãos informativos que se digladiavam por noticiarem acontecimentos exclusivos, o que se afigurava como uma tarefa hercúlea pois a CNN, a par dos jornalistas credenciados para as *pool* dominavam por completo o terreno noticioso.

Desenvolvendo meios para confrontar a propaganda iraquiana, os norte-americanos escolheram oficiais graduados e com ampla capacidade de comunicação, como é o caso do General Schwarzkopf que para além do seu enorme conhecimento ao nível operacional, possuía um enorme carisma que evidenciava nas intervenções orais que fez durante a Guerra, merecendo destaque a noticiada no dia 28 de Janeiro em que disse que “a melhor guerra é a que se ganha sem disparar um tiro”.¹⁴⁸

Como se observa, o debate em redor da política comunicacional continua a ser prolífero no mês de Fevereiro, tentando discorrer-se qual era a diferença entre

¹⁴⁸ *Publico*, 19 de Fevereiro de 1991.

informação ou propaganda e reconhecer um vencedor inequívoco da «guerra propagandística». Ainda durante o mês de Fevereiro assiste-se à publicação de um artigo que transcrevia o discurso do Tenente-Coronel Fontenot aos soldados americanos presentes na Arábia Saudita sobre o medo, afirmando que “Não há problema em ter medo. Enfrentem-no. Falem sobre ele. Lidem com ele. Façam-no sair cá fora, olhem bem para ele, observem-no e depois ponham-no no seu lugar”¹⁴⁹. A publicação deste artigo assume especial significado na fase final do conflito, uma vez que serve como estímulo moral para os seus soldados e para a opinião pública, pois fornece uma dimensão ‘humanizada’ ao esforço bélico.

¹⁴⁹ *Publico*, 19 de Fevereiro de 1991.

5.4.2. As categorias em análise no *Público*

Através do quadro 5.6 que analisa de forma sintética a cobertura efectuada pelo *Público* através de quatro categorias por identificadas, sendo elas, a meta-narrativa, tratamento dos actores envolvidos, método de comunicação (menção ao sistema de *pool*) e iconografia.

A categoria meta-narrativa fornece-nos uma visão holística da forma como os jornalistas abordaram o conflito, que nos ajudará a compreender a percepção da opinião pública. Com base nesta categoria podemos observar que a abordagem feita à crise do Golfo e à subsequente Guerra foi cuidadosamente preparada pela Administração Norte-americana, pois os artigos que surgem no *Público* apresentam uma lógica discursiva legitimadora da intervenção das Forças da Coligação, referenciando Saddam e o seu regime de «hitleriano»¹⁵⁰.

A presença de detalhes táticos e operacionais que mencionavam a precisão dos ataques das Forças da Coligação desempenharam também um papel fundamental na conquista do apoio da opinião pública, uma vez que referenciava que os ataques desenvolvidos não estavam a lesar os civis. É ainda importante ressaltar que foram noticiadas algumas manifestações em cidades europeias, como Lisboa, Berlim e Londres contra a continuidade da Guerra; porém não assumiram uma escala global, não tendo sido noticiada nenhuma em território americano.

As restantes categorias, tratamento de actores envolvidos e método de comunicação e iconografia são ilustrativas da importância dos *media* neste conflito, pois várias «batalhas» nesta guerra se travaram ao nível da propaganda e do recurso à componente psicológica, assim como são publicados vários artigos que dão conta da polémica gerada em torno da estrutura comunicativa delineada para os jornalistas no teatro de operações. A iconografia também assumiu alguma importância; contudo como foi uma «guerra predominantemente televisiva», nos órgãos de comunicação escrita, em concreto no *Público*, houve uma preferência pela utilização de imagens mais tecnicistas.

¹⁵⁰ Expressão utilizada por Taylor, Philip M. (1998), *War and the Media – Propaganda and persuasion in the Gulf War*, New York, Manchester University Press.

Quadro 5.6: Traços dominantes da representação da guerra no Público

<p>Meta-narrativa</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Desde a invasão do Iraque no Kuwait que se assiste a um discurso de condenação contínua da atitude de Saddam; - Acompanhamento dos esforços diplomáticos desenvolvidos pelos países membros da ONU, sempre apoiado por um discurso de defesa dos direitos humanos; - Após a ONU ter estipulado a data de 15 de Janeiro para o Iraque abandonar o Kuwait que se assiste a uma intensificação do discurso sobre a possibilidade do uso da força militar, apresentando-o sempre como uma solução legítima; - Com a intervenção armada das Forças da Coligação, observamos uma tendência discursiva que discorre sobre a dimensão psicológica e propagandística da Guerra; - Existe uma mudança do tom discursivo quando é abordada a política de comunicação e as limitações que os repórteres enfrentam; - São noticiadas algumas manifestações contrárias à Guerra em Berlim, Londres e no Rossio; - Durante toda a Guerra do Golfo assiste-se a um acompanhamento pormenorizado das opções tácticas utilizadas, mas sem relevar localizações nem os efeitos que as mesmas tiveram.
<p>Tratamento dos actores envolvidos</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Saddam é conotado com o novo Hitler; - Forças da Coligação e E.U.A descritos como os defensores dos direitos humanos e dos ideais democráticos; - Destaque dado à personalidade carismática do General Scwarzkopf; - Iraquianos apoiavam o Regime de Saddam e encaravam a presença das Forças da Coligação como “criminosa”.
<p>Método de comunicação</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Notícias publicadas provêm de agências noticiosas internacionais o que se compreende devido ao sistema de ‘pool’ de jornalistas; - Relatos de jornalistas que criticam intensamente o sistema de comunicação instituído. Definem as práticas dos militares como actos de censura.

Iconografia	<ul style="list-style-type: none">- O recurso a fotografias escasseia, havendo apenas algumas de Saddam a dar uma entrevista a Peter Arnett e de Oficiais das Forças da Coligação;- Utilização intensa de figuras ilustrativas das opções tácticas das Forças da Coligação.
--------------------	--

Fonte: Elaboração própria

Conclusões

Discussão de Resultados

Neste capítulo foi desenvolvida uma análise comparada dos três órgãos de comunicação escrita anteriormente analisados de forma individual com objectivo de aferir se houve uma cobertura diversificada do conflito do Golfo capaz de se expressar em três jornais de diferentes nacionalidades, ou se pelo contrário, se observou uma homogeneidade informativa – característica comum ao sistema de *pooling* jornalístico.

Desta forma, iremos socorrer-nos das tabelas utilizadas no capítulo anterior que analisaram os traços dominantes, através das categorias meta-narrativa; tratamento dos actores envolvidos, método de comunicação e iconografia, das notícias seleccionadas dos três órgãos de comunicação.

Estabelecidas as mesmas variáveis de análise para cada um dos jornais e considerados os objectivos estratégico-militares definidos para a missão “Tempestade no Deserto” (enunciados no capítulo I), poderá ser desenvolvida uma narrativa sustentada que permita ensaiar respostas às perguntas derivadas, testar o sistema de hipóteses e finalmente responder à pergunta “Que efeitos teve a leitura mediática na prossecução dos objectivos estratégico-militares na Guerra do Golfo de 1991?”.

As representações do *New York Times*, *Le Monde* e Público numa perspectiva comparada

A compreensão do grau de destaque dado a diferentes aspectos do conflito na designada Guerra do Golfo assume enorme importância, uma vez que houve uma criteriosa preparação da política de comunicação por parte dos E.U.A. A Administração norte-americana desenvolveu uma arquitectura comunicativa capaz de estabelecer directivas universais que garantissem que a imagem facultada ao público seria aquela que pulsava nas palavras dos oficiais no teatro de operações. Havia uma evidente preocupação em garantir uma cobertura homogénea que conseguisse legitimar a acção militar na lente da opinião pública, não sendo por isso permitidos desvios por parte dos repórteres credenciados presentes no teatro de operações às ‘*ground rules*’ estabelecidas e previamente aceites. Era necessário garantir o cumprimento dos objectivos estratégico-militares definidos, como demonstrar, em particular aos cidadãos norte-

zamericanos, mas também à opinião pública mundial que o Vietname não mais se repetiria e que os E.U.A estavam ‘dispostos’ a assumir o espaço de potência unipolar capaz de garantir a paz em várias regiões do mundo.

Importa, agora com base nas amostra seleccionadas analisar o *focus* noticiosos dos três jornais em análise, tentado não só compreender que aspectos do conflito mereceram mais destaque e se de alguma forma, este destaque foi condicionado pelo rigoroso *pooling* jornalístico.

Através da definição de cinco unidades de análise noticiosa, – obtidas com base no processo de codificação, que deve ser entendido como “ processo pelo qual os dados em bruto são transformados sistematicamente e agregados em unidades, as quais permitem uma descrição exacta das características pertinentes do conteúdo”¹⁵¹- notícias sobre o método de comunicação estipulado para os *media*; notícias sobre os objectivos estratégico-militares; notícias sobre o número de baixas; notícias sobre manifestações contrárias à intervenção e notícias sobre o apoio da opinião pública à intervenção - sendo estas unidade de registo de tipo, temático - foi possível observar as flutuações do *focus* noticioso dos três jornais. Se atendermos ao quadro 6.1 constamos que não é possível estabelecer nenhuma tendência assinalável nos três órgãos, o que indicia que o sistema de *pooling* jornalístico pode ter surtido o efeito desejado.

Quadro 6.1: Contagem numérica da tipologia noticiosa comparada

Tipologia Noticiosa	<i>New York Times</i>	<i>Le Monde</i>	<i>Público</i>
Notícias sobre o método de comunicação estipulado para os <i>Media</i>	7	2	10
Notícias sobre os objectivos estratégico-militares	5	1	1
Notícias sobre o número de baixas	-	-	1
Notícias sobre manifestações contrárias à intervenção	1	3	1
Notícias sobre apoio da opinião pública à intervenção	1	-	-

Fonte: Elaboração própria

¹⁵¹ Holsti, O.R. (1969), *Content Analysis for the Social Science and Humanities*, Addison-Wesley Publishing Company.

Contudo importa analisar cada categoria para obtermos uma leitura – optou-se pela utilização, na análise das unidades de registo, da frequência; que afirma que a importância de uma unidade de registo aumenta com a frequência de aparição.

Através da observação da categoria ‘notícias sobre o método de comunicação estipulado para os *media*’, podemos constatar que o *Le Monde* é o jornal que menos se debruçou sobre esta matéria, por oposição ao *New York Times* e o *Público* que realçaram esta problemática. Algum do desfasamento no ênfase dado pelos três jornais pode justificar-se pelo facto do *New York Times* ter mais interesse em divulgar de forma crítica a política de credenciação dada aos jornalistas, uma vez que grande parte dos repórteres enviados permaneciam em Hotéis em Riade, não tendo acesso ao teatro de operações.. O que se pretendia (segundo as indicações dadas pelos editores de vários órgãos de comunicação, que já vinham demonstrando o seu desagrado relativamente á política de comunicação) com a publicação desta tipologia noticiosa era exercer pressão junto da Administração norte-americana no sentido de alargarem o número permitido de jornalistas americanos, assim como de mitigar as restrições impostas pelas *ground rules* inicialmente estabelecidas; contudo não tiveram o efeito pretendido. O *Público* também deu evidente destaque a esta categoria noticiosa o que pode ser explicado pela necessidade de afirmação do jornal no mercado nacional. Assim, a opção do *Público* foi cobrir da forma extensiva todos os aspectos do conflito.

É na categoria ‘notícias sobre os objectivos estratégico-militares’ que se verifica maior diferencial. Tanto o *Le Monde* como o *Público* apenas publicaram uma notícia que se referia de forma directa aos objectivos estratégico-militares definidos para a intervenção armada no Iraque. O *New York Times* publicou cinco notícias que identificam de forma clara os objectivos-estratégico militares, o que pode atestar que houve uma intenção da Administração norte-americana em justificar a legitimidade da sua acção.

Apenas o *Público* publica um artigo da categoria ‘número de baixas’, onde se afirma que o número de vítimas civis poderia vir a ser superior ao de baixas, enquanto nenhum dos outros dois órgãos de comunicação escrita se debruçou sobre tal. Uma das restrições impostas pelas *ground rules* era a proibição da publicitação de notícias referentes a baixas e perda de vidas humanas por parte do *pool* de jornalistas, o que explica a não existência das mesmas nos órgãos de comunicação franceses e americanos.

O órgão de comunicação escrita que menos noticiou manifestações de desagrado relativamente à intervenção armada foi o *New York Times*, contabilizando apenas uma notícia sobre esta temática. Pelo contrário, o *Le Monde* foi o jornal que mais publicou notícias relativas a esta categoria em redor da intervenção armada no Iraque, pois pulsava na sociedade francesa uma acesa discussão em redor da participação da França.

Relativamente à última categoria, que diz respeito a notícias que relatem o apoio da opinião pública a esta intervenção, apenas o *New York Times* publicou uma notícia, o que se justifica, julga-se, pela necessidade de publicitar que a opinião pública norte-americana apoiava a política definida pela Administração norte-americana.

Depois de efectuada esta análise, que nos forneceu uma visão holística dos temas abordados nos diferentes jornais em análise, podemos constatar que o tema mais abordado - seguindo mais uma vez uma análise de frequência, na qual o grau da importância de uma unidade/categoria aumenta conforme o número de vezes que surgir - foi o sistema de comunicação definido para os jornalistas em teatro de operações. O segundo tema com mais destaque foi o referente aos objectivos estratégico-militares definidos para a missão, o que é ilustrativo da necessidade de legitimar a acção das Forças da Coligação.

Assume, também importância analisar de forma comparada as notícias publicadas nos três órgãos de comunicação escolhidos, considerando sempre a tipologia de análise de conteúdo definida.

Se observarmos a categoria meta - narrativa, presente no quadro 6.2, constatamos que a prática discursiva praticada pelos três jornais seguiu a mesma linha. De evidenciar que se verificou em todos a utilização de um discurso legitimador da acção das Forças da Coligação, o que comprova que a política concertada entre os diferentes órgãos de soberania da Administração norte-americana, ao nível comunicativo, surtiu o efeito desejado. Conseguiu que a opinião pública, sobretudo a americana, encarasse a intervenção armada no Golfo como justa e legítima, conseguindo o seu apoio durante todo o conflito e afastando de forma definitiva a memória do Vietname. Destaque, para o *New York Times*, que desenvolveu, maioritariamente, um discurso que legitimava a acção da Administração norte-americana, nunca tendo desenvolvido críticas ou questionado o interesse norte-americano na região.

Quadro 6.2: As Categorias analisadas de forma comparada

Categorias	<i>New York Times</i>	<i>Le Monde</i>	Público
Meta-Narrativa	<ul style="list-style-type: none"> - Discurso legitimador da acção das Forças da Coligação; - Utilização de discurso propagandístico quando se descrevem as acções perpetuadas por Saddam. 	<ul style="list-style-type: none"> - Discurso legitimador da acção das Forças da Coligação; - Crítica à política de Saddam, mas sem recurso a elementos propagandísticos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Discurso legitimador da acção das Forças da Coligação; - Utilização de discurso propagandístico quando se descrevem as acções perpetuadas por Saddam.
Tratamento dos actores envolvidos	<ul style="list-style-type: none"> - Condenação dos actos proferidos por Saddam; - Legitimada acção das Forças da Coligação. 	<ul style="list-style-type: none"> - Condenação dos actos proferidos por Saddam; - Legitimada acção das Forças da Coligação. 	<ul style="list-style-type: none"> - Condenação dos actos proferidos por Saddam; - Legitimada acção das Forças da Coligação
Método de Comunicação	<ul style="list-style-type: none"> - Crítica assertiva à política de comunicação estabelecida para os repórteres. 	<ul style="list-style-type: none"> - Crítica à política de comunicação efectuada de forma menos assertiva. 	<ul style="list-style-type: none"> - Crítica assertiva à política de comunicação estabelecida para os repórteres.
Iconografia	<ul style="list-style-type: none"> - Recurso a fotografia escasseia. 	-----	<ul style="list-style-type: none"> - Recurso a fotografia escasseia, mas são utilizadas algumas imagens.

Fonte: Elaboração própria

Tendo sido um conflito com uma componente psicológica muito acentuada, a propaganda foi bastante utilizada pelas partes em confronto, tendo encontrado nos órgãos de comunicação escrita espaço de actuação.

O *New York Times* publicou várias notícias de tom discursivo marcadamente propagandístico, sendo frequente a reprodução de discursos preferidos por Saddam Hussein e George Bush nos quais os dois líderes trocavam fortes acusações. É por isso comum, encontrar no *New York Times*, expressões metafóricas e intensa utilização de comparações entre a acção de Saddam e os crimes perpetrados por Hitler.

No *Público* observa-se a mesma tendência discursiva, o que se explica pelo facto deste jornal ter de recorrer a agências noticiosas norte-americanas que distribuíam mundialmente as informações colhidas pelos jornalistas autorizados a estarem no sistema de *pooling*. Portanto, também encontramos no *Público* múltiplas notícias de cariz verdadeiramente propagandístico, que muitas vezes apenas replica o noticiado mundialmente.

Nesta matéria, importa evidenciar que o *Le Monde* se distinguiu por não seguir a linha discursiva dos outros dois jornais em análise, o que nos indica que tanto os

cidadãos franceses como algumas figuras da cena política não legitimavam totalmente a acção das Forças da Coligação, sobretudo a norte-americana. Ou seja, observamos uma crítica sustentada às acções proferidas por Saddam que assentava sobretudo num discurso de defesa dos recursos humanos.

A categoria seguinte, tratamento dos actores envolvidos, assume um carácter de unanimidade nos três órgãos de comunicação, havendo assim um consenso discursivo no que se refere à condenação de Saddam, mais concretamente na sua política expansionista. Por oposição, verificamos que a acção das Forças da Coligação é legitimada ou a sua legitimação é veiculada pelos três órgãos, havendo uma preocupação discursiva em, primeiramente descrever todos os esforços diplomáticos desenvolvidos, e só depois mencionar a utilização da força, dizendo que esta só foi considerada devido ao falhanço dos restantes.

Importa destacar que a seguinte categoria, método de comunicação, para além de ser a mais noticiada, é aquela em que observamos uma alteração do tom discursivo. Tanto o *New York Times* como o *Público* descrevem e conotam o sistema de comunicação como uma prática de censura, afirmando que os *media* apenas servem de amplificadores do discurso promovido pela Administração norte-americana. Muitos jornalistas e editores expuseram o seu desagrado quanto às excessivas restrições de movimento e expressão. No *Le Monde* apesar de também terem sido publicadas notícias sobre o sistema de comunicação, não se observa a mesma linha discursiva. Através de entrevistas efectuadas a *experts* da comunicação discorre-se sobre a legalidade e legitimidade das práticas estabelecidas, mas sem nunca desenvolver um discurso assumidamente crítico.

Na categoria iconografia não é possível estabelecer uma tendência, uma vez que não tivemos acesso às imagens e fotografias utilizadas pelo *Le Monde*. Contudo, podemos atestar que não foram publicadas fotografias de «carácter» potencialmente chocante tal como previam as *ground rules*. No *Público*, foram utilizadas algumas imagens ilustrativas das táticas de combate, dando especial ênfase à componente naval do conflito.

Em síntese, podemos concluir que a política de comunicação estabelecida pela Administração norte-americana foi bem sucedida no seu intento, uma vez que conseguiu que os repórteres cumprissem de forma rigorosa as *ground rules* definidas. Assim, foi possível manter a opinião pública americana favorável à intervenção. Não houve, por parte, dos órgãos de comunicação escrita em análise qualquer crítica à

legitimidade da acção da administração norte-americana, centrando-se o discurso crítico na política de comunicação estabelecida para os jornalistas.

Considerações Finais

Neste trabalho efectuou-se uma breve incursão sobre as relações entre os militares e *media* em cenário de guerra, tendo centrado o seu *focus* analítico na I intervenção armada no Golfo em 1991. Assim foram analisadas questões de carácter aparentemente insolúvel, nas quais se evidencia o estudo da relação entre *media*, opinião pública e política externa e se tenta compreender de que forma estes três agentes podem construir uma estrutura dialogante capaz de equilibrar os seus interesses sem entrar em colisão.

Considerando que o estudo pretende analisar os moldes desta relação, os representantes da política externa, são os militares, e é por esse motivo que este debate se centra entre os militares e *media*. Apesar de esta afirmação poder parecer de conteúdo simples e fácil, é muitas vezes esquecida, sugerindo algumas vezes, que os militares actuam como instâncias independentes. Tal não é verdadeiro, a definição da política externa é da competência dos órgãos políticos que em prol dos interesses vitais ou importantes para o seu Estado desenham uma estratégia de acção de política externa, que por vezes pode requerer a utilização da força armada. Assim, os militares são apenas agentes executantes subordinados aos interesses estatais.

Esta pequena nuance serve apenas para demonstrar que é necessário centralizar o denominador na equação, substituindo a componente militar pela componente estatal ou política e mantendo a componente mediática. Ou seja, é fundamental compreender que não é a cultura militar que impede a concretização de uma política dialogante entre os militares e *media*, mas sim a necessidade de manutenção de sigilo inerente a determinada acção, que foi definida pela componente política.

Importa agora atender às perguntas derivadas delimitadas no capítulo consignado à metodologia, pois estas delinearam o caminho seguido ao longo desta dissertação e será através delas que conseguiremos responder à pergunta inicial.

Compreendemos que é de extrema dificuldade definir com grau de clareza e objectividade os moldes sobre os quais deve assentar a relação entre militares e *media*. Se atendermos ao conflito do Vietname compreendemos que a ausência total de uma

política de comunicação social teve efeitos perversos nos interesses estatais, acabando por motivar manifestações contrárias por parte da opinião pública. Esta mostrava descrença quanto aos interesses americanos nesse conflito, uma vez que as imagens e informações veiculadas pelos *media* não encontravam correspondência com o discurso oficial. Tal facto ilustrou o enorme poder que a imagética fornecida pelos *media* tinha junto dos cidadãos americanos.

Assim e após a derrota mediática no Vietname, observamos uma preocupação das instâncias estatais norte-americanas em desenvolver uma política de comunicação capaz de gerir as percepções da opinião pública aquando o Estado tiver necessidade de utilizar a força militar.

Com o espoletar das convulsões no Golfo Pérsico, a Administração norte-americana estava preparada para desenvolver uma acção de «diplomacia pública» capaz de conduzir a opinião pública de acordo com os interesses definidos.

Através do envolvimento de todas as instâncias políticas e do estabelecimento de *ground rules* que orientavam o comportamento e acção dos jornalistas presentes no teatro de operações, foi possível exercer algum controlo sobre os mesmos. Activado o sistema de *pooling* jornalístico, apenas um número reduzido de jornalistas tinha acesso ao teatro de operações, sendo controlado o material que estes obtinham nessas incursões, assim como assegurado o respeito pelas *ground rules*.

As críticas dos jornalistas surgem ligadas ao sistema de *pooling*, pois a maioria dos repórteres estava vetada do cenário de operações ficando remetida às informações facultadas nos briefings informativos diários dados por Oficiais. Porém também os que incorporavam este sistema não pouparam críticas à Administração norte-americana, afirmando que os Oficiais simulavam acções de forma propositada. Assim, muitos editores e jornalistas apelidaram rapidamente esta política de comunicação como uma prática de censura e contrária aos princípios pugnados na Primeira Emenda da Constituição norte-americana.

Contudo, importa atender que a maioria dos Estados democráticos prevê na sua Constituição medidas de excepção em períodos de guerra, o que na perspectiva legalista poderia refutar a argumentação proferida por vários jornalistas. Mas o debate em redor do termo «censura» está imbuído em duas perspectivas de diferente significado, a legalista e a que se relaciona com a legitimidade. Ora, no discurso público, não encontramos lugar para a perspectiva legal, mas sim para a legítima que se corporiza na expressão «direito de estar informado». O acesso/direito à informação constitui valor

central nas sociedades ocidentais de natureza democrática, como tal, em tempo de guerra, é necessário balancear aquilo que se pode ser dito e aquilo que terá de se manter sob o signo do sigilo para não se comprometer o sucesso da missão.

Os *media*, desde o início do conflito, «beberam» as informações que provinham das instâncias governativas, servindo como amplificadores do consenso político em redor da intervenção americana no Iraque. Desde modo a administração norte-americana serviu-se dos *media* para desenhar uma imagem ‘maléfica’ do Regime de Saddam junto da opinião pública.

Através do recurso ao discurso propagandístico pulsante nos órgãos de comunicação social, que associava Saddam às atrocidades humanitárias cometidas por Hitler, a opinião pública mostrou-se sempre favorável à intervenção militar no Golfo Pérsico. Este suporte foi fundamental para o pleno sucesso da missão, tendo ainda afastado em definitivo as memórias do Vietname.

Recorrendo a três jornais de diferentes nacionalidades, *Le Monde*, *Público* e *New York Times*, podemos aferir com detalhe a meta-narrativa utilizada por cada um deles. O principal intuito da análise destes três órgãos de comunicação escrita era apreciar qual a cobertura efectuada por estes, compreendo se o sistema de *pool* unificou a prática ou se mesmo assim se assistiu a uma diversidade noticiosa.

Como ficou demonstrado no capítulo dedicado à análise dos três jornais e no posterior estudo comparada entre eles, assistiu-se a uma uniformidade noticiosa. Identificamos grandes linhas discursivas comuns, como a crítica ao sistema de comunicação implementado e a publicação de artigos onde o discurso propagandístico estava evidente e que, em todos os jornais analisados, se formatou a imagem de Saddam como sendo algo de demoníaco o que influenciou de sobremaneira o apoio da opinião pública. Apesar da frequência de notícias que versavam sobre o sistema de *pooling* jornalístico, a opinião pública apoiou a política comunicativa definida para este conflito; 75% dos norte-americanos, como atesta uma sondagem efectuada pelo *USA Today*¹⁵² publicada a 18 de Janeiro.

O discurso desenvolvido pelos *media*, foi desde o início no sentido de legitimar a acção da política norte-americana. Houve, a preocupação de primeiramente fornecer à opinião pública factos que indiciassem a natureza tirânica do regime de Saddam, a que

¹⁵² Quintero, Alejandro Pizarroso (1991), *La Guerra de las mentiras- información, propaganda, y guerra psicológica en el conflicto del Golfo*, Madrid, Eudema, p.128.

se seguiu a descrição pormenorizada dos esforços diplomáticos e sancionatório que antecederam a opção do recurso à força movidos pelos diferentes actores que constituem a Sociedade Internacional. Desta forma a opinião pública manteve-se sempre concordante com as acções da Administração norte-americana.

Em suma, podemos verificar que a hipótese 1, definir claramente os procedimentos dos *media* em cenários de guerra aumenta a probabilidade do cumprimento, na plenitude, dos objectivos estratégico-militares estabelecidos, se verifica. Quanto mais o discurso dos *media* suportar as decisões políticas, mais probabilidade existe de se concretizarem os objectivos estratégico-militares definidos e se alcançar a vitória na Guerra, no sentido «moral» (o que se verificou no Golfo e teve o seu contrário no Vietname). Neste conflito, houve um legitimar constante da *praxis* das Forças da Coligação, lideradas pelos E.U.A, o que contribuiu para se atingir um «estádio de consenso público» que proporcionou o cumprimento dos objectivos estratégicos-militares.

Neste conflito, a “gestão da informação é deixada nas mãos dos especialistas em relações públicas e a informação resultante é orientada de acordo com os entendimentos jornalísticos ao nível do senso comum, do jogo de poder de Washington, acontece que os padrões de envolvimento público podem mudar drasticamente de acordo com os padrões de orientação política existentes em cada situação”.¹⁵³ Ou seja, a opinião pública tornou-se um “artefacto das estruturas de orientações presentes nos *media* que forneceram uma base reduzida para envolvimento crítico do público”.¹⁵⁴ Tal afirmação, prova a validade da hipótese 2, que protelava que a leitura mediática propiciada pelos *media*, quando conduzida pelas instâncias estatais aumenta o apoio da opinião pública à missão.

Naturalmente se verifica a validade da hipótese 3 que definia que o apoio da opinião pública à missão, diminui quando a leitura mediática é efectuada sem considerar os interesses do Estado para determinada missão. A opinião pública consubstancia-se em grande parte nos valores e imagens emanados pelos *media*, e como tal se estes enveredarem por um discurso crítico relativo à política definida por determinado Estado, é natural que a opinião pública siga o mesmo caminho. Assim, importa que o Estado defina uma política de diplomacia pública capaz de fazer uma gestão das

¹⁵³ Bennett, W. Lance and Jarol B. Manhein (1993), “Conquistar o Público: Informação, orientação e o processo democrático do Golfo”, *Political Communication*, Volume 10, p.351.

¹⁵⁴ Bennett, W. Lance and Jarol B. Manhein (1993), “Conquistar o Público: Informação, orientação e o processo democrático do Golfo”, *Political Communication*, Volume 10, p. 351.

percepções, em primeira instância, dos jornalistas e da opinião pública. O facto da Administração norte-americana ter definido de forma clara e estruturada uma política de comunicação capaz de gerir as percepções dos jornalistas relativamente ao conflito, através de uma panóplia de meios que já foram identificados, e no qual o «pooling jornalístico» se destaca, prova que a opinião pública é grandemente influenciada pelos *media*. Logo, se o Estado conseguir gerir a percepção dos jornalistas, conseguirá conduzir a opinião pública no sentido que definiu.

No conflito do Golfo, a opinião pública apoiou sempre as opções tomadas pela Comunidade Internacional, não tendo nunca questionada a legitimidade da acção, o que contribuiu de sobremaneira para o pleno sucesso da missão. Assim, podemos afirmar que a leitura mediática teve o resultado pretendido pelas instâncias políticas, tendo assim um efeito positivo na prossecução dos objectivos estratégico-militares.

Não obstante os resultados obtidos neste estudo, que foram conseguidos através da aplicação do método científico, importa realçar que existiram limitações de ordem teórica e metodológica que devem ser referidas. No plano teórico, foi necessário estabelecer com clareza o aspecto conceptual de vários conceitos, para que fosse possível traçar com objectividade o caminho orientador definido para este estudo. Contudo e devido a condicionamento de natureza temporal foi necessário circunscrever a natureza conceptual de muitos termos utilizados, no qual se destaca o conceito de opinião pública, pois a multiplicidade de definições existentes conduziram-nos a sobreposições conceptuais capazes de produzir argumentos e conclusões falaciosas.

As limitações relativas ao método foram fundamentalmente as de natureza de recolha de material de análise. Na recolha do jornal *Público* deparamo-nos com alguma dificuldade, uma vez que os exemplares presentes na Hemeroteca Nacional não estavam em formato digital o que nos impediu de utilizar o método de análise utilizado para o *Le Monde* e *New York Times* e que assentava na busca digital através de palavras-chave por nós definidas e identificadas na fase consignada à metodologia. Houve também alguma dificuldade em recolher os exemplares do *Le Monde*, uma vez que o Instituto Franco-Português não dispunha dos exemplares do período pretendido. Os exemplares deste jornal foram recolhidos através da base de dados disponibilizada pela Embaixada dos Estados Unidos da América.

Mesmo considerando as limitações e dificuldades encontradas ao longo do estudo, importa referir que a investigação aqui desenvolvida tentou clarificar ao nível conceptual, conceitos que vulgarmente estão imbuídos em alguma confusão teórica,

como o de opinião pública. Tentou ainda discorrer sobre qual o verdadeiro papel dos *media* na sociedade contemporânea, percebendo de que forma estes podem ser agentes de mutação de agendas políticas, sobretudo quando se estuda o fenómeno da guerra.

Desta forma, esta dissertação tem uma forte componente multidimensional, uma vez que se socorreu de contributos da História, Teoria das Relações Internacionais, Estratégia, Teoria da Comunicação, Sociologia, Ciência Política e Militar. Os elementos extraídos de cada uma das ciências forneceram-nos indícios estruturantes capazes de desenvolver uma narrativa sustentada que diluiu discursos falaciosos, pensamos nós. Realçou-se a organização do Estado, tentando clarificar que a componente militar está subordinada à dimensão política, assim como a dimensão mediática.

Tentou ainda compreender como deve o Estado gerir as percepções de forma a ser bem sucedido nos objectivos por si traçados. Através da gestão das percepções, que deve ser feita em primeira instância junto dos jornalistas, o Estado conseguirá o apoio da opinião pública, que é o elemento legitimador da política em democracia. Assim, nesta investigação, a análise das percepções foi efectuada através do recurso a três órgãos de comunicação escrita de diferentes países com o principal intuito de compreender se a política e comunicação desenvolvida pela Administração norte-americana para este conflito foi bem sucedida.

Muito embora, este estudo seja circunscrito a um conflito perfeitamente delimitado no tempo, serve para atestar que os *media* têm uma enorme influência junto da opinião pública, e como tal as informações que lhes são facultadas, sobretudo em tempo de guerra, tem ser fortemente seleccionadas pelas instâncias políticas.

Uma vez que na actual sociedade da informação em que vivemos, os impulsos tecnológicos não cessam, este estudo pretende ser mais um elemento de reflexão para a questão «guerra e informação». Não avançando com uma solução universal, tentou desenvolver-se uma narrativa científica capaz de demonstrar que os elementos política, *media* e opinião pública têm ser entroncados na mesma tríade para se poder estabelecer uma estrutura dialogante capaz de servir e equilibrar os interesses de cada um dos elementos.

Bibliografia

- Agamben, Giorgio (2010), *Estado de Excepção*, Lisboa, Edições 70.
- Aukofer, Frank, Willian P. Lawrence (1995), “American’s Team : The Odd Couple. A report on the relationship between the *Media* and Military,” *The Freedom Forum, First Amendment*, Vanderbilt University. Disponível em: <http://www.freedomforum.org/templates/document.asp?documentID=13999>
- Barriga, Antónia do Carmo Anjinho (2008), *Media, Política e Opinião: uma tríade complexa. Uma abordagem à opinião publicada em Portugal*, Dissertação de Doutoramento em Sociologia da Comunicação, Lisboa, ISCTE.
- Baylis, John & Steve Smith (2005), *The Globalization of world politics: an introduction to internacional relations*, New York, Oxford University Press.
- Bennett, W. Lance and Jarol B. Manhein (1993), “Conquistar o Público: Informação, orientação e o processo democrático do Golfo”, *Political Communication*, Volume 10, p. 331-351.
- Bennett, W. Lance and David L.Paletz (1994), *Taken by Storm: The Media, Public Opinion, and U.S Foreing Policy in the Gulf War*, Chicago, University Of Chicago Press.
- Bennett, Stephen Earl (1994), “The Persian Gulf War’s Impact on Americans Political Information”, *Political Behaviour*, Vol.16, N.º 2. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/586609>.
- Bizimania, Aimé-Jules (2006), “Les relations militaires-journaliste: evolution du context américain”, *Les Cahiers du Journalism* n.16, Université du Québec.
- Breton, Philippe (1994), *A Utopia da Comunicação*, Lisboa, Instituto Piaget.
- Carruthers, Susan L. (2000), *The Media at War – Communication and Conflict in the Twentieth Century*, New York, ST. Martin’s Press INC.
- Carvalho, Anabela (2004), “O Iraque nas televisões europeias: representações da segunda Guerra do Golfo”, Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, comunicação apresentada no II Congresso Ibérico de Ciências da Comunicação, Universidade da Beira Interior
- Centeno, Rui e Helena Lima (2009), “A Tempestade no Deserto e a Invasão do Iraque: a cobertura noticiosa do Público face aos dois conflitos”, comunicação apresentada no 6.º Congresso SOPCOM, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Couto, 1998 citado por Dias, Carlos Manuel Mendes Dias (2010), *Sobre a Guerra: Política, Estratégia e Tática*, Lisboa, Estratégia e Política Externa.
- Darwish, Adel, Gregory Alexander (1991), *Guerra do Golfo - História secreta da Guerra de Saddam*, Londres, Europa-América.
- Dias, Carlos Manuel Mendes (2010), *Sobre a Guerra*, Colecção Estratégia e Política Externa, Lisboa,. Prefácio.
- Dias, Carlos Manuel Mendes (2010), *Geopolítica: Teorização Clássica e Ensinamentos*, Colecção Estratégia e Política Externa, Lisboa, Prefácio.
- Dune, Finley Peter in Ribeiro, Henrique M. Lages (2008), *Dicionário de termos e citações de interesse político e estratégico*, Lisboa, Gradiva.
- Felman, Lieutenat, “The Military/*Media* clash the new principle of war: *Media spin*”, *School od Advanced Air Power Studies*. Disponível em:

- http://ebooks.gutenberg.us/AU_Press_Collection/SAAS_Theses/SAASS_Out/Felman/felmann.pdf
- Gaspar, Carlos (2006), "Os Estados Unidos e o Golfo Pérsico", comunicação apresentada na Reunião da InvestQuest, IPRI, 28 de Março de 2006, Porto.
- Habermas, Jürgen (1974), *The Public Sphere: Na Encyclopedia Article*, New York Critique, Vol.1, nº3
- Holsti, O.R. (1969), *Content Analysis for the Social Science and Humanities*, Addison- Wesley Publishing Company.
- IAEM (2000, P.5), citado por Dias, Carlos Manuel Mendes (2010), *Geopolítica Clássica e Ensinos*, Lisboa, Prefácio.
- Küng, Hans (2010), *Islão: Passado, Presente e Futuro*, Coimbra, Edições 70.
- Le Monde disponível em www.lemonde.fr
- Lecomte, Patrick (1993), *Communication, télévision et démocratie*, PUL, Paris.18.
- Lieutenant Colonel Case, Carl E. (1995), The military, The *Media* and Democracy in the Americas: conflict, challenge and change into the 21's century, Research paper as a requirement for award of diploma in the Superior Course on Hemispheric Security Studies, Washington, D.C, Inter-American Defense College.
- Lieutenant Colonel Gurtin, Joseph G. (2002), Strategic Leaders: It's time to meet the press, Pennsylvania, U.S. Army War College. Disponível em: <http://www.dtic.mil/cgi-bin/GetTRDoc?Location=U2&doc=GetTRDoc.pdf&AD=ADA404515>
- Lieutenant General Caldwell, William B., Lieutenant Colonel Stroud, Shawn, Mr. Menning, Anton (2009), "Fostering a Culture of Engagement", Military Review. Disponível em: <http://www.britannica.com/bps/additionalcontent/18/44306422/FOSTERING-A-CULTURE-OF-ENGAGEMENT>
- Lins, Hoyêdo Nunes (s.a), *Geoconomia e Geopolítica dos recursos energéticos na primeira década do século XXI*, s.l, s.n.
- Luhmann, Nicklas (1993), *A Improbabilidade da Comunicação*, Lisboa, Vega.
- Major. Raymond R. Hill Jr (1997), "The future military-*media* relationship: the *media* as na actor in war execution", In partial Fulfillment of the Graduation Requirements of ACSC, The Research Department Air Command and Staff College.
- Martin, Shannon E. (2006), "US *Media* Pools and Military Interventions in the 1980s and 1990s", *Journal Of Peace Research*, 43 (5). Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/27640386>
- Moreira, Adriano (2006), *Ciência Política*, Lisboa, Almedina
- Moughrabi, Fouad (1993), "The *Media* and the Polls: Domesticating the Body Politic", *Midle East Report*, Nº180, Power, Mass *Media* and The Middle East. Disponível em : <http://www.jstor.org>.
- Napoleão, citado por Pires, Ricardo (2008), "Jornalismo de Guerra. Repórteres de Guerra", *Revista Segurança e Defesa*, Nº8.
- Nery, Isabel (2004), *Política & Jornais. Encontros mediáticos*, Celta Editora, Lisboa.
- New York Times disponível em www.nytimes.com
- Nye, Joseph (2002), *Comprender os Conflitos Internacionais: uma introdução à Teoria e à História*, Lisboa, Trajectos.

- Patterson, Thomas E., Robert D. McClure (1976), *The unseeing eye: the myth of television power in national politics*, New York, Putnam.
- Pereira, Carlos Santos (2005), *Guerras de Informação: Militares e Media em cenário de crise*, Lisboa, Tribuna.
- Pires, Ricardo (2008), “Jornalismo de Guerra. Repórteres de Guerra”, *Revista Segurança e Defesa*, N°8, p.56.
Público disponível em www.publico.pt.
- QuidNovi (2003), *Grandes Batalhas da História Universal - Golfo*, Matosinhos, QN- Edição e Conteúdos, S.A.
- Quintero, Alejandro Pizarroso (1991), *La Guerra de las mentiras- información, propaganda, y guerra psicológica en el conflicto del Golfo*, Madrid, Eudema.
- Quivy, Raymond, Luc Van Campenhout (1995), *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Trajectos.
- Ramonet, Ignacio (1999), *A Tirania da Comunicação*, Campo dos Media, Lisboa.
- Ribeiro, Henrique M. Lages (2008), *Dicionário de termos e citações de interesse político e estratégico*, Lisboa, Gradiva.
- Roman, Ângelo Edval (2004) “Meios de comunicação como instrumento de dominação: a propaganda política de guerra”, *Publ. Ci. Hum., Ci. Soc. Apl., Ling., Letras e Artes*, (online), 12 (1).
- Roszack (1986), citado por Barriga, Antónia do Carmo Anjinho (2008), *Media, Política e Opinião: uma tríade complexa. Uma abordagem à opinião publicada em Portugal*, Dissertação de Doutoramento em Sociologia da Comunicação, Lisboa, ISCTE.
- Rousseau, Jean-Jacques (2009), *Contrato Social*, Lisboa, Edições Europa- América.
- Santos, José Rodrigues (2001), *Comunicação*, Lisboa, Prefácio.
- Sena, Nilza Mouzinho (2007), “Espaço público, opinião e democracia”, *Estudos em Comunicação* n.º1, ISCSP, pp.270-304.
- Silva, Augusto Santos e José Madureira Pinto (1986), *Metodologia das Ciências Sociais*, Porto, Edições Afrontamento
- Silva, Filipe Carreira (2002), *Espaço Público em Habermas*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais.
- Sousa, Fernando (2008), “*Dicionário de Relações Internacionais*”, Porto, Edições Afrontamento
- Splichal, Slavko (1999), *Public Opinion*, Boston, Rowman & Littlefield Publishers.
- Tarde, Gabriel (1992), *Opinião e a Multidão*, Lisboa, Publicações Europa- América.
- Taylor, Philip M. (1997), *Global Communications, International Affairs and the Media since 1945*, Routledge.
- Taylor, Philip M. (1998), *War and the Media – Propaganda and persuasion in the Gulf War*, New York, Manchester University Press.
- Tenente-Coronel Ribeiro, Carlos, Sofia Menezes e Major Carlos Macieira (2005), “Análise das duas Guerras do Golfo Pérsico (1991 e 2003), Contributos para a Transformação do Exército Português”, *Proelium - Revista da Academia Militar*.
- Tocqueville, Alexis (2008), *Da Democracia na América*, Lisboa, Relógio d'Água.

- Traquina, Nelson (2000), *O Poder do jornalismo – Análise e Teoria do Agendamento*, Coimbra, Minerva.
- Tripp, Charles (2003), *História do Iraque ou do Nascimento e Estado de uma Nação*, Sintra, Publicações Europa-América.
- Twentieth Century Fund Task Force on the *Media* and the Military, (1985), *Battle Lines*, Priority Press Publications, New York.
- Wilcox, Clyde, Aiji Tanaka, Dee Allsop, (1993), “World Opinion in the Gulf Crisis”, *The Journal of Conflict Resolution*, Vol.37, N.º 1. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/174496>.

Anexos

Entrevista ao Coronel Duarte da Costa, realizada dia 12 de Maio no Ministério da Administração Interna

Foi efectuada uma pequena introdução ao estudo que se está a desenvolver para contextualizar o entrevistado, dando a entender que a entrevista tem um carácter semi-directivo e como tal não existiu uma delimitação rígida das perguntas mas definiu-se com clareza o objectivo da mesma.

Coronel Duarte da Costa: Existem duas questões que têm de ser equacionadas quando se estuda a relação entre militares e *media* em cenário de guerra. É necessário fazer o balanceamento daquilo que pode ser passado à opinião pública, e que deve ser o máximo, uma vez que os cidadãos tem o direito de saber e aquilo que pode ser divulgado e que não pode colidir com as questões de segurança.

O mais importante são as questões relacionadas com a diplomacia pública, sobretudo desde o conflito do Vietname. Neste conflito, assistiu-se a uma ausência de uma política pública capaz de gerir as percepções dos cidadãos norte-americanos, tendo o Estado sido torpedeado nas suas motivações.

Com o intuito de evitar que sucedesse um “novo Vietname”, os americanos efectuaram um conjunto de estudos relacionados com esta temática. Assim, e quando se iniciou o conflito do Golfo, a Administração norte-americana advogou uma nova política de comunicação, que definiu um conjunto de regras, nas quais o «pooling jornalístico» se insere.

O problema não assentou na opção de «pooling jornalístico», mas da forma como este foi aplicado, uma vez que se criaram uma série de encenações para alimentar os jornalistas, advogando que apenas se estava a agir por motivações de segurança.

A Ciência militar, quando aplicada ao conflito, comporta sempre uma componente de aleatoriedade, e como tal é fundamental para os militares controlarem os acontecimentos para que os jornalistas não fornecessem uma percepção errada do conflito.

Contudo, importa mencionar que é necessário uma auto-regulação por parte dos jornalistas. As cedências têm se feitas tanto por jornalistas como por militares.

Cláudia Teles: Muitos jornalistas não se coibiram de apelidar o sistema de comunicação instaurado pela Administração Bush como um acto de censura. Contudo, a maioria dos Estados Ocidentais prevê na sua Constituição medidas de excepção em períodos de conflito.

Coronel Duarte da Costa: Temos de fazer uma distinção entre o que é o discurso público e o discurso de Estado. A perspectiva legalista não encontra correspondência no discurso público. A legalidade está perfeitamente delineada na lei, mas a perspectiva legítima, que diz respeito à normal conduta do comportamento humano da privação de um conjunto de informações, não. Logo, a definição de censura não encontra uma definição universal e unanimemente aceite, o que nos coloca no campo da relatividade. Portanto tem de haver uma compreensão por parte dos jornalistas daquilo que não pode ser publicado por motivos de segurança, assim como tem de existir uma predisposição por parte dos militares no sentido de facultarem informações esclarecedoras acerca do conflito, capazes de gerir a percepção da população no sentido definido pela política.

Cláudia Teles: Do seu ponto de vista a política de comunicação foi bem conseguida? Através da consulta de jornal *New York Times* e *Le Monde* pode verificar que forma publicadas notícias que anunciavam manifestações contrárias ao conflito em algumas cidades europeias.

Coronel Duarte da Costa: De facto assistimos a manifestações contrárias à guerra, contudo nunca em território americano, o que nos indica que houve, por parte da Administração americana uma gestão das percepções dos cidadãos americanos bem sucedida. A Administração norte-americana não estava preocupada em gerir as percepções mundiais mas internas, porque tal se constituía como um objectivo importante para os Estados Unidos da América.

Cláudia Teles: Mesmo que a opinião pública norte-americana não tivesse apoiado o conflito, considera que os objectivos estratégico-militares teriam sido cumpridos?

Coronel Duarte da Costa: As vontades adversas não fazem perder batalhas mas fazem perder guerra, como o Vietname se encarregou de demonstrar. As vontades adversas que se formam em redor dos objectivos do Estado podem obrigar à necessidade de se repensarem esses mesmo objectivos, sendo o Estado obrigado a redefinir a sua agenda, porque em democracia é necessário legitimar a acção governativa.

Cláudia Teles: Os jornalistas foram utilizados como difusores oficiais da propaganda oficial do Estado?

Coronel Duarte da Costa: Os jornalistas não foram manipulados, mas foram utilizados como peões. Os jornalistas possuem um enorme poder de influência, que advém da inerente desinformação que os próprios cidadãos têm acerca do seu trabalho, sobre a população, e como tal é necessário que o Estado faça também uma gestão da percepção do próprio jornalista.

A relação entre militares e *media* encontrará sempre dificuldades, uma vez que estes dois agentes têm interesses diferentes, e como tal será necessário atender sempre à natureza do conflito e adoptar uma postura de cedência. Tanto os militares como os *media* tem de entender a natureza divergente da sua acção e fazer as cedências necessário ao estabelecimento de um diálogo que deverá ser o mais cordial possível.